

MESTRADO
ARQUITETURA

Modelos de habitação na década de 1960. Dois edifícios de habitação plurifamiliar da Santa Casa da Misericórdia do Porto

José Urzal Magalhães

M
2017



José Urzal Magalhães. Modelos de habitação na década de 1960.
Dois edifícios de habitação plurifamiliar da Santa Casa da Misericórdia do Porto



Modelos de habitação na década de 1960.
Dois edifícios de habitação plurifamiliar
da Santa Casa da Misericórdia do Porto
José Urzal Magalhães



MESTRADO

ARQUITETURA

**Modelos de habitação na década de 1960.
Dois edifícios de habitação plurifamiliar
da Santa Casa da Misericórdia do Porto**

José Urzal Magalhães

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO APRESENTADA À FACULDADE DE
ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM 2017

Orientação:

Doutora Arquiteta Luciana Rocha (CEAU-FAUP)

Coorientação:

Doutora Arquiteta Gisela Lameira (CEAU-FAUP)

Este trabalho enquadra-se no projeto de investigação Mapa da Habitação PTDC/CPC-HAT/1688/2014¹ que tem como finalidade identificar os programas de habitação subsidiados pelo estado e as suas concretizações espaciais ao longo do século XX em Portugal.

Cofinanciado por:



¹ Projeto de investigação desenvolvido pelo CEAU (Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo) e inserido no grupo “Atlas da Casa”.

À memória da avó Gusta e do avô Álvaro.

Nota prévia:

As citações originalmente escritas em idioma diferente do português foram traduzidas pelo autor e estão acompanhadas da versão original em nota de rodapé.

As fotografias sem referência são originais do autor.

Os desenhos apresentados foram tratados e adaptados pelo autor a partir de fontes primárias e correspondem aos projetos originais dos casos de estudo. Os restantes elementos estão identificados e acompanhados das respectivas fontes.

Agradecimentos

Às orientadoras, Doutora Arquiteta Luciana Rocha e Doutora Arquiteta Gisela Lameira, pelo especial acompanhamento, disponibilidade e dedicação na realização desta dissertação.

Aos funcionários do Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, do Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, da sede e do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto e da Fundação Instituto Marques da Silva.

Aos meus pais e irmãs, que me proporcionaram tudo, pelo apoio e incentivo incondicionais. À avó Milu, Toninha e Timela, pelo interesse e conforto permanentes.

À minha restante família e amigos, com quem aprendi e vivi muito durante este percurso. Em especial ao Gil pelas aventuras e ao Diogo pelas fotografias aéreas.

A ti, Ju, por seres a fonte de estabilidade e força, por seres a companhia e a motivação.

Sumário

	Resumo / Abstract	9/11
	Introdução	13
1	As particularidades da habitação plurifamiliar	19
	Breve contextualização das problemáticas da habitação em meados do século XX	21
	O caso específico do Porto	29
2	A Santa Casa da Misericórdia do Porto	39
	História e património	41
	Património habitacional	51
3	Dois conjuntos habitacionais construídos pela Santa Casa da Misericórdia do Porto	57
	Conjunto habitacional Campo do Luso (1961-68)	59
	Conjunto habitacional na Foz (1967)	85
4	Modelos de habitação plurifamiliar na década de 1960	95
	Inserção urbana	101
	Conjunto edificado	123
	Desenho do fogo	139
	Considerações finais	155
	Referências bibliográficas	161
	Fontes documentais e iconográficas	169

Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo estudar dois conjuntos de habitação plurifamiliar desenvolvidos pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, enquadrando-os no contexto da produção arquitetónica da década de 1960. Os casos de estudo selecionados – conjunto habitacional Campo do Luso (1961-68) e conjunto residencial na Foz (1967) – foram construídos na mesma década, no entanto distanciam-se relativamente a alguns temas projetuais.

A investigação analisa o contexto da habitação plurifamiliar em meados do século XX, focando o caso específico do Porto, e a história e o património da Santa Casa da Misericórdia do Porto, com especial interesse no património habitacional. Esta análise tem como base fontes primárias, através de diferentes arquivos institucionais, e fontes bibliográficas. Complementarmente recorre-se à análise de cinco casos de comparação cujas características contribuem para um melhor enquadramento dos dois casos de estudo.

O estudo dos dois projetos construídos pela Santa Casa da Misericórdia do Porto e a comparação com outros exemplos a nível nacional e internacional facultará um panorama mais ajustado sobre os novos modelos de habitação que surgiam na década de 1960 e sobre a sua contemporaneidade. Além disso, posiciona a Santa Casa da Misericórdia do Porto no contexto da habitação portuense, nomeadamente no âmbito dos modelos implementados.

Palavras-chave:

Habitação; Plurifamiliar; Porto; década de 1960; Santa Casa da Misericórdia do Porto;

Abstract

The main objective of this work is to study two multi-family housing buildings developed by Santa Casa da Misericórdia do Porto, framing them in the context of the architectural production of the 1960s. The selected case studies - housing complex Campo do Luso (1961-68) and residential complex in Foz (1967) - were built in the same decade, however they are distant regarding to some project themes.

The research analyzes the context of multi-family housing in the early twentieth century, focusing on the specific case of Oporto, and the history and patrimony of Santa Casa da Misericórdia do Porto, with special interest in housing patrimony. This analysis is based on primary sources, from different institutional archives, and bibliographical sources. In addition, an analysis is made of five comparison cases whose characteristics contribute to a better framework of the two case studies.

The study of the two projects built by Santa Casa da Misericórdia do Porto and the comparison with other examples at national and international level will provide a more accurate picture of the new housing models that emerged in the 1960s and their contemporaneity. Furthermore, it positions Santa Casa da Misericórdia do Porto in the context of the Oporto housing, in particular within the framework of the implemented models.

Keywords:

Housing; Multi-family; Oporto; 1960s; Santa Casa da Misericórdia do Porto;

Introdução

Objeto de estudo

A presente dissertação de mestrado tem como objeto de estudo a Santa Casa da Misericórdia do Porto, em particular dois edifícios de habitação plurifamiliar construídos por esta entidade na segunda metade do século XX.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto é uma instituição de caridade e assistência social de fins filantrópicos e de utilidade pública, detentora de um importante património imobiliário na cidade do Porto² no setor da saúde, educação, cultura e habitação de que são exemplos o hospital da Prelada, o colégio Barão de Nova Sintra e a Casa da Prelada.

Pelo que foi possível apurar ao longo deste estudo, na área da habitação, a Santa Casa da Misericórdia do Porto é proprietária de conjuntos urbanos como o bairro Daniel Constant, o bairro das Artes Gráficas, o bairro Monteiro dos Santos, um conjunto residencial na Foz e o conjunto habitacional Campo do Luso.

Objetivos

Este trabalho parte do estudo da história da Santa Casa da Misericórdia do Porto, mas tem como principal interesse a identificação e o reconhecimento do património habitacional desta instituição e a análise individual e comparativa de dois casos de estudo em particular, enquadrando-os no contexto da produção arquitetónica da década de 1960.

Foram analisados aprofundadamente o conjunto habitacional Campo do Luso (1961-68), projetado pelos arquitetos José Carlos Loureiro (1925-) e Luís Pádua Ramos (1931-2005), e um conjunto residencial na Foz (1967) projetado pelo arquiteto João Rodrigues dos Santos (1923-1983). O interesse da análise e comparação destes casos contemporâneos reside na diversidade das características que apresentam tendo o mesmo dono de obra (Santa Casa da Misericórdia do Porto).

² Ver página da Santa casa da Misericórdia do Porto disponível em <<http://www.scmp.pt>>

Embora tenham sido construídos na mesma década, estes conjuntos edificados diferem nas opções arquitetónicas, nomeadamente na inserção urbana, na organização volumétrica, no programa do edifício e nas próprias tipologias de habitação.

Para um melhor enquadramento do panorama arquitetónico da década de 1960 e como complemento à análise destes dois casos de estudo, procedeu-se à análise comparativa de outros projetos que, devido às suas características, servem como referência.

Um dos projetos a mencionar consiste no conjunto habitacional das “Torres Vermelhas”, em Aveiro (1968, J. Carlos Loureiro e L. Pádua Ramos). Este projeto constitui um exemplo relevante pela proximidade temporal da data de construção com os dois casos de estudo selecionados e por ter sido projetado pelos mesmos arquitetos do conjunto habitacional Campo do Luso.

Dois conjuntos residenciais com a autoria de Agostinho Ricca e Benjamim do Carmo, na Rua Sá da Bandeira (1955) e na Rua de Júlio Dinis (1956), são também analisados face aos nexos possíveis com o conjunto residencial na Foz (1967) relativamente à inserção urbana.

Também o Parque Residencial da Boavista (1962-73), desenhado pelos arquitetos Agostinho Ricca, João Serôdio e José Carlos Magalhães Carneiro serve como referência, uma vez que se insere no espaço temporal abordado neste trabalho de investigação e representa estratégias de projeto semelhantes ao do Campo do Luso.

No contexto internacional, o plano de intervenção INA-casa, empreendido pelo Estado italiano, proporcionou o desenho de vários conjuntos de habitação plurifamiliar entre 1949 e 1963, um deles o Quartieri Tiburtino (1949-54, arq. Mario Ridolfi entre outros). Este conjunto arquitetónico privilegia uma estratégia de inserção urbana que se pode colocar em paralelo com o conjunto residencial Campo do Luso, podendo também funcionar como exemplo de enquadramento de modelos habitacionais construídos noutros contextos urbanos na mesma época.

Nos quatro capítulos da dissertação são utilizadas metodologias com especificidades distintas.

O primeiro capítulo, para além de um primeiro enquadramento das questões ligadas à habitação em meados do século XX, prevê uma contextualização da habitação plurifamiliar no Porto, no mesmo período. São estudados os processos de transformação da cidade e caracterizados os edifícios de habitação plurifamiliar sobretudo a partir do início da segunda década de novecentos.

O segundo capítulo, referente ao estudo da história e do património da Santa Casa da Misericórdia do Porto, tem como principal objetivo reconhecer o contributo desta instituição na construção de edifícios de habitação, bem como esclarecer o seu propósito no desenho e construção deste tipo de edifícios. Este estudo propõe identificar não só os edifícios de habitação plurifamiliar construídos, mas também os recebidos através de doações de particulares, entre outros.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto é proprietária de um vasto património construído ao longo dos seus mais de quinhentos anos em diferentes contextos sociais e arquitetónicos. Assim sendo, neste capítulo analisa-se a história desta instituição através de uma pesquisa inicial de documentos e livros no Arquivo da Biblioteca Municipal do Porto e no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Adicionalmente, alguns endereços eletrónicos como o site online da instituição e referências bibliográficas específicas sobre este tema ajudaram a compreender a intervenção desta instituição na construção de habitação especificamente no Porto.

Também o arquivo existente na sede da Santa Casa da Misericórdia do Porto, na Rua das Flores, e o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto, na Casa da Prelada, foram importantes para identificar o património habitacional construído por esta instituição no século XX.

No terceiro capítulo, a análise dos dois casos de estudo realiza-se numa primeira fase através de uma visita aos edifícios e um primeiro registo fotográfico. Paralelamente, procedeu-se ao estudo e interpretação dos elementos gráficos, memórias descritivas e outros elementos consultados e compilados previamente.

A recolha de informação realizou-se sobretudo no Arquivo Histórico e no Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, através da consulta dos processos de Licença de Obra.

A contextualização da habitação plurifamiliar portuense, a recolha documental e iconográfica anteriormente realizada e o redesenho destes elementos serviram de base para a análise dos conjuntos habitacionais selecionados como casos de estudo. Os tópicos definidos para esta análise centram-se na inserção urbana, no conjunto edificado, nas opções tipológicas e no desenho interior do fogo. A discussão sobre estes temas permitiu uma melhor interpretação dos casos de estudo relativamente à integração na malha urbana, à relação com o espaço público e ao modelo de habitação que propõem.

O quarto capítulo tem como objetivo a identificação e enquadramento de modelos de habitação plurifamiliar implementados na década de 1960, através da comparação dos dois casos de estudo com outros exemplos considerados pertinentes. A seleção desses casos teve como critérios a diversidade dos contextos urbanos, a proximidade temporal do ano de projeto e construção e a semelhança em alguns temas com o conjunto residencial na Foz e o Campo do Luso. Como resultado, os casos de comparação escolhidos são o conjunto residencial na Rua de Sá da Bandeira (Porto, 1955), o conjunto residencial na Rua de Júlio Dinis (Porto, 1956), o conjunto habitacional das “Torres Vermelhas” (Aveiro, 1968), o conjunto residencial na Boavista (Porto, 1962-73) e o Quartieri Tiburtino (Roma, 1949-54).

A análise empreendida nesta investigação elabora um paralelo entre os casos de estudo e os casos escolhidos como referências de comparação, tendo como principal objetivo a reflexão sobre as características arquitetónicas destes exemplos no âmbito da inserção urbana, do conjunto edificado e das opções tipológicas e desenho do fogo.

Pertinência do trabalho

A pertinência desta dissertação de mestrado integrado advém da reduzida informação existente sobre os conjuntos habitacionais da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Sendo esta uma instituição de utilidade pública, é interessante a compreensão dos diferentes investimentos apresentados, tendo como finalidade a habitação para arrendamento.

Importa, de igual modo, compreender de que forma os projetos construídos pela Santa Casa da Misericórdia do Porto se enquadram na produção arquitetónica contemporânea. A análise dos dois conjuntos residenciais selecionados, em paralelo com outros conjuntos habitacionais, adquire relevância na medida em que possibilitará entender os objetivos desta instituição na construção de habitação e os respetivos modelos de referência.

Os parâmetros estabelecidos para a análise dos projetos permitirão também posicionar as propostas da Santa Casa da Misericórdia do Porto no contexto da construção de habitação plurifamiliar na década de 1960.

As particularidades da habitação plurifamiliar

*“O tema da residência, ou seja, o tema da casa do Homem e da sua relação com os restantes elementos do espaço habitável, converte-se na Europa, durante as primeiras décadas do século XX, no núcleo central da investigação desenvolvida no âmbito disciplinar da arquitetura. (...) É, pois, de certo modo lícita a identificação entre cidade moderna e propostas residenciais da arquitetura moderna, uma vez que constituem a trama de fundo sobre a qual assenta a ideia de cidade elaborada pela cultura arquitetónica da primeira metade do século XX.”*³

³ MARTÍ ARÍS, Carlos – Las formas de la residència en la ciudad moderna, (p.13, “El tema de la residència, es decir, el tema de la vivienda del hombre y de su relación con los demás elementos del espacio habitable, se convierte en Europa, durante las primeras décadas del siglo XX, en el núcleo central de la investigación desarrollada en el ámbito disciplinar de la arquitectura. (...) Es, pues, en cierto modo lícita la identificación entre ciudad moderna y propuestas residenciales de la arquitectura moderna, ya que éstas constituyen la trama de fondo sobre la que se asienta la idea de ciudad elaborada por la cultura arquitectónica de la primera mitad del siglo XX.”)

Breve contextualização das problemáticas da habitação em meados do século XX

Quadro internacional

Na arquitetura, e em particular no âmbito da habitação urbana, houve um efeito de mudança e de novidade no período entre guerras. Várias cidades da Europa encontravam-se parcialmente destruídas e o problema das suas reconstruções proporcionou novas oportunidades e deu força a ideologias culturais que se formavam.

Além da necessidade de construção de habitação, verifica-se também o desenvolvimento de novos materiais e novas técnicas construtivas cuja aplicação se demonstrou bastante regular e caracterizadora de um movimento.

Com contexto internacional, a arquitetura do movimento moderno⁴ tinha como principais preocupações dar resposta ao surgimento de uma classe social com diferentes modos de vida e práticas quotidianas e reconstruir grandes partes de cidades destruídas com as guerras. Neste aspeto, as novas técnicas constituíram-se como motores essenciais no alcance de um desejado racionalismo e funcionalismo aplicado nas novas construções. Bruno Zevi afirma que novos conceitos como a técnica, o gosto e os “-ismos”, têm mais tarde consequência nas cidades europeias, já que “contribuem para a solução de paralisia que afeta as metrópoles industriais”.⁵

O momento então vivido caracteriza-se, de certo modo, pela adoção de blocos de habitação em altura que, no próprio edifício, tivessem a capacidade de responder às necessidades anteriormente referidas.

⁴ Sobre este tema ver: FERNANDEZ, Sérgio – *Percurso: Arquitectura Portuguesa: 1930/1974*, 2ª edição, Porto, Publicações da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988 [1985]; TOSTÕES, Ana – *A idade maior: cultura e tecnologia na arquitetura moderna portuguesa*. Porto: Faup publicações, 2015; TOSTÕES, Ana – *Os verdes anos da arquitectura portuguesa dos anos 50*. Porto: Faup publicações, 1997 [1994].

⁵ ZEVI, Bruno – *História de la arquitectura moderna*, 1980, (p.24-25 “*En la base de la renovación arquitectónica moderna apremia la cuestión social, na necesidad de programar un hábitat racional para las masas de las ciudades; el gusto, la técnica, los –ismos abstracto-figurativos tienen un peso en la medida en que favorecen la solución de la parálisis que afecta a las metrópolis industriales.*”).

Assim, a habitação em edifícios de maior dimensão, isolados uns dos outros, deixando espaços abertos entre eles para as vias de acessos e grandes áreas verdes envolventes, representava uma tentativa de revolução cultural, de processo de planeamento de cidade e de projeto de habitação. Por outro lado, o trabalho ganhou outro protagonismo, a mulher perdia o papel exclusivo de dona de casa, sendo necessária uma maior otimização dos espaços e a possibilidade de diferentes usos em determinados dispositivos do fogo.

Este novo modo de conceber a habitação, “que condiciona e permeia a cidade como um todo”, representa o contrário do que aconteceu na cidade oitocentista “onde a rede rodoviária, a disposição dos edifícios ou a composição urbana prevaleciam como leis de construção da cidade, deixando a configuração da habitação como mero produto resultante dessas mesmas leis”.⁶

No entanto, a partir da década de 1950 os modelos resultantes desta ideologia deixaram de ser unanimemente aceites. A responsabilidade “progressista” do arquiteto moderno orientava-o para os problemas estruturais da cidade e para o desenho do edifício de habitação coletiva.⁷

A separação entre a habitação e o trabalho e o excessivo isolamento dos blocos de habitação em relação aos edifícios mais próximos eram algumas das razões que originaram controvérsia. Segundo Nuno Portas, a crítica focava-se na “separação artificial de funções e atividades”, “nas dificuldades de relação social no espaço condicionado dos blocos” e “na perda do sentido de orientação e de identificação de espaços”⁸.

⁶ MARTÍ ARÍS, Carlos – Las formas de la residència en la ciudad moderna, (p.45-46, “Contrariamente a lo ocurrido en la ciudad ochocentista en la que el trazado viário, la ordenanza edificatória o la composición urbana, prevalecían en quanto a leyes de construcción de la ciudad, quedando la residència configurada como mero subproducto resultante del juego de dichas leyes, en las propuestas urbanas de la cultura moderna recobra un papel decisivo la elección del tipo arquitectónico, entendido como un modo de concebir la habitación humana que condiciona e impregna a la ciudad en su conjunto.” (...) La casa es, pues, una metonímia de la ciudad entera.”)

⁷ GONÇALVES, José Fernando – Edifícios Modernos de Habitação Colectiva - 1948/61. Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa, 2007, p.19

⁸ PORTAS, Nuno – Os tempos das formas, 2012, p.113

Enquanto na Europa se formava uma crítica relativamente aos princípios do Movimento Moderno, em Portugal as motivações que o formaram ganhavam terreno aos ideais nacionalistas.

O panorama era diferente do da maioria dos países europeus uma vez que o regime salazarista, iniciado em 1933, originava dificuldades na adoção das novidades vindas do estrangeiro. Este regime, aliado ao desejo de criar uma identidade nacional por parte de alguns arquitetos portugueses, conjugaram as razões pelas quais os princípios da arquitetura do Movimento Moderno chegaram tarde e com menor força.

“Enquanto lá fora se lançavam as bases da chamada Arquitetura Moderna, diremos antes, da única Arquitetura que poderemos fazer sinceramente, os Arquitetos portugueses que orientavam as suas atividades no desejo inglório de criar uma Arquitetura de carácter local e independente, mas de todo incompatível com o pensar, sentir e viver do mundo que a rodeava.”⁹

Procurava-se coerência na arquitetura tendo como base os ideais do Movimento Moderno e através das novas tecnologias, dos conceitos e pressupostos da Carta de Atenas¹⁰. Todavia, surgia a necessidade de conhecer o carácter do povo português numa análise cultural e social.

É neste contexto que surge o Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, na segunda metade da década de 1960, com o objetivo de “...fundamentar, em termos mais científicos, uma proposta formal que servisse o conceito de arquitetura nacional ou nacionalista que o regime queria continuar a impor...”¹¹. Por outro lado, “uma geração de arquitectos empenhada na crítica ao regime quis, através do inquérito, provar não só a diversidade da realidade nacional, mas sobretudo a racionalidade estrutural da arquitectura espontânea, transformando-a em aliada sua.”¹²

⁹ TÁVORA, Fernando – O problema da casa portuguesa, 1947, p.6

¹⁰ Carta com modelo de planeamento urbanístico formalizada na ata do quarto congresso internacional dos arquitetos modernos (C.I.A.M.) que decorreu em 1933.

¹¹ COSTA, Alexandre Alves – A Problemática, a Polémica e as Propostas da Casa Portuguesa, 2007, p.58

¹² Ibidem

Assim, a década de 1960 resulta do conjunto de alterações identificadas nas décadas anteriores sobretudo no âmbito da arquitetura, tanto na revisão de alguns princípios do Movimento Moderno como na retoma da história e da tradição como questões fulcrais pela maioria dos arquitetos. Aceitou-se a ideia da habitação coletiva, da habitação igualitária com condições superiores a preços mais reduzidos.

Esta necessidade de construção para um elevado número de pessoas e com constrangimentos económicos implicava a construção de blocos em altura, passando a ser este o novo modo de edificação que representava a racionalização e valorização da máquina, e a ideia de habitar em comunidade.¹³ No mesmo sentido, as variantes tipológicas da habitação plurifamiliar multiplicam-se com a expansão da cidade, cresce a complexidade programática e a variação de soluções de inserção nos lotes.¹⁴

A necessidade de uma reorganização funcional do programa da casa, nomeadamente quartos, sala e cozinha, com o objetivo de adaptação ao maior número de famílias no edifício, intensifica a discussão sobre a distribuição e organização interior dos fogos.

*“O problema do comportamento dos órgãos de acesso e distribuição envolve a necessidade do conhecimento pelo projetista das camadas sociais a que as habitações se destinam, seus hábitos anteriores, nível de vida, etc. (...). Frequentes erros na apreciação e elaboração de projetos habitacionais provêm precisamente do burocrata ou do projetista identificarem os seus próprios hábitos (e até as próprias alienações sociais) com os de classes ou grupos de que desconhecem as particularidades, pelo menos de um ponto de vista científico.”*¹⁵

¹³ Viana de Lima, um dos arquitetos modernos portugueses mais marcantes, afirmava: *“Que se proponha às autoridades a revisão dos métodos usados na construção de habitações e que, pelo menos, a título experimental, seja adoptado o princípio da construção em altura, pois só assim se poderá libertar o solo e criar as condições indispensáveis para a vida: ar, sol, espaço e verdura. O princípio da construção individual usado nos Bairros, pode socialmente conduzir a um egocentrismo egoísta, ao contrário daquilo que se auferiria no sistema de habitação colectiva, onde o espírito de solidariedade pode livremente desenvolver-se e constantemente progredir.”* “O problema português da habitação pelo arquitecto Viana de Lima” In TOSTÕES, Ana (coord.) - 1º Congresso Nacional de Arquitectura: relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e votos do Congresso. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008. Edição Fac-similada, p.221

¹⁴ LAMEIRA, Gisela – A habitação plurifamiliar portuense na 1ª metade do século XX. Produção arquitectónica: génese, transformação, adaptabilidade, 2013, p.8

¹⁵ PORTAS, Nuno – A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura, 2004, p.107

A discussão em torno das questões programáticas na construção de habitação incidia principalmente sobre a utilização das possibilidades técnicas da indústria como resposta aos pressupostos modernos do conforto habitacional.¹⁶

Assim sendo, através de um estudo pormenorizado e racional da casa procurava-se mais conforto aliado a um maior aproveitamento do espaço. Segundo Ricardo Agarez, os espaços deviam ser previamente organizados de modo a que a habitação responda aos melhores requisitos de bem-estar, de higiene e de conforto.¹⁷

Com este ponto de vista, a atribuição prévia de funções aos compartimentos adquiria inúmeras vantagens. Sobre este tema, Luciana Rocha menciona o ponto de vista de Enrico Griffini que defendia que “sendo pré-estabelecido o destino do compartimento é possível prever em obra todos aqueles acabamentos, escolher todos aqueles equipamentos, satisfazer todas aquelas exigências, que são os verdadeiros e mais atrativos recursos de uma casa moderna”.¹⁸

Os compartimentos eram desenhados para uma função específica, e com o que as condições económicas de construção permitiam. A escassez de meios financeiros determinava também uma necessidade de redução de áreas e do programa.

A definição prévia da localização dos móveis consiste num mecanismo de flexibilização funcional por parte dos arquitetos e garantia maior aproveitamento do espaço, muitas vezes com armários embutidos ou móveis como remate de paredes.

Os espaços tornam-se mais racionais, funcionais e adaptam-se aos modos de vida de uma sociedade em transformação resultando numa organização da habitação em espaços diurnos e noturnos.

¹⁶ ROCHA, Luciana – Intervenção no Moderno: Reconhecimento, caracterização e salvaguarda de edifícios de habitação plurifamiliar, 2016, p.43

¹⁷ AGAREZ, Ricardo Costa – O moderno Revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950, 2009, p.88

¹⁸ GRIFFINI, E. A. – Construcción racional de la casa. Barcelona: Hoepli, 1950. Cit. por ROCHA, Luciana – Intervenção no Moderno: Reconhecimento, caracterização e salvaguarda de edifícios de habitação plurifamiliar, 2016, p.49

Segundo Christian Moley, esta organização não constitui um fenómeno isolado, todo o funcionalismo que a originou é por si só uma doutrina de compromisso de um modelo e da racionalização técnico-económica.¹⁹

Valorizava-se frequentemente uma organização tripartida na qual a vida doméstica se podia dividir em três ciclos de funções básicas: “cozinhar/comer”, “trabalhar/repousar” e “dormir/lavar-se”²⁰. Se os percursos entre as respetivas divisões não fossem diretos, a regularidade das funções ficaria comprometida e perdia-se energia e tempo. Se os compartimentos não se encontrassem agrupados em relação aos ciclos e se os percursos se intercetassem, resultaria embaraço e dificuldade de utilização simultânea.²¹

Surgem então apartamentos projetados com separação de divisões entre zonas íntimas, sociais e de serviço ou com configurações que sectorizam o habitar em áreas diurnas e noturnas. A propósito desta divisão, Nuno Portas cita o arquiteto L. Quaroni (um dos arquitetos do bairro Tiburtino, Roma, 1949-54) que afirma que “o facto mais importante no habitat de um homem é a possibilidade de escolha contínua entre a vida coletiva e a liberdade do controlo social; entre a solidão e a companhia, entre o fechado e o aberto; o ruído e o silêncio”.²²

*“A justificação de uma zona noturna reside, precisamente, em que este reivindica a liberdade de se isolar da vida comum da família (primeiro aspeto), e o direito a caracterizar um espaço seu (segundo aspeto), marcado pelo gosto ou pela formação de imagens mentais.”*²³

¹⁹ MOLEY, Christian – L’immeuble en formation: genèse de l’habitat collectif et evators intermédiaires, 1991, (p.189, “*L’invention du jour/nuite ne serait pas un phénomène isolé et fait penser que tout le fonctionnalisme, qui lui fournit sa terminologie, est lui-même une doctrine de compromis tenant à la fois de la modélisation de l’usage et de la rationalisation technico-économique.*”)

²⁰ Nuno Portas cit. por AGAREZ, Ricardo Costa – O moderno Revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950, 2009, p.95

²¹ AGAREZ, Ricardo Costa – O moderno Revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950, 2009, p.95

²² L. Quaroni cit. por PORTAS, Nuno – A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura, 2004, p.78

²³ PORTAS, Nuno – A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura, 2004, p.160

O posicionamento da sala e da cozinha e a relação entre ambos adquire maior relevância pois estabelecem-se como espaços de reunião familiar ou social, de dimensão superior à dos restantes compartimentos e de carácter imutável.

Assim sendo, o uso generalizado da sala sugere uma possível divisão do espaço através de dispositivos de interligação móveis como portas de correr para uma utilização separada de diferentes zonas.²⁴ A sala de jantar, espaço “autónomo ou de possível autonomização” segundo Luciana Rocha, consistia assim numa “área de dimensão limitada e redimensionada pela libertação dos habituais móveis de apoio, inseridos ou embutidos na copa, um pequeno compartimento intermédio de acesso à cozinha ou inserido na mesma.”²⁵

Destaca-se ainda a inclusão dos espaços de circulação na área da sala como solução economizadora em algumas tipologias de menor dimensão. Neste tipo de organização interna, o comum corredor de acesso fica reduzido a uma antecâmara de ligação entre os quartos e as instalações sanitárias.²⁶

A cozinha, por sua vez, também foi sujeita a uma reorganização funcional. Idealmente, segundo Ricardo Agarez, a cozinha desenvolvia-se num compartimento de planta retangular que permitisse destinar um dos lados maiores às operações de preparação e confeção, com as unidades de equipamento respetivas, e o outro às operações de recolha, lavagem e arrumação de utensílios. Assim, as unidades estavam dispostas segundo uma ordem ditada pelo processo de trabalho.²⁷

A tendência para a racionalização e funcionalização da cozinha, dada a crescente sistematização do trabalho doméstico, prevê ainda dois acessos distintos a este espaço: um relacionado com o hall de entrada, e outro de ligação à sala, tal como acontecia na cozinha de Frankfurt.²⁸

²⁴ ROCHA, Luciana – Intervenção no Moderno: Reconhecimento, caracterização e salvaguarda de edifícios de habitação plurifamiliar, 2016, p.50

²⁵ Idem, p.51

²⁶ Idem, p.50

²⁷ AGAREZ, Ricardo Costa – O moderno Revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950, 2009, p.93

²⁸ Referência e explicação desta cozinha ver: ROCHA, Luciana – Intervenção no Moderno: Reconhecimento, caracterização e salvaguarda de edifícios de habitação plurifamiliar, 2016, p.51

Também o tratamento de roupa interfere com a dimensão da cozinha e a disposição dos equipamentos. Quando o espaço para esta função não é incorporado na cozinha, geralmente é remetido para a varanda de serviço. Esta, por sua vez, é frequentemente colocada junto ao quarto da criada ou a um compartimento de uso variável.

O desenho de uma divisão cujo uso se pode ajustar conforme o utilizador também é referido por Ricardo Agarez ao citar Enrico Griffini:

*“Apresentam-se (...) quartos com duplo uso, conforme a composição da família e a presença ou não da doméstica. Assim, o quarto de serviço pode tornar-se o quarto de casal, a sala de jantar pode transformar-se em outro quarto de dormir, o soggiorno é ao mesmo tempo sala de estar e de jantar e assume inteiramente as funções de local de estar, ou seja, de local onde se concentra a vida doméstica.”*²⁹

A multifuncionalidade dos compartimentos demonstra a flexibilidade do espaço doméstico, serve como solução para a carência de envolvimento do utilizador com o arquiteto e garante a resistência e adequabilidade do espaço às alterações sociais e constante transformação das necessidades domésticas.³⁰

²⁹ GRIFFINI, E. A. – Construcción racional de la casa. Barcelona: Hoepli, 1950. Cit. por AGAREZ, Ricardo Costa – O moderno Revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950, 2009, p.88

³⁰ ROCHA, Luciana – Intervenção no Moderno: Reconhecimento, caracterização e salvaguarda de edifícios de habitação plurifamiliar, 2016, p.49-50

O caso específico do Porto

Processos de transformação da morfologia urbana e tipos de habitação

O crescimento da população na cidade do Porto ao longo do século XVIII acarretou uma maior necessidade de estruturas habitacionais e, conseqüentemente, um teste à capacidade de adaptação dos modelos de organização interna dos edifícios preexistentes às novas necessidades.

Até ao início do século XX, o tipo de edificação existente para responder aos sucessivos afluxos populacionais do campo para a cidade traduz-se na casa do burguês, mercador ou artífice (construção com duas frentes estreitas, com número variável de pisos e caixa de escadas central).³¹

A discrepância entre a procura e a oferta de habitação origina uma sobreocupação destas estruturas habitacionais e a procura de outras oportunidades de alojamento. Além disso, uma parte significativa da população que chegava à cidade não possuía meios económicos significativos o que levou, em muitos casos, à ocupação de lotes vazios com construções precárias e mediante o pagamento de rendas mais baixas aos proprietários dos terrenos.³²

Outra solução encontrada foi a sobreocupação dos próprios edifícios existentes e a tentativa de divisão em frações com maior ou menor grau de independência e privacidade.

Esta sobreocupação das casas burguesas do século XVIII e XIX desencadeou, segundo Francisco Barata Fernandes, o processo de formação da habitação plurifamiliar.

³¹ Sobre os diferentes tipos de edifício portuense construídos entre o século XVII e inícios do século XX consultar: FERNANDES, Francisco Barata - Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade, 1999, p.227

³² Sobre este tema Eliseu Gonçalves afirma que “o forte desenvolvimento industrial existente no Porto no final de Oitocentos e o associado crescimento demográfico alimentado por uma população imigrada do campo agravou e fomentou o alojamento barato e débil baseado numa sobreocupação das casas existentes ou fomentado no interior dos quarteirões através da construção massiva de filas de pequenas habitações insalubres e miseráveis.”; GONÇALVES, Eliseu – O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário, 2015, p.127

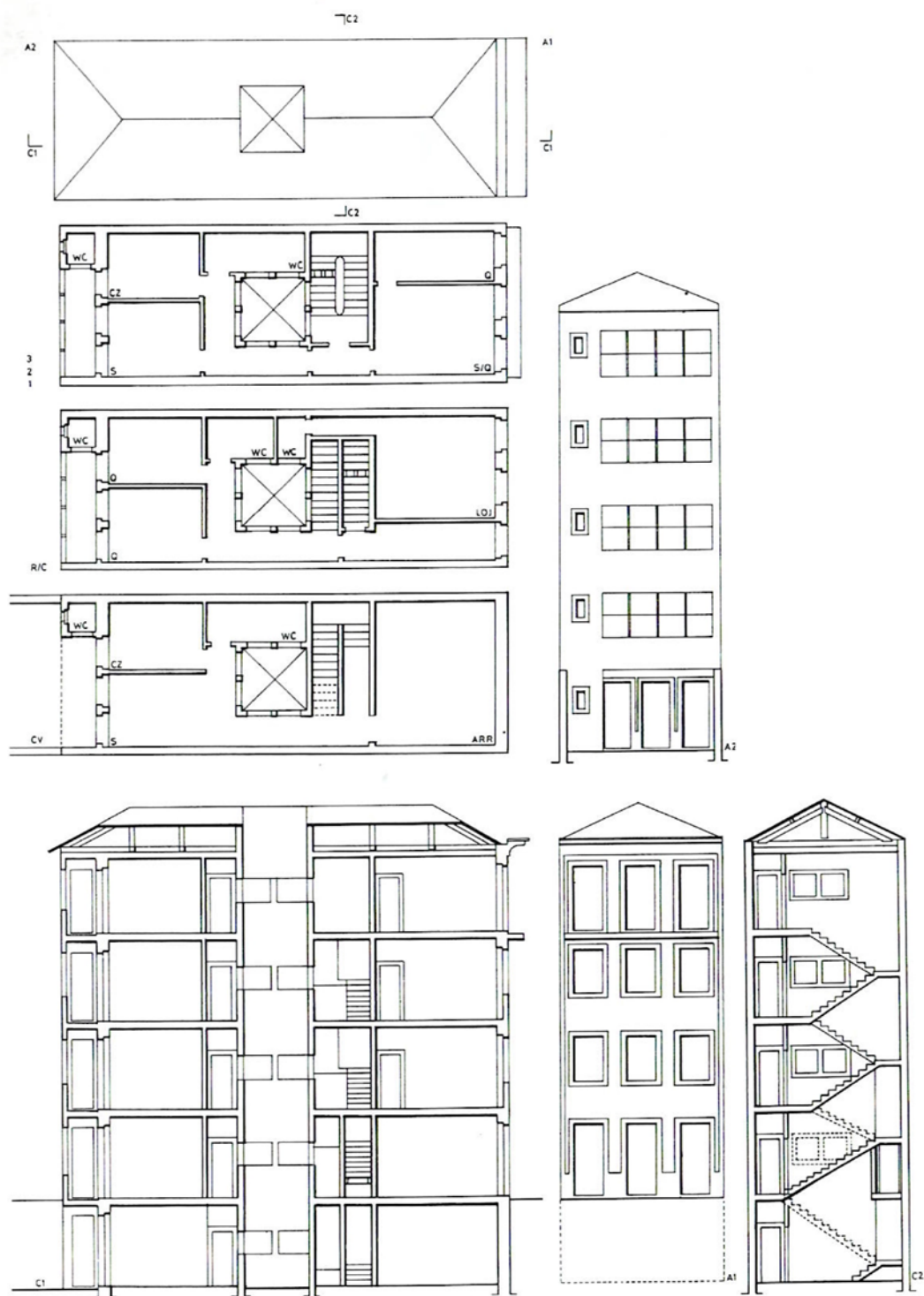


Fig. 101 Edifício na R. de S.^{ta} Catarina. Transformação de habitação plurifamiliar da primeira metade deste século; criação de uma passagem independente no patamar das escadas; introdução de um saguão para a ventilação das novas casas de banho

1. Transformação de habitação plurifamiliar, adaptação no patamar das escadas; In FERNANDES, Francisco Barata - Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade, 1999, p.235

O autor esclarece que a “criação provisória e casuística de habitação” não funciona como invenção de um modelo de habitação plurifamiliar, mas sim como recuperação do edifício de habitação unifamiliar para uso de vários inquilinos.³³

Encontra-se, desta forma, a resposta às carências de habitação existentes a partir do final do século XVIII e na segunda metade do século XIX.³⁴ A adaptação de prédios de habitação unifamiliar para habitação plurifamiliar sucedia-se então mediante um ajuste na organização interna dos fogos.

Nesse processo de adaptação, a agregação do maior número de habitações no menor espaço possível tem, nos acessos aos fogos, o elemento chave na organização do espaço. Assim, a posição do núcleo de acessos verticais assume um papel decisivo nesta adaptação do unifamiliar para o plurifamiliar.

Nos edifícios em que a construção se estrutura com base nos acessos verticais colocados na fachada posterior dos lotes de habitação, o aumento do número de pisos era facilitado e condicionado a nível construtivo apenas pela tecnologia e materiais que aquela época permitia utilizar.

Neste modelo, em que a localização da caixa de escadas permite uma maior continuidade espacial em cada piso, a solução poderia também passar pela associação direta e em profundidade de dois edifícios implantados em quarteirões com pendente pouco acentuada.³⁵

Nos casos em que o edifício continha a caixa de escadas afastada das fachadas, numa posição central, a sua adaptação já era mais complexa uma vez que os acessos verticais teriam de permitir a entrada nas habitações de cada piso e também a transição entre os diferentes dispositivos do fogo, distribuídos em ambas as fachadas. Na ausência da possibilidade de ter circulação independente, a caixa de escadas funcionaria então simultaneamente como elemento público e privado.

³³ FERNANDES, Francisco Barata - Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade, 1999, p.226

³⁴ Ibidem

³⁵ Idem, p.228

A habitação em Portugal vivia, no início do século XX, um momento de transformação e de urgente adaptação a uma nova realidade quer ao nível da necessidade de atualização do edificado, como nas próprias necessidades dos habitantes.³⁶

No Porto, afirma-se a rutura progressiva entre o espaço da habitação e o espaço do trabalho ao mesmo tempo que a burguesia, instalando-se nos interstícios do poder produtivo (a indústria a Norte da cidade) e do poder administrativo (a Avenida dos Aliados e espaço circundante), abandona progressivamente o centro antigo da cidade.³⁷

Assim, o alargamento da construção para zonas periféricas e a criação de novos traçados urbanos possibilita, para além de um processo paralelo de recuperação de antigos edifícios, a construção de novos prédios com programas de habitação plurifamiliar mais complexos.

No estudo que Francisco Barata Fernandes elabora sobre a habitação portuense³⁸, o autor constata o surgimento, a partir dos anos 20 do século XX, de um tipo de habitação plurifamiliar construída de raiz com características particulares:

*“...o edifício de habitação plurifamiliar só muito tardiamente se inseriu na encomenda quotidiana de construção habitacional da cidade. Na verdade, a tipologia que parece ter dominado o Porto até à década de 40 foi a de matriz unifamiliar, tendo sido a partir da sua transformação e densificação que se criaram soluções plurifamiliares.”*³⁹

Este tipo de edifícios apresentava soluções arquitetónicas com dimensão de frente mais extensa e continha um programa de terciário com maior complexidade no rés-do-chão, o que evidenciava novas necessidades da população citadina.

³⁶ Sobre esta questão, confira-se por exemplo: PORTAS, Nuno – A Arquitectura da Habitação no Século XX Portugueses”. In BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried – Portugal: arquitetura do século XX. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1998, p.117-121; ou SILVA, Raquel Henriques da – A “Casa Portuguesa” e os Novos Programas, 1900-1920. In BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried – Portugal: arquitetura do século XX. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1998, p.15-21.

³⁷ LAMEIRA, Gisela – A habitação plurifamiliar portuense na 1ª metade do século XX. Produção arquitectónica: génese, transformação, adaptabilidade, 2013, p.2

³⁸ FERNANDES, Francisco Barata - Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade, 1999

³⁹ Idem, p.231

Estes edifícios, de carácter exclusivamente urbano, seguiam matrizes de organização interna diferentes das mais correntes nas últimas décadas, nomeadamente no piso térreo e na cobertura.

Do ponto de vista da morfologia da cidade e inserção urbana, na generalidade, estes edifícios respeitavam os alinhamentos dos arruamentos, mantendo um sentido de unidade e homogeneidade na construção do espaço público.

*“Opta-se por condições globais de harmonia formal: concordâncias, alinhamentos, regras elementares de composição arquitetónica, identidade de conceitos morfológicos sobre o espaço urbano, vontade explícita de definir rua” que, em conjunto, “faz transparecer a permanência de um determinado conceito de urbanidade”.*⁴⁰

Estes modelos materializam outro tipo de habitação, com a mesma consciência histórica do significado de rua, e contribuem, em conjunto com as restantes variantes tipológicas de habitação plurifamiliar, para um enriquecimento da cidade.⁴¹ Esta diversidade, apesar de apresentar modelos com algumas características aparentemente importadas de Lisboa, Paris ou Genebra, sugere algumas permanências de um modo de construir português pela linguagem, opções de acesso e de distribuição espacial e funcional.⁴²

Os prédios de rendimento surgiam, assim, em meados dos anos 20 do século XX português. A construção de raiz, na substituição de casas em lote, de dimensão estreita de frente, e com programa de comércio específico, formava modelos de habitação com soluções complexas, mas com adaptabilidade e plasticidade assinaláveis. Uma das soluções frequentes, com o objetivo de otimizar a ocupação da parcela urbana, era o recurso a uma duplicação das construções por simetria (fig.2).

⁴⁰ FERNANDES, Francisco Barata - Transformação e permanência na habitação portuguesa: as formas da casa na forma da cidade, 1999, p.247

⁴¹ Ibidem

⁴² LAMEIRA, Gisela - O prédio de rendimento português. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX, 2017, p.132



2. Tipo de habitação plurifamiliar portuense com base na agregação por “duplicação por simetria”, 1939, Licença de obra 1939-0056; In LAMEIRA, Gisela – A simetria e topologia na conceção da habitação plurifamiliar portuense na 1ª metade do séc. XX, 2014, p.11

Este fenómeno concentrava-se nos arruamentos do centro consolidado, em pequenas parcelas de terreno, sendo que as construções de grande escala se observavam essencialmente nos quarteirões superiores de Sá da Bandeira, na década de 40 e na Rua de Ceuta, no início dos anos 50.⁴³

Nestas décadas, estes edifícios incorporam soluções que revelam inovações na composição dos sistemas de acesso, justaposição de diferentes tipologias e organização espacial e desenvolveram-se como consequência da crescente procura de habitação e como referência para a classe burguesa com as suas novas necessidades e ideais modernos.⁴⁴

⁴³ LAMEIRA, Gisela - O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX, 2017, p.164

⁴⁴ ROCHA, Luciana - The Preservation of Authenticity and the Awareness of the Necessary: 3 Buildings, 3 Case Studies, 3 Levels of Intervention, 2014, (p.80, “*Multi-family housing arises from the transformation and densification of single-family housing as a consequence of population growth in urban centers.[...] In Oporto, buildings resulting from private and dynamic initiative stand out, especially those that were built in the 40s. They are often high quality buildings that show new architectural principles. These buildings arose as a consequence of the increasing demand for housing and as a reference for bourgeois society with its new needs and modern ideals. The resultant solutions reveal innovative ideas on the development of new access systems, on the juxtaposition of different typologies, and on spatial organization.*”)

3. Rua de Ceuta



4. Rua de Sá da Bandeira

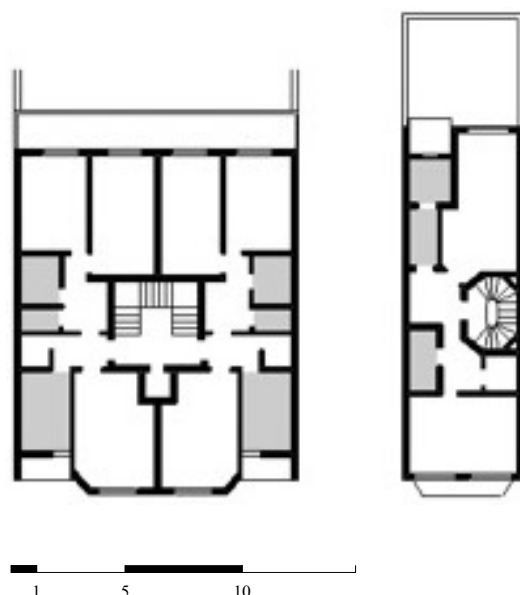


A expansão do centro da cidade e a transição para outros modelos de habitação criam, nos anos 50, oportunidades de experimentação de diferentes tipologias de habitação num novo quadro de organização do espaço urbano, que coloca em contraste o sobreocupado centro histórico e as áreas residenciais localizadas em zonas de expansão pouco desenvolvidas.

Até aos anos 50 do século XX, no que se refere à construção de iniciativa privada, a maioria das intervenções concentram-se na reforma do tecido urbano preexistente, mais no centro do que na periferia, redesenhando ou construindo edifícios de raiz em lotes ou parcelas para habitação plurifamiliar.⁴⁵ Assistia-se ainda a uma significativa variação de tipos de edifícios e soluções tipológicas. Neste aspeto, em meados da década de 1950, observava-se essencialmente a utilização de modelos em esquerdo-direito que se ajustava às naturais variações de dimensão de frente, o que resulta num empobrecimento relativamente aos modelos em vigor no âmbito da habitação plurifamiliar em vigor nos anos 30 e 40.⁴⁶

⁴⁵ LAMEIRA, Gisela - O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX, 2017, p.172

⁴⁶ Idem, p.223



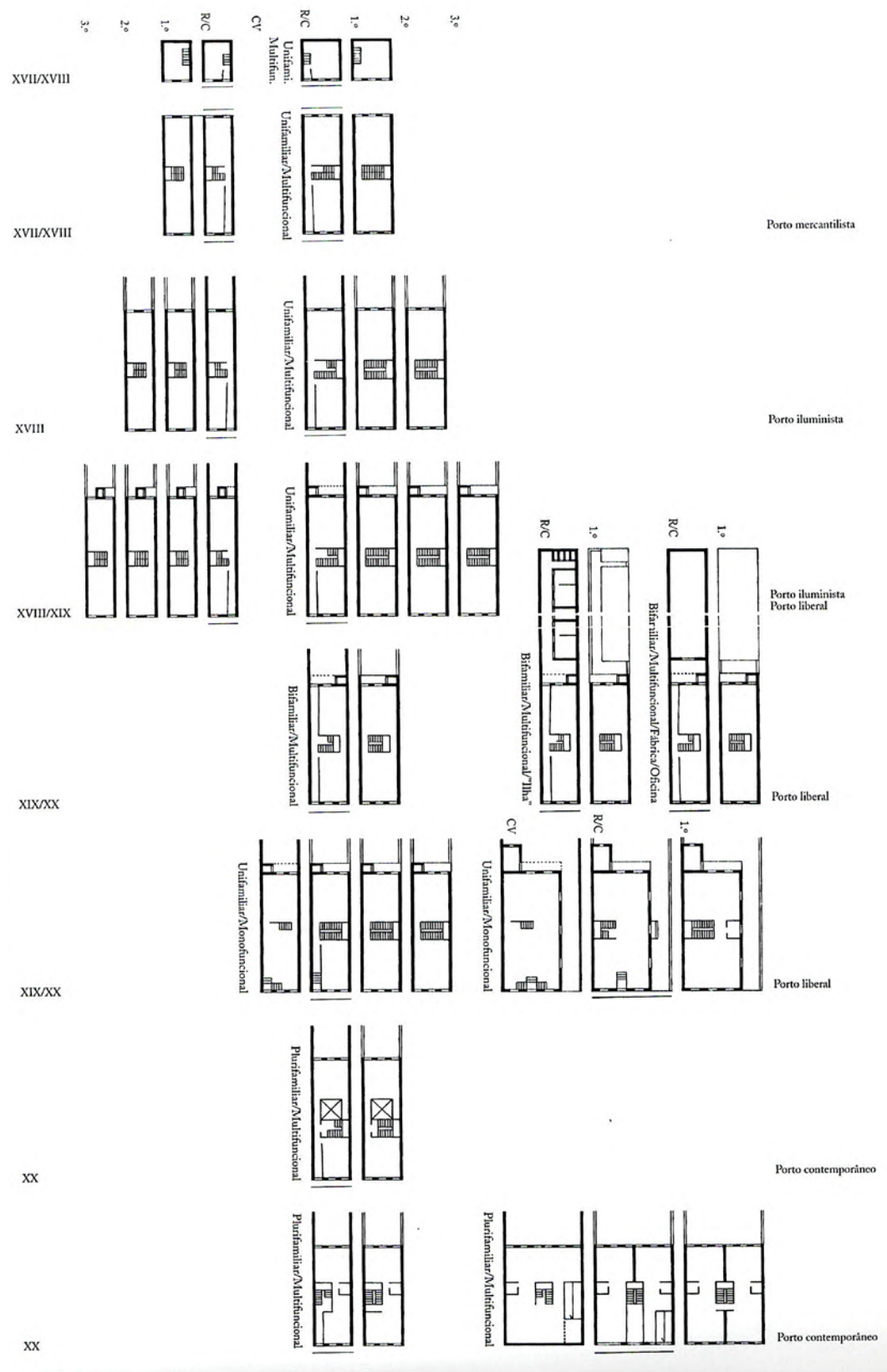
5. Modelos de habitação frequentes a partir da década de 1960, na substituição lote a lote; Redesenho esquemático elaborado por Gisela Lameira referenciando um estudo de Francisco Barata Fernandes (1999); In LAMEIRA, Gisela - O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX, 2017, p.139

Com o início dos anos 60 surgem vários exemplos de conjuntos residenciais de maior dimensão que respondiam a novos contextos, com novas soluções arquitetónicas e modelos de habitação que se destacaram pela diferente relação com a cidade que pretendiam construir, como os casos do Campo do Luso e do Foco.

Alterações de paradigma na década de 1960

No entanto, a construção de habitação por promotores privados nas áreas de expansão da cidade ganha expressão mais pela qualidade arquitetónica dos edifícios e dos espaços intermédios de uso coletivo que souberam equacionar, do que pela organização e constituição de uma malha urbana que se expandia a partir do centro até à primeira periferia da cidade.⁴⁷

⁴⁷ LAMEIRA, Gisela - O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX, 2017, p.223



6. Quadro tipológico de “transformações e permanências na habitação portuense”; In FERNANDES, Francisco Barata - Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade, 1999, p.234

“... o legado histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto marcado pelo notável património arquitectónico, artístico e cultural; pelo abnegado investimento plural nas áreas da educação geral e educação aplicada; pela potencialização económica sustentável de todas as valências; pelos altruístas investimentos na área da saúde com a criação de hospitais na cidade do Porto; pelas consagradas práticas de culto religioso e assistência aos mais desfavorecidos; são, entre muitos, exemplos assombrosos de obras de misericórdia.”

Delfim Sousa⁴⁸; Santa Casa da Misericórdia do Porto - Culto, Cultura, Caridade : Atas do II congresso de história da santa casa da misericórdia do Porto, 2012, p.519

⁴⁸ Diretor da Casa-Museu Teixeira Lopes e Mesário da Santa Casa da Misericórdia de Gaia

História e património

A Santa Casa da Misericórdia do Porto é uma instituição de caridade e assistência social fundada a 14 de Março de 1499. Entre algumas das maiores Misericórdias (Braga, Coimbra, Évora, Guimarães, Lisboa, Ponta Delgada, Porto e Viseu), esta instituição não só é das mais antigas, mas também das mais importantes face à sua longa história e ao vasto património construído e herdado (hospitais, colégios, lares para pessoas idosas, imóveis para arrendamento, museu, entre outros).

A sua fundação remete para o fim do século XV e início do século XVI, altura em que reinava D. Manuel I.

*“No anno de 1498, Frei Miguel Contreras, valendo-se da alta e benéfica influencia que tinha na côrte de El-Rei D. Manoel consegue d’este monarca o decreto que instituiu as Misericordias e como confessor da Rainha D. Leonor, irmã de D. Manoel e viuva de D. João II, inspira-lhe a fundação da Misericordia de Lisboa, n’aquelle anno.”*⁴⁹

Um ano depois de criar a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, D. Manuel demonstra o seu interesse por esta nova instituição da cidade fundando outras por todo o reino. Como demonstração de caridade e solidariedade social, e inspirado pela espiritualidade da Rainha D. Leonor, vai recomendar a várias cidades que sejam fundados “estabelecimentos piedosos” análogos ao de Lisboa.⁵⁰

⁴⁹ PORTO, Santa Casa de Misericórdia do - Misericórdia do Porto: resumo histórico da sua fundação e desenvolvimento, Porto, 1903, p.4

⁵⁰ BASTO, Artur de Magalhães; História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, ed. Santa Casa da Misericórdia do Porto, Porto, 1934, (p.163-164; “e tam prometadora de benefícios se afigurava seguramente desde o início a dita instituição que poucos meses depois D. Manuel escrevia, segundo se assevera, a várias cidades e vilas dos seus senhorios recomendando com instância que fundassem estabelecimentos piedosos análogos ao de Lisboa.”)

“A problemática social que levou à invenção das Confrarias da Misericórdia nos finais de Quatrocentos em Portugal não era nova: pobres, doentes, desgraçados, presos, marginais sempre os houvera. Mas as circunstâncias da expansão portuguesa recente provavelmente atraíram à capital muitas pessoas, aumentando o número dos que vegetavam pelas ruas da cidade. Isso terá feito nascer a ideia de que algo era preciso fazer por essa gente.”⁵¹

Com efeito, a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), constituída na ordem jurídica canónica, surgia com o objetivo de satisfazer as carências sociais e de praticar atos de culto católico baseados nos princípios da doutrina cristã⁵². Esta Misericórdia, entre outras, desempenhava catorze obras de beneficência, sete espirituais e sete corporais, incorporadas à luz da moderna Doutrina Social da Igreja e da cultura da solidariedade. O cumprimento e o desenvolvimento de atividades de intervenção social constituíam o fundamento de todas as Misericórdias.⁵³

A primeira sede da Santa Casa da Misericórdia do Porto situava-se no Claustro Velho da Sé fixando-se, uns anos mais tarde, nas atuais instalações na Rua das Flores.⁵⁴

Ao longo do século XVI as Misericórdias multiplicaram as suas atividades e eventos religiosos desde o apoio aos presos, pobres e desprotegidos, administração de hospitais, recolhendo esmolas, promovendo funerais e organizando saídas processionais e manifestações religiosas.

⁵¹ SILVA, Francisco Ribeiro - A Misericórdia do Porto no século XVI, O tripeiro, Porto, N°2, 2003, p.36

⁵² Sobre este assunto, consultar o site da Santa Casa da Misericórdia do Porto, nomeadamente o ponto sobre a “missão e valores”: <http://www.scmp.pt/pt-pt/instituicao/missao-e-valores_5> [2016]

⁵³ Sobre este assunto, consultar o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, Assembleia Geral de 25 de Julho de 2015, no site: <<http://www.scmp.pt/assets/misc/img/Irmaos/COMPROMISSO%20AG%2025%20julho%202015.pdf>>, p.3-4

⁵⁴ “Só em Agosto de 1502 teve esta irmandade logar certo para se reunir, e foi a capella de Sant’Iago, nas claustras velhas da Sé, mudando-se em 1559 para a Egreja e mais dependencias que mandou construir na Rua das Flores.” PORTO, Santa Casa de Misericórdia do - Misericórdia do Porto: resumo histórico da sua fundação e desenvolvimento, Porto, 1903, p.5-6

Além da concessão de inúmeros privilégios e isenções, o rei D. Manuel e a rainha D. Leonor fizeram várias doações à Misericórdia e ordenaram a anexação de um conjunto de hospitais que anteriormente eram geridos pelo município do Porto.

Com o apoio régio, estas instituições adquiriram importância social e direito de possuir bens de raiz, criando condições para a construção de um património de maior dimensão.

“Sejam quais forem os motivos e o grau das reservas ou da indiferença que a Misericórdia do Porto encontrou, durante os primeiros anos da sua existência, na maioria da população da cidade, o que é certo é que os factos conhecidos nos convencem de que, sem a protecção decidida e constante do poder real, a Confraria não teria conseguido vingar.”⁵⁵

Com a ajuda de doações e heranças, esta instituição foi capaz de fundar novos hospitais, institutos e asilos. Alguns destes investimentos dependeram ainda da riqueza gerada com as ligações ao Oriente e ao Brasil.⁵⁶

Durante o século XX foram inaugurados alguns estabelecimentos de apoio sobretudo aos mais desfavorecidos, no entanto grande parte da obra da Santa Casa da Misericórdia do Porto incidiu na revalorização e aproveitamento do seu património, para além da construção de blocos residenciais.

⁵⁵ BASTO, Artur de Magalhães; História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, ed. Santa Casa da Misericórdia do Porto, Porto, 1934, p.224

⁵⁶ Sobre as maiores heranças da SCMP, Francisco Silva afirma: *“Mas reportando-nos apenas ao século de Quinhentos, foi na segunda metade que a Santa Casa recebeu as mais gordas heranças, sobretudo nos últimos vinte e cinco anos, a maior parte providas de portuenses que haviam feito fortuna nas terras de além-mar. Aliás, e entre parêntesis, acrescentarei que a ligação ao Oriente e mais tarde ao Brasil constitui um traço frequentíssimo do perfil do benfeitor da Misericórdia do Porto durante todo o largo período que vai do século XVI ao séc. XIX.”*; In SILVA, Francisco Ribeiro - A Misericórdia do Porto no século XVI, O tripeiro, Porto, Nº2, 2003, p.37

Depois da nacionalização do Hospital de Santo António, do Conde Ferreira (que mais tarde voltaria a ser gerido pela SCMP) e de Rodrigues Semide⁵⁷, a construção do Hospital da Prelada, do Lar Nossa Senhora da Misericórdia e de grandes conjuntos residenciais como o “Campo do Luso” e o bairro Daniel Constant, contribuiu para o enriquecimento do património da SCMP.

Desde a criação da Irmandade Nossa Senhora da Misericórdia do Porto e do seu reconhecimento como entidade de solidariedade social, foi possível legar heranças e doar bens a esta instituição⁵⁸. Depois do exemplo do rei D. Manuel I e da rainha D. Leonor no passado, foram muitos os benfeitores que legaram os seus bens à instituição ao longo da história.⁵⁹

*“Há pessoas que deixam heranças ou legados à Misericórdia, por um lado, para perpetuarem os respectivos bens em uma função caritativa, e, por outro lado, por temerem a sua alienação ou dissipação que, a breve trecho, os desliguem da sua memória e das suas intenções.”*⁶⁰

A gestão do património da Santa Casa da Misericórdia do Porto segue algumas normas e princípios⁶¹ que esta instituição tem afigurados como valores a seguir.

⁵⁷ “Logo nesse ano de 1974, em Dezembro, os hospitais centrais e distritais pertencentes a pessoas coletivas de utilidade pública e administrativa passaram a ser administrados por comissões nomeadas pelo governo.” - Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia – História Breve das Misericórdias Portuguesas: 1498-2000. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008

⁵⁸ “Os bens patrimoniais procedentes do século XVI constituem um indício indesmentível do crescimento da Irmandade nessa centúria. O famoso quadro “Fons Vitae” é sempre lembrado como a jóia por excelência, mas as obras de arte da instituição não se esgotam na pintura ou na ourivesaria. O património construído e o Arquivo Histórico atestam bem a pujança da Confraria nesse primeiro século.” In SILVA, Francisco Ribeiro - A Misericórdia do Porto no século XVI, O tripeiro, Porto, N°2, 2003, p.38

⁵⁹ Site da Santa Casa da Misericórdia do Porto, ponto sobre história, missão e valores: <<http://www.scmp.pt/pt-pt/instituicao/historia-missao-e-valores>>, [2016]

⁶⁰ MATOS, Fernando de - A essência da Misericórdia do Porto: alguns princípios basilares, Porto, 1966, p.14

⁶¹ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, Assembleia Geral de 25 de Julho de 2015, <<http://www.scmp.pt/assets/misc/img/Irmaos/COMPROMISSO%20AG%2025%20julho%202015.pdf>>, p.10

Fazem parte destes valores a honestidade, integridade e transparência necessários para a conservação da honra e integridade associados à imagem da sua instituição.

A responsabilidade social é reconhecida assim como a igualdade de direitos e oportunidades com o fim de garantir a satisfação das necessidades dos seus clientes e utentes.⁶²

Da mesma forma que a Santa Casa da Misericórdia do Porto deve ter um especial cuidado no desenvolvimento dos bens adquiridos, os seus investimentos seguem também algumas normas como são exemplos a obrigatoriedade de qualquer construção ou reparação de obras e o arrendamento de imóveis ser feita em concurso ou hasta pública e os preços e rendas aceites não poderem ser inferiores aos que vigorem no mercado de imóveis e arrendamento.⁶³

Como referido anteriormente, o arrendamento de imóveis, heranças, legados e doações são fontes de receita da SCMP, assim como o rendimento de campanhas de angariação de fundos e donativos particulares, de investimentos financeiros, o produto de empréstimos e o produto da venda de publicações sobre a história e atividades da instituição.

No entanto, os investimentos e o funcionamento das instalações e atividades constituem despesas e encargos para esta instituição de solidariedade, de que são exemplos a reparação e manutenção dos bens de que é proprietária, despesas de construção e equipamentos de novos edifícios ou de ampliação de edifícios já existentes, despesas de aquisição de terrenos para construção e de veículos, entre outras.⁶⁴

⁶² Santa Casa da Misericórdia do Porto, <http://www.scmp.pt/pt-pt/instituicao/missao-e-valores_5> [2016]

⁶³ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, Assembleia Geral de 25 de Julho de 2015, <<http://www.scmp.pt/assets/misc/img/Irmaos/COMPROMISSO%20AG%2025%20julho%202015.pdf>>, p.11

⁶⁴ Ibidem, p.11-12

Referenciados alguns fatores intervenientes no processo de construção do património da Santa Casa da Misericórdia do Porto e alguns princípios que esta segue no seu desenvolvimento, interessa abordar os principais estabelecimentos que o constituem ou cuja administração tenha sido da sua responsabilidade.

Fazem parte do património da Santa Casa da Misericórdia bens móveis como jóias, peças de mobiliário, quadros, entre outros. No entanto, esta análise centra-se no património de bens imóveis com valor arquitetónico.

O património arquitetónico da Santa Casa da Misericórdia do Porto pode ser dividido nas áreas da saúde, da educação, da ação social, do lazer, da justiça, da cultura e do arrendamento.⁶⁵

Uma área de intervenção da Misericórdia do Porto com considerável património é o da saúde, com o hospital Roque Amador fundado logo no século XVI, situado na Rua dos Caldeireiros e entregue à Misericórdia pela Câmara Municipal em virtude da carta régia de D. Manuel a 15 de Maio de 1521⁶⁶.

Em 1610 foi inaugurado o Hospital D. Lopo de Almeida⁶⁷ e em 1770 foi iniciada a construção do Hospital Geral de Santo António, seguido de inúmeros estabelecimentos de saúde: o Hospital d'Alienados do Conde Ferreira (1883), os Hospitais de Entrevadas (1857) e Entrevados e os Hospitais de Lázarus e de Lázaras (1721)⁶⁸.

Já no século XX, foi construído o Hospital de Convalescentes D. Francisco de Noronha e Menezes (1906)⁶⁹, o Sanatório-Hospital Rodrigues Semide (1926, atuais instalações da Faculdade Lusíada da universidade do Porto), o Hospital da Prelada (1988) e assumida a gestão do Centro de Reabilitação do Norte – Dr. Ferreira Alves em 2013⁷⁰.

⁶⁵ As datas que se seguem, entre parêntesis, referem-se ao momento de inauguração do estabelecimento.

⁶⁶ PORTO, Santa Casa de Misericórdia do - Misericórdia do Porto: resumo histórico da sua fundação e desenvolvimento, Porto, 1903, p.7

⁶⁷ Museu e Igreja da Misericórdia do Porto, <<http://www.mmipo.pt/pt-pt/obras/retrato-de-d.-lopo-de-almeida>>, [2017]

⁶⁸ PORTO, Santa Casa de Misericórdia do - Misericórdia do Porto: resumo histórico da sua fundação e desenvolvimento, Porto, 1903, p.6-12

⁶⁹ Museu e Igreja da Misericórdia do Porto, <<http://www.mmipo.pt/pt-pt/obras/retrato-de-d.-francisco-de-noronha-e-menezes>>, [2017]

⁷⁰ Santa Casa da Misericórdia do Porto, <<http://www.scmp.pt/pt-pt/instituicao/historia-missao-e-valores>>, [2017]

Alguns destes estabelecimentos foram convertidos em lares, demolidos ou aproveitadas as suas instalações para outros efeitos.

Na área da educação, a Misericórdia do Porto é, desde 1731⁷¹, proprietária de um dos mais antigos colégios da região, o Colégio Nossa Senhora da Esperança. Em 1866⁷² iniciou atividade o Colégio Barão de Nova Sintra, um estabelecimento que se destina não só à formação, mas também ao acolhimento de jovens do sexo masculino que se encontrem em situação de perigo.

O instituto de Surdos-Mudos Araújo Porto (1893)⁷³, o centro de produção do livro para o cego denominado Centro Professor Albuquerque e Castro (1956) e a Escola de Enfermagem D. Ana Guedes (constituída em 1896 e fundida com outras escolas de enfermagem em 2007, originando a Escola Superior de Enfermagem do Porto)⁷⁴ são outros exemplos da intervenção da Santa Casa da Misericórdia na área da educação.

Mais especificamente, no ensino especial, foi desenvolvido o Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD), um centro de intervenção na área da deficiência ou incapacidade que apoia pessoas com necessidades específicas⁷⁵.

No sector da ação social, desde o século XVIII, vários estabelecimentos fizeram parte do património da Irmandade Nossa Senhora da Misericórdia do Porto: o Recolhimento de Órfãs da Nossa Senhora da Esperança (1772), o Recolhimento de Viúvas Pobres de Nossa Senhora das Dores (1867) e o Asilo de Cegos de S. Manoel (1899) eram exemplos de instituições de instrução e educação a meninas órfãs, de abrigo a viúvas e de abrigo a invisuais, respetivamente.

⁷¹ Santa Casa da Misericórdia do Porto, <<http://www.scmp.pt>>, [2017]

⁷² Ibidem

⁷³ PORTO, Santa Casa de Misericórdia do - Misericórdia do Porto: resumo histórico da sua fundação e desenvolvimento, Porto, 1903, p.9

⁷⁴ Santa Casa da Misericórdia do Porto, <<http://www.scmp.pt>>, [2017]

⁷⁵ Santa Casa da Misericórdia do Porto, <<http://www.scmp.pt/pt-pt/ensino-especial/ciad>>, [2017]

Os lares Nossa Senhora da Misericórdia (Areosa), S. Lázaro (Fontainhas), Quinta Marinho (Ramada Alta) e Pereira de Lima (Candal - V. N. Gaia) compõe as ERPI (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas).

Estes estabelecimentos são desenvolvidos com o objetivo de proporcionar cuidados de saúde a pessoas idosas, autónomas ou em situação de perda de independência/autonomia, e pertencem ao património da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

A Casa Abrigo de Santo António, a Casa Bento XVI, a Casa da Rua - D. Lopo de Almeida, o Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins constituem outros exemplos de equipamentos sociais da Misericórdia do Porto cujo objetivo geral é prestar apoio à população sem-abrigo.⁷⁶

No que respeita ao património da Santa Casa da Misericórdia do Porto com o caráter de lazer, destacam-se a Quinta d'Alva nas margens do Douro, o jardim da Casa da Prelada projetado por Nicolau Nasoni, a Quinta da Prelada, também concebida pelo arquiteto Nicolau Nasoni e doada à Misericórdia do Porto pelo benfeitor D. Francisco de Noronha e Menezes e o Parque Avides Moreira, um projeto em conjunto com a Lipor que visa promover a qualidade de vida, o bem-estar, a relação da natureza com a comunidade hospitalar e com o público em geral.⁷⁷

O Estabelecimento Prisional Santa Cruz do Bispo representa a única propriedade da Misericórdia do Porto na área da justiça. Este projeto foi executado em parceria com o Ministério da Justiça e estão à responsabilidade da instituição todas as atividades com a exceção da segurança e execução de penas.

⁷⁶ Santa Casa da Misericórdia do Porto, <<http://www.scmp.pt/pt-pt/acao-social/>>, [2017]

⁷⁷ Santa Casa da Misericórdia do Porto, <<http://www.scmp.pt/pt-pt/lazer/lazer-hp>>, [2017]

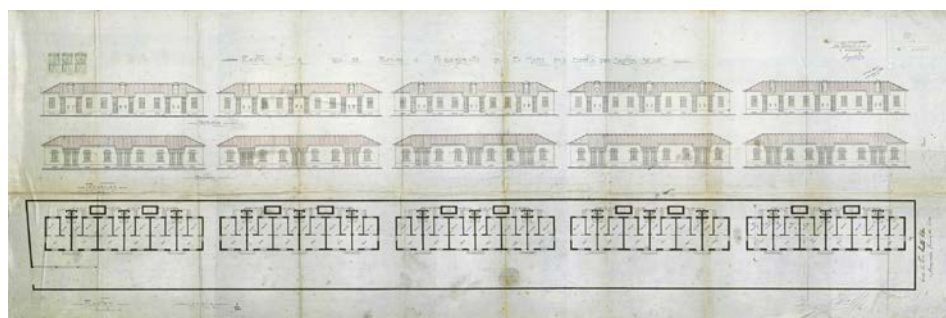
No campo da cultura, a instituição é detentora de um grande número de instalações como o Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO), a Casa da Prelada, que acolhe uma biblioteca e o Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto, uma biblioteca nas instalações do Centro Hospitalar Conde de Ferreira, uma igreja (Igreja da Misericórdia, cuja fachada também tem a autoria de Nicolau Nasoni) e o cemitério do Prado.⁷⁸

São também propriedades da Santa Casa da Misericórdia do Porto: o Banco de Vestuário situado nas instalações do bairro Daniel Constant, um edifício onde funcionam os Serviços Partilhados e Corporativos da SCMP, na Rua Joaquim de Vasconcelos, e a sua sede, na Rua das Flores.

⁷⁸ Santa Casa da Misericórdia do Porto, <<http://www.scmp.pt/pt-pt/cultura/cultura-hp>>, [2017]



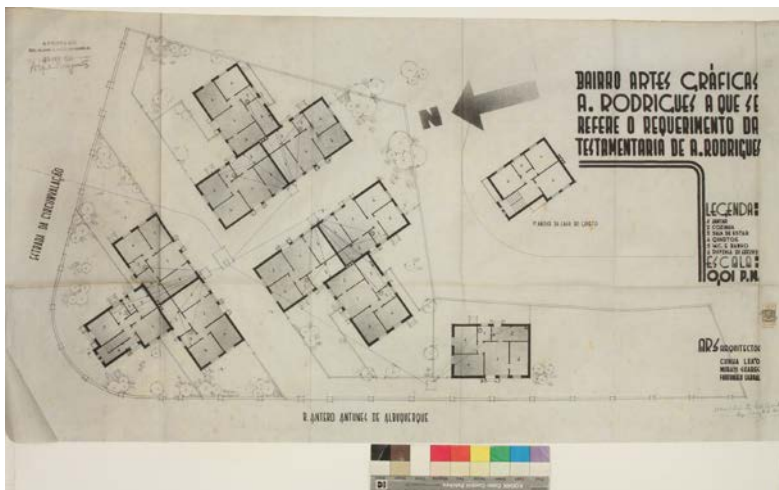
7. Bairro Monteiro dos Santos.



8. Planta do bairro Monteiro dos Santos, sem escala, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto



9. Bairro das Artes Gráficas



10. Planta do bairro das Artes Gráficas, sem escala, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto

Património habitacional

O património habitacional de arrendamento da instituição em estudo é composto pelos seguintes conjuntos habitacionais: bairro Monteiro dos Santos (1927), bairro das Artes Gráficas (ARS Arquitectos, 1937), conjunto residencial Campo do Luso (1961-68) ⁷⁹, conjunto residencial na Foz (1967) e o bairro Daniel Constant (2000). São também imóveis de rendimento o edifício nº1091 na Avenida Fernão de Magalhães, os edifícios nº204, nº210, 212, 214, 216 e 218 na Rua 9 de Julho, o prédio nº98 na Rua Chã, o prédio nº145 na Rua Cândido dos Reis, terrenos na Rua da Constituição junto ao conjunto residencial Campo do Luso, entre outros⁸⁰.

Alguns destes imóveis foram construídos pela instituição e outros foram herdados pela mesma. De acordo com a informação disponível, é possível afirmar que o conjunto residencial na Foz, o conjunto habitacional Campo do Luso, o bairro Daniel Constant e o edifício nº1091 na Avenida Fernão de Magalhães foram construídos de raiz. Foi também possível aferir que o bairro das Artes Gráficas, o bairro Monteiro dos Santos e os imóveis na Rua 9 de Julho foram doados à Santa Casa da Misericórdia do Porto, sendo que, no primeiro, com um compromisso de atualização de rendas dos inquilinos em função da variação apreciável do custo de vida e nos termos da respetiva legislação em vigor das casas

⁷⁹ Sobre o valor das rendas praticadas neste conjunto habitacional foi possível apurar que a entidade proprietária (Santa Casa da Misericórdia do Porto) estava, à altura da sua construção, isenta de pagamento de contribuição predial, e que “foi realizado esforço importante no sentido de uma economia que, não afectando as qualidades de segurança, comodidade e duração, permitisse oferecer rendas que se situassem nitidamente abaixo das praticadas correntemente na cidade, garantindo embora, um juro bruto de 5,85 por cento para os três primeiros blocos.” [...] “As rendas que se situam a níveis muito razoáveis em confronto com a maioria dos casos idênticos no Porto, são as seguintes: H1-50m2. (área útil de cada habitação) - 700\$00. H2-60m2. (área útil de cada habitação) - 900\$00. H3-110m2. (área útil de cada habitação) - 1100\$00. H4-140m2. (área útil de cada habitação) - 1400\$00”; Revista Arquitectura nº94, 1966, p.185-186

⁸⁰ A investigação sobre o património da Santa casa da Misericórdia do Porto foi constante ao longo deste trabalho, no entanto a sua amplitude e a reduzida informação disponível sobre o tema não permitiu um resultado exato. Os exemplos acima citados foram conhecidos através de várias fontes incluindo documentação original da Santa Casa da Misericórdia do Porto, do Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, do Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, assim como o cruzamento de várias referências bibliográficas.



11. Bairro Daniel Constant, lote nº4, vista da rua Diamantina



12. Bairro Daniel Constant, lote nº3, vista entre os dois lotes



13. Bairro Daniel Constant, lote nº3, vista da rua Doutor Lopo de Carvalho

económicas⁸¹.

A área da habitação é um tema predominante na ação social da Santa Casa da Misericórdia do Porto. A responsabilidade inerente ao facto de ser a “maior proprietária privada de património na cidade e área metropolitana do Porto”⁸² tem-se revelado nos imóveis que dispõe para arrendamento aos mais desfavorecidos e também em alguns protocolos celebrados e adesões a programas no âmbito da reabilitação urbana.

Sobre este tema, e com o objetivo de proceder à erradicação das barracas existentes nos municípios de Lisboa e do Porto, surge o Programa Especial de Realojamento (PER), em 1993. Este programa concede apoios financeiros para a construção, aquisição ou arrendamento de fogos destinados ao realojamento de agregados familiares residentes nessas barracas e habitantes similares.⁸³

Foi ao abrigo deste programa que surgiu, por parte da Santa Casa da Misericórdia do Porto, a iniciativa para a construção do bairro Daniel Constant, no ano 2000, no cruzamento da Rua Rodrigues Semide e da Rua Diamantina. Este conjunto habitacional é constituído por um edifício de sete pisos e outro, em posição simétrica, de oito pisos. Os fogos deste conjunto habitacional tiveram como propósito o arrendamento e servem de habitação para pessoas com dificuldades económicas.

O conjunto dos dois edifícios totaliza 146 habitações organizadas em T1, T2, T3 e T4. No rés-do-chão, o espaço central de cada bloco é amplo facilitando o desenvolvimento de diversas atividades.

É também neste bairro que se situam as instalações do “Banco de Vestuário”, um projeto solidário que promove a recolha de roupa para a sua posterior distribuição a pessoas carenciadas. Sobre este conjunto residencial, importa ainda referir que se implanta num terreno de grande dimensão onde também se localiza o Lar Nossa Senhora da Misericórdia.

⁸¹ Segundo o documento de adjudicação de prédios que constituem o legado de António Rodrigues Monteiro, fornecido pela Santa Casa da Misericórdia do Porto e que confirma a Santa Casa da Misericórdia do Porto como legatária do bairro.

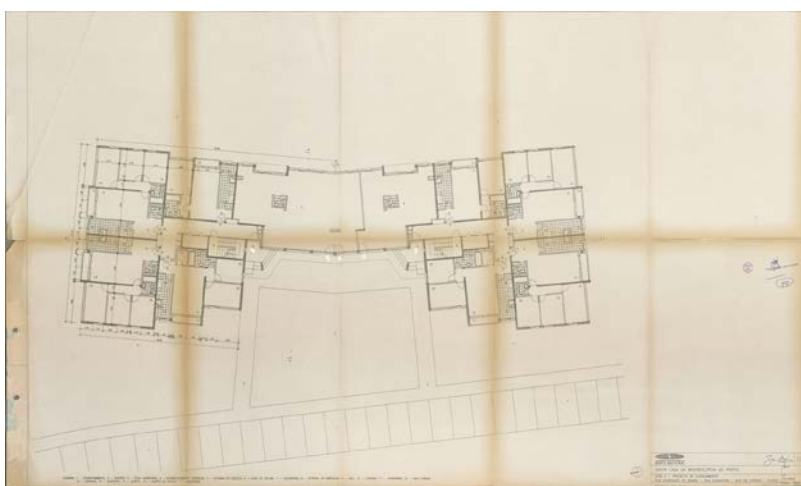
⁸² Protocolo entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia do Porto,

<<http://www.scmp.pt/assets/misc/img/Empreendedorismo/Protocolo%20IHRU.pdf>>,
[2016]

⁸³ Portal da Habitação, Programa Especial de Realojamento,
<https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/programas_de_financiamento/per.html>,
[2017]



14. Bairro Daniel Constant, implantação, escala aproximada 1.2000, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto



15. Bairro Daniel Constant, planta do rés-do-chão do lote nº3, escala aproximada 1.500, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto



16. Bairro Daniel Constant, planta de andares e cobertura do lote nº3, escala aproximada 1.500, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Para este local estavam previstos outros lotes de habitação, no entanto, apenas os dois anteriormente referidos foram construídos. Outro exemplo da cooperação da Santa Casa da Misericórdia do Porto com outras instituições, neste caso o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), é o programa “Reabilitar para Arrendar”. Este programa, assinado a 10 de Junho de 2015, tem como objetivo a ajuda no financiamento das operações de reabilitação de edifícios, ou parte deles, com idade igual ou superior a trinta anos. A seleção das candidaturas para este programa é feita mediante algumas condições e o financiamento é feito através de um empréstimo.⁸⁴ O primeiro prédio a iniciar obras de requalificação no âmbito do Programa Reabilitar para Arrendar, no Norte do país, localiza-se na Rua Chã nº98 e pertence à Misericórdia do Porto. A reabilitação iniciou-se a 25 de janeiro de 2016. À semelhança deste, várias dezenas de imóveis foram mais tarde candidatados pela instituição de solidariedade social ao programa Reabilitar para Arrendar.⁸⁵ *“Com esta intervenção, a Santa Casa da Misericórdia prevê devolver cerca de 300 novas habitações à cidade.[...] A Santa Casa da Misericórdia do Porto possui cerca de 300 edifícios, que correspondem a mais de três mil habitações.”*⁸⁶

O interesse da Santa Casa da Misericórdia do Porto em investir em património de rendimento através do arrendamento de imóveis é perceptível pela aposta no programa Reabilitar para Arrendar. Para o ano de 2017 estão previstos mais treze prédios para integrarem este projeto de reabilitação urbana no Porto (Rua Costa e Almeida nº66/68, Escadas do Codeçal nº26/28, Rua dos Caldeireiros nº231-235, 237, 239-241, 243-245, 247-249, praça 9 de Abril nº67-71, 73-77, 79, Rua António José da Silva nº24-40, Rua do Loureiro nº86-88 e Rua Oliveira Monteiro nº271).⁸⁷

⁸⁴ Programa de reabilitação urbana para arrendamento habitacional <http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portugal/pt/portugal/reabilitacao/realizarparaarrendar_ha/RpA_apresentacao.pdf>, [2016]

⁸⁵ Santa Casa da Misericórdia do Porto, <<http://www.scmp.pt/pt-pt/noticias/reabilitar-para-arrendar-predio-da-misericordia-do-porto-e-o-primeiro-edificio-a-ser-requalificado>>, [2017]

⁸⁶ Santa Casa da Misericórdia do Porto, <<http://www.scmp.pt/pt-pt/instituicao/reabilitar-para-arrendar>>, [2017]

⁸⁷ Santa Casa da Misericórdia do Porto, Plano de Atividades e Orçamento, <<http://www.scmp.pt/assets/misc/Documentos%20Estrategicos/PAO2017.pdf>>, p.39, [2017]

***Dois conjuntos habitacionais construídos
pela Santa Casa da Misericórdia do Porto***



17. Campo do Luso

“O conjunto do Luso tem hoje mais de 40 anos. As árvores do parque-jardim cresceram e já são adultas. Os edifícios envelheceram com nobreza. Marcados pelo tempo mantêm uma imagem de excepcionalidade. A cidade em volta cresceu. Em nenhum caso a qualidade dos espaços urbanos e das edificações que a povoam é superior à do Campo do Luso.”

Manuel Correia Fernandes, *Campo do Luso*, in Porto:1901/2001: guia de arquitectura moderna, 2001, p.6

Conjunto habitacional Campo do Luso

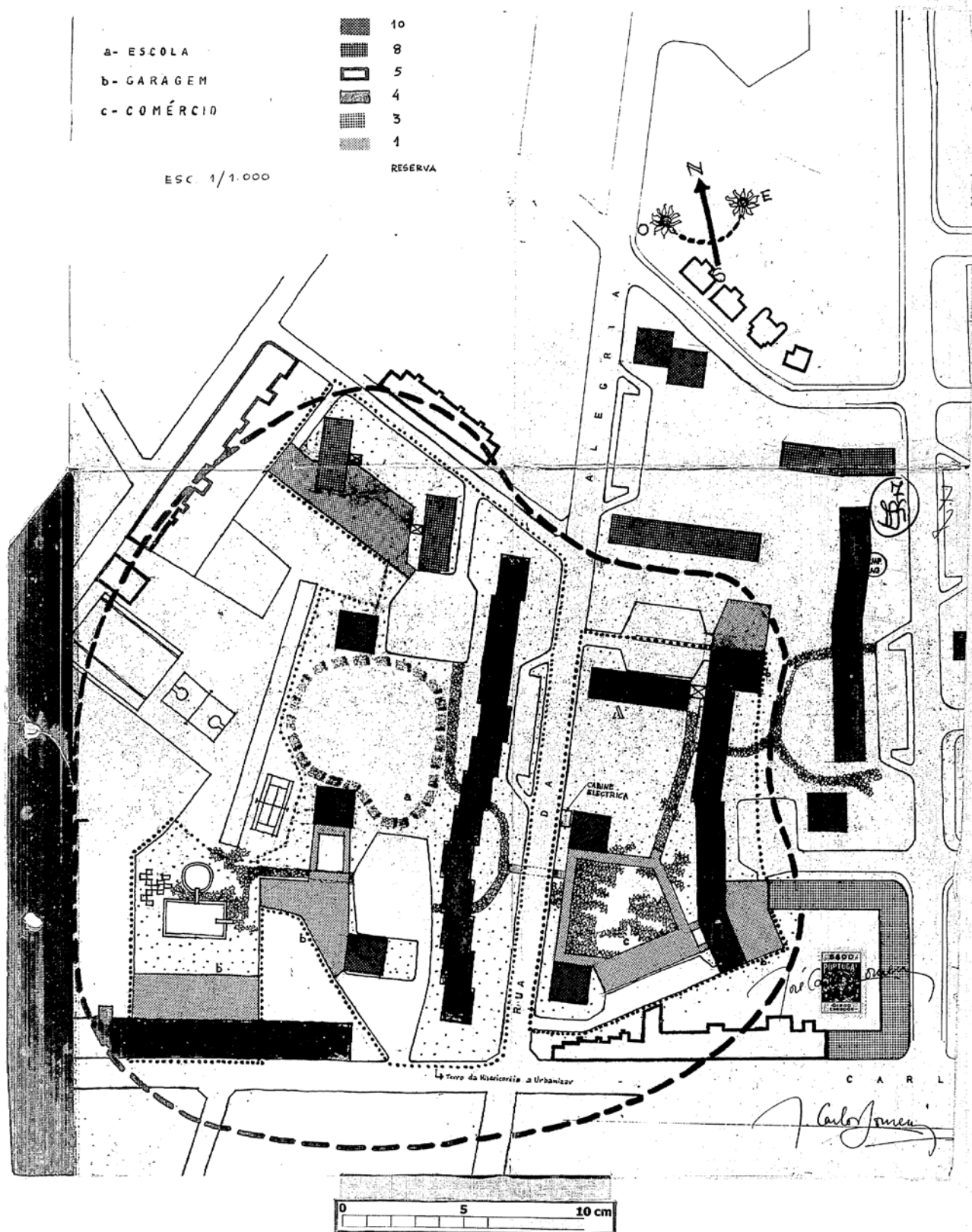
A contextualização realizada acerca da habitação plurifamiliar na cidade do Porto permite a compreensão de que o conjunto habitacional “Campo do Luso” se insere numa época de crítica e reinterpretação da arquitetura. O aumento de construções em zonas periféricas da cidade do Porto e um maior investimento de entidades privadas são fatores relacionados com este empreendimento da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Nesse sentido, interessa aprofundar as suas características tanto do ponto de vista da arquitetura como na sua relação com a cidade.

“A especificidade do cliente, a Santa Casa da Misericórdia do Porto, permitiu a realização de uma obra com uma dimensão urbana invulgar em Portugal (...). A sua intenção era promover uma área residencial periférica (e neste sentido mais económica) para uma classe média emergente, de recursos ainda reduzidos, que não suportando a construção da habitação própria procurava respostas distintas da convencional construção periférica dos bairros económicos promovidos pelo regime através de uma imagem moderna radicalmente diferente.”⁸⁸

Pretende-se, especificamente, compreender de que forma os autores do projeto⁸⁹ e a Santa Casa da Misericórdia do Porto planearam o programa e a configuração deste conjunto através da análise das diferentes fases de construção, da inserção urbana e do desenho dos espaços exteriores, do conjunto edificado, das opções tipológicas e do desenho do fogo.

⁸⁸ ROSA, Edite Maria Figueiredo e - O DAM: Valores modernos e a confrontação com a realidade produtiva, Barcelona, 2005, p.455.

⁸⁹ José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos. As suas biografias podem ser encontradas no site online da Universidade do Porto.



18. Plano geral para o "Campo do Luso", sem escala, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Inserção urbana

O Campo do Luso situa-se no cruzamento das Ruas da Alegria e da Constituição e a sua construção foi iniciada em 1961. Esta zona era considerada na altura uma primeira periferia da cidade e o projeto para este conjunto representa uma tentativa de transição do tecido urbano tradicional para uma malha urbana moderna.⁹⁰

O projeto para o Campo do Luso foi desenhado por José Carlos Loureiro (1925 -) e Luís Pádua Ramos (1931 - 2005), uma dupla de jovens arquitetos, o que contribuiu para a modernidade do programa deste conjunto e que, citando Manuel Correia Fernandes, viria a resultar numa “proposta ousada mas suficientemente ancorada em elementos construtivos e de linguagem capazes de proporcionarem um diálogo frutífero com a cidade em geral e com o mundo da arquitetura em particular.”⁹¹

No programa para o conjunto habitacional, a Santa Casa da Misericórdia do Porto propunha espaços exteriores ajardinados, estacionamento coberto, estabelecimentos comerciais, uma escola, ateliers para artistas, salas para o condomínio, entre outros⁹². A extensa área para construção resulta da desativação do Estádio do Lima que ocorrera pouco tempo antes e iria permitir uma abordagem moderna e inovadora comparativamente à produção arquitetónica corrente.

O plano geral previa a construção de um conjunto de volumes a Nascente e a Poente da Rua da Alegria e cujo plano se encontra representado na planta topográfica na figura 18.

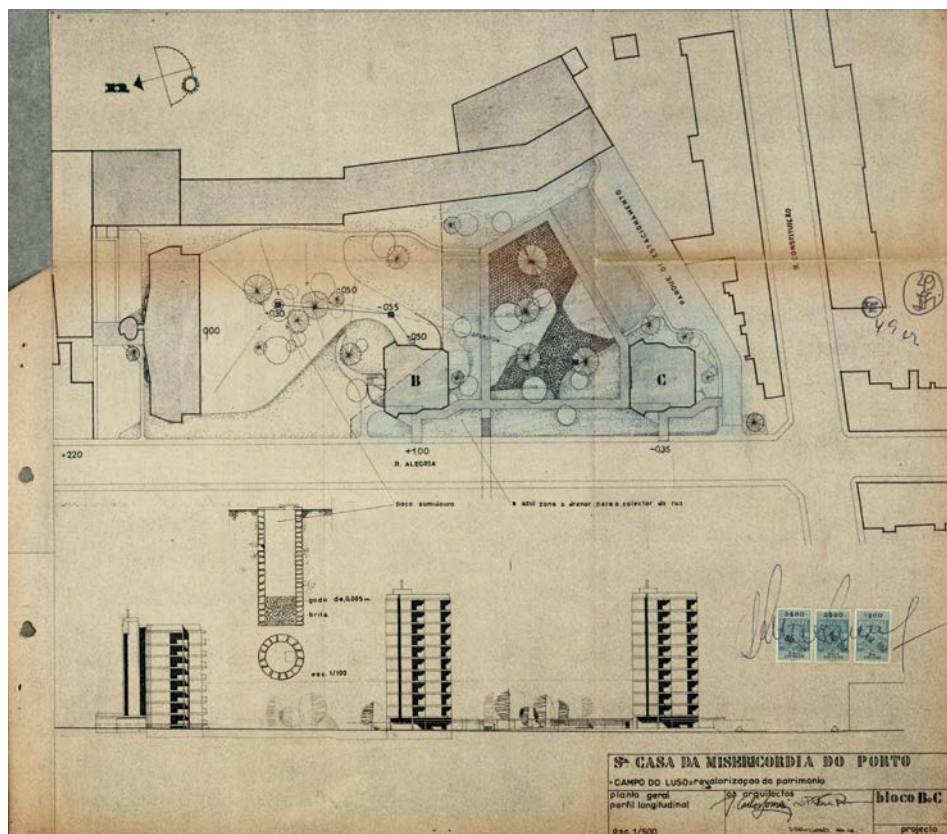
⁹⁰ LAMEIRA, Gisela; Contemporary Oporto fragments: oppositions on the morphological relationship between collective housing and the city, (p.12; “Located in Alegria Street, in an Area considered at the time as the first outskirts of Oporto, Campo do Luso complex represents an attempt to make the transition from the traditional condensed city to a modern urban fabric, through the proposal of new residential models.”)

⁹¹ FERNANDES, Manuel Correia; Porto:1901/2001: guia de arquitectura moderna, Campo do Luso, p.3

⁹² Licenças de Obra dos diferentes edificios do conjunto: L.O.:356/1961 (bloco A), L.O.:433/1962 (bloco B e C) e L.O.:529/1964 (bloco D).



19. Inserção urbana, escala 1.2000



20. Planta geral e perfil longitudinal para o “Campo do Luso”, sem escala, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto.

No lado Poente da Rua da Alegria localizava-se o segundo grupo de edifícios a construir e está, ainda hoje, inacabado. O primeiro grupo de construções previsto pelo plano geral para o Campo do Luso, e sobre o qual esta análise vai incidir, situa-se a Nascente da Rua da Alegria (fig.20).

A primeira fase deste conjunto habitacional previa a construção de um bloco com distribuição por galeria e caixa de escadas exterior (bloco A) e de uma garagem anexa para estacionamento coberto. Este primeiro edifício tem nove pisos e a sua implantação é perpendicular à Rua da Alegria. Com o mesmo alinhamento e de igual modo adjacentes à Rua da Alegria elevam-se duas torres de doze pisos (blocos B e C), pertencentes a uma segunda fase de construção. No interior do quarteirão construiu-se um edifício em banda com sete pisos (bloco D) e uma outra garagem. Estas construções completam a terceira fase do plano geral para este conjunto habitacional.

*“A disposição dos edifícios pretende criar uma frente da rua sem com isso fechar o quarteirão. O espaço livre no interior funciona como parte de um todo e tem um papel ativo na relação dos edifícios com o ambiente urbano existente.”*⁹³

Com esta configuração, o Campo do Luso quebra com a composição tradicional da malha da cidade num desenho de implantação cujos princípios se assemelham aos estabelecidos na “Carta de Atenas”⁹⁴. No entanto esta abordagem não questiona a importância de elementos pré-existentes como a Rua da Alegria, referencial viário da composição.⁹⁵

⁹³ MENDES, Manuel; La casa: paisaje doméstico y proyecto, (p.67; “Disposición lineal de los edificios en una implantación que se ha hecho con la intención de ser la parte frontal de la calle sin encerrar la parcela. Espacio libre diseñado como parte de calificación del todo y componente activo en la relación de los edificios con el entorno urbano existente.”)

⁹⁴ A relação entre este projeto e os princípios da “Carta de Atenas” não é diretamente assumida pelos arquitetos, no entanto é referida por autores como Manuel Correia Fernandes (“Porto 1901|2001: guia de arquitetura moderna”, 2001), Edite Rosa (“ODAM: Valores modernos e a confrontação com a realidade produtiva”, 2005) e Sérgio Fernandez (“Percurso: Arquitectura Portuguesa: 1930/1974”, 1985).

⁹⁵ FERNANDES, Manuel Correia; Porto:1901/2001: guia de arquitectura moderna, Campo do Luso, p.3



21. Implantação do conjunto construído, escala 1.1000

Para possibilitar o acesso aos estacionamentos cobertos foram abertas duas ruas, uma no limite Norte da intervenção e outra que faz todo o limite Sul do terreno deste projeto. Estes acessos são de grande importância uma vez que o conjunto habitacional é constituído por um elevado número de fogos e, conseqüentemente, uma afluência considerável de automóveis.

A estas pequenas vias que conduzem também a alguns estacionamentos descobertos foi conferido um tratamento semelhante aos percursos pedonais. A sua existência, tanto a Norte como a Sul, tende a diluir-se nos respetivos contextos retirando assim protagonismo ao percurso automóvel. À análise dos acessos viários importa associar um estudo da estrutura de percursos pedonais e do desenho dos espaços verdes já que estes possuem um papel fundamental na organização deste conjunto habitacional. Da disposição dos blocos residenciais resultam espaços amplos, arborizados e com diversos percursos no interior do quarteirão. O jardim central mantém uma relação pontual com a Rua da Alegria (principal eixo de composição do conjunto residencial), no entanto gera zonas de lazer com alguma privacidade dedicadas ao recreio para crianças e à convivência entre vizinhança.

“Com uma clara organização concebida à escala urbana o Conjunto Luso-Lima forma uma praça interior, isolada do ruído da grande avenida de circulação viária, em volta da qual se organizam as construções.”⁹⁶

Do jardim central parte também uma passagem pedonal que atravessa o bloco D no rés-do-chão e possibilita o acesso para o lado Nascente do quarteirão, um espaço pouco definido e, na altura, ainda por urbanizar. Esta opção, em simultâneo com a composição da fachada orientada para Norte, parece revelar uma preocupação dos arquitetos com o desenvolvimento daquela parcela do quarteirão.

“Deste lado, está-se já “fora” do “Campo do Luso” e esta fachada exprime essa espécie de incomodidade, fechando-se mas não fechando, em definitivo, a hipótese de para ali se voltar a abrir logo que a cidade o consinta.”⁹⁷

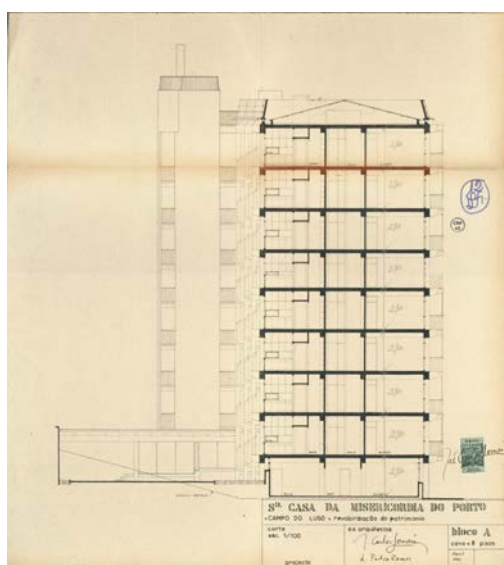
Entre o jardim central e a Rua da Alegria não existe qualquer elemento que condicione o percurso entre os dois espaços, o que dá a entender uma perspetiva de cidade contínua que se prolonga para o interior do espaço “privado”.

⁹⁶ TOSTÕES, Ana; *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920 – 1970*, Lisboa, 2004, p.297

⁹⁷ FERNANDES, Manuel Correia; *Porto:1901/2001: guia de arquitectura moderna*, Campo do Luso, p.5

Estas opções arquitetónicas refletem a intenção da Santa Casa da Misericórdia do Porto em construir uma obra que favoreça o sentido de comunidade e solidariedade, valores urbanos tradicionais intrínsecos a esta instituição.

“Em síntese, consolidou-se uma oposição à solução universal para recuperar a convivência pessoal-territorial: exercício polifónico que incluiu uma rigorosa lição ética sobre a extensão do moderno como solidariedade com o lugar, e sem a obsessão por um urbanismo e arquiteturas portuguesas.”⁹⁸



22. Bloco A, corte transversal, sem escala, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto



23. Bloco A, fachada Sul

⁹⁸ MENDES, Manuel; La casa: paisaje doméstico y proyecto, (p.68; “En síntesis, se ha sedimentado la renuncia a la solución universal para recuperar la convivencia personal-territorial: ejercicio polifónico que ha englobado una rigurosa instrucción ética en la extensión del moderno como solidariedade con el lugar, y sin la obsesión por un urbanismo y una arquitectura portuguesas.”)

Conjunto edificado

Programa do edifício

O primeiro projeto para este conjunto residencial, o bloco A (fig. 22 e 23), foi aprovado em 1961 e propunha a construção de um edifício de nove pisos que, juntamente com uma garagem anexa, de dois pisos, fecha o quarteirão a Norte. Este limite da intervenção é complementado com uma estrada de serviço à garagem, alguns estacionamentos descobertos e a entrada do bloco, volume saliente no rés-do-chão.

Os acessos verticais deste bloco são voltados a Norte e feitos a partir de uma única caixa de escadas (que inclui escadas e monta-cargas) cujo volume, de forma cilíndrica, se destaca do edifício.

A tipologia desenvolvida no bloco A organiza-se a partir de um acesso em galeria que distribui, à exceção da cave, para quatro fogos por piso: dois T2, um T3 e um T4. A cave conta com 32 arrecadações individuais, uma por habitação, uma sala comum com a principal função de recreio para crianças, uma habitação para o porteiro e outra para o guarda da garagem.

A cave, e o programa que incorpora, funciona como solução para a diferença de cotas no terreno. O aproveitamento deste desnível é conseguido com um ligeiro afastamento da rua que proporciona uma maior privacidade para as habitações dos primeiros pisos.

Os habitantes são conduzidos até aos apartamentos através de um percurso com grandes variações de luz e texturas provocadas pelo contraste do betão com o azulejo e pela saliência das varandas (fig. 30). O facto da galeria estar afastada do corpo principal do edifício cria um poço de luz permitindo maior privacidade e melhores condições de iluminação natural.

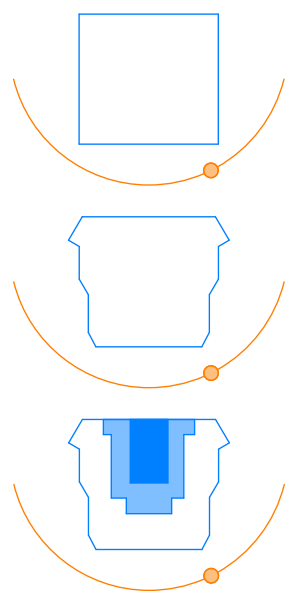
As torres B e C (figuras 31 e 32), idênticas, correspondem à segunda fase de construção do Campo do Luso, iniciada em 1962, e contam ambas com doze pisos e 134 habitações. A opção por edifícios em torre adquire um carácter inovador, já que se afasta das soluções tradicionais em habitação corrente no contexto portuense.



24. Bloco A, entrada



25. Bloco B, entrada



26. Esquema de exposição solar com localização dos acessos verticais e espaços de circulação/serviços, Blocos B e C, escala 1.1000

Comparativamente ao programa do bloco A, a principal diferença traduz-se na introdução de estabelecimentos comerciais e respetivas arrecadações. Esta alteração programática tem um papel importante na implantação do edifício e no desenho do rés-do-chão já que, não havendo fogos voltados para a rua, deixa de existir preocupação com a privacidade.

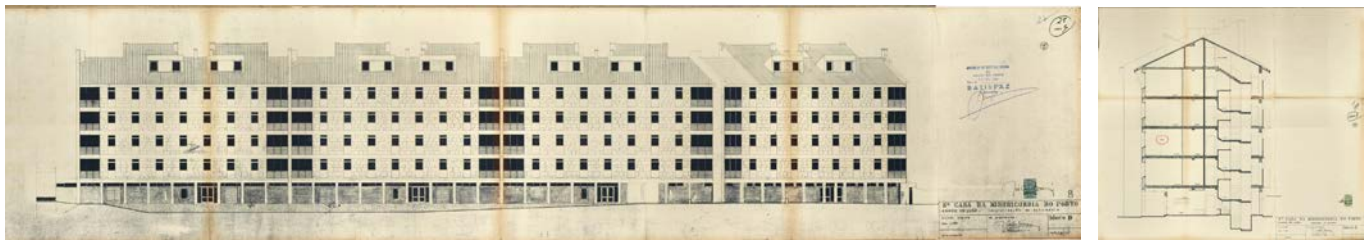
Todavia, uma vez que as condições do terreno resolvem a questão da privacidade junto ao jardim, foi possível prever um apartamento no rés-do-chão de cada torre e a habitação para o porteiro na cave do bloco B. A restante área dos pisos térreos é ocupada por arrecadações, uma sala para recreio de crianças (bloco B) e espaços de ventilação (bloco C).

Os estabelecimentos comerciais no rés-do-chão definem uma relação com a rua e um desenho de entrada específicos. Enquanto no bloco A o hall de entrada se traduz num espaço destacado do edifício principal e afastado da rua, nas torres posiciona-se este espaço no interior do edifício. A entrada anuncia-se através de uma pala alongada até ao passeio.

À exceção do rés-do-chão e da cave, cada piso das torres B e C é composto por duas ou quatro habitações. Do primeiro ao quarto andar, os pisos são constituídos por dois apartamentos T3, simétricos. Nos restantes andares foram projetados quatro fogos, dois T1 e dois T2, também dispostos simetricamente.

A forma e implantação dos dois blocos habitacionais foi desenhada com a intenção de orientar os diferentes espaços interiores à melhor exposição solar. A observação do esquema na figura 26 permite compreender que a procura das melhores condições de iluminação natural levou à localização da zona de acessos verticais para junto da fachada voltada a Norte.

O objetivo de dispor o maior número de vãos com orientação solar privilegiada vai determinar a localização de alguns dos espaços interiores e, consequentemente, influenciar a organização interna do fogo.



27. Bloco D, alçado Poente e corte transversal, sem escala, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto



28. Bloco D, vista da galeria do rés-do-chão



29. Bloco D, atravessamento no rés-do-chão



30. Bloco A, fachada Norte

“Abrindo inteiramente para o parque ajardinado que os espaços livres deixados pelas construções permitem criar e para os terrenos a Nascente destinados à urbanização da zona das Antas, o edifício disporá de magnífica orientação E-O e portanto de boa insolação e tranquilidade que é garantida pelo afastamento da Rua da Alegria.”⁹⁹

O bloco D é o último a ser construído, em 1964, e é composto por quatro módulos, com caixa de escadas e elevador individuais, que servem as arrecadações na cave, o rés-do-chão e cinco andares.

As opções tipológicas projetadas para este bloco foram diferentes das usadas nas construções anteriores, desde logo pelas diferenças a nível de volumetria e implantação. As entradas para os acessos verticais realizam-se pelo interior do quarteirão através de uma galeria que une os dois estacionamento cobertos.

Este espaço dá acesso também aos apartamentos, ateliers e habitação do porteiro localizados no rés-do-chão e permite ainda um atravessamento até ao lado Nascente do edifício admitindo um acesso mais fácil às habitações e ao espaço coletivo central.

Os restantes pisos são compostos por habitações do tipo T1, T3 e T4 e, com os fogos do rés-do-chão, completam 44 habitações e 6 ateliers. O núcleo de acessos verticais localiza-se na fachada orientada a Nascente permitindo uma maior área de habitação sobre o jardim, do lado oposto.

Volumetria e linguagem

A complexidade do desenho da fachada Norte do bloco A atribui-lhe o protagonismo de uma fachada principal ainda que não esteja diretamente relacionada com a rua. No seu desenho ressalta também um conjunto de varandas com sucessivas saliências num contínuo desnivelamento. Esta desconstrução volumétrica confere uma maior dinâmica e profundidade a esta frente do edifício.

Para além disso, a imponente estrutura em betão armado, a textura do acabamento das varandas e a variação de profundidade dotam esta fachada um carácter pouco usual na construção corrente da cidade do Porto.

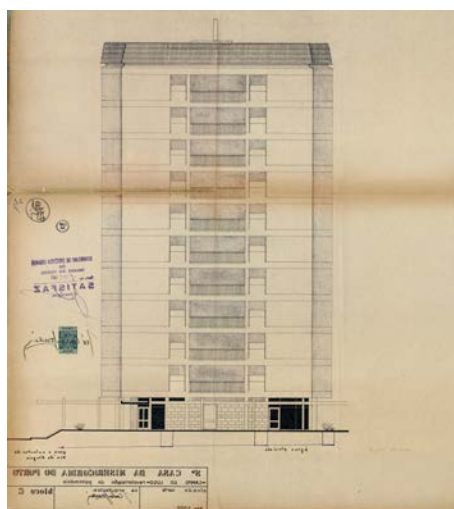
⁹⁹ Memória descritiva e justificativa, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, 1964



31. Bloco B, Fachada Poente



32. Bloco B, Fachada Sul



33. Blocos B e C, Alçado Norte



34. Blocos B e C, Alçado Poente



35. Blocos B e C, Alçado Sul

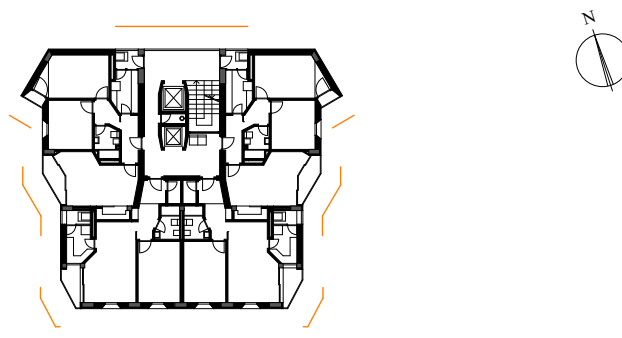


36. Blocos B e C, Alçado Nascente

As fachadas orientadas para Nascente, Sul e Poente possuem uma composição mais simplificada quando comparadas com a fachada virada a Norte e são marcadas por bandas de betão entre cada piso. Este elemento funciona igualmente como enquadramento dos vãos, com desenho vertical, em que a parte inferior é revestida por lousa preta.

O azulejo azul e branco, material de revestimento com maior predominância nas fachadas de todo o conjunto, estende-se até ao início das varandas voltadas a Norte. Na garagem e no embasamento deste bloco, o acabamento realiza-se em granito, material que juntamente com o tijolo maciço vermelho, reveste o interior das galerias de acesso às habitações, voltando a surgir pontualmente no bloco em banda construído posteriormente.

Além do alinhamento imposto pela Rua da Alegria, também a orientação solar é determinante na implantação dos blocos habitacionais deste conjunto. No projeto para as duas torres (blocos B e C), o desenho das fachadas, a abertura de vãos e algumas opções programáticas foram pensadas de forma a contribuir para um melhor aproveitamento da luz e do sol. Neste sentido, os arquitetos rodaram ligeiramente a disposição dos vãos virados a Nascente e Poente, conferindo ao desenho das varandas o mesmo formato (fig.37).



37. Planta 5º-10º pisos, Blocos B e C, escala 1.500

A observação dos alçados, ilustrados nas figuras 33 a 36, onde facilmente se identifica uma concentração superior de vãos nas fachadas Sul, Nascente e Poente em relação à fachada Norte, confirma este princípio relativamente à orientação dos fogos.

No alçado Norte, as únicas aberturas localizam-se no tramo central e destinam-se a iluminar os acessos verticais e as áreas de serviço de dois apartamentos por piso.



38. Bloco B, cobertura



39. Bloco D, fachada Poente



40. Bloco D, fachada Nascente

Exteriormente, a escolha de materiais nas duas torres é muito semelhante à do primeiro edifício construído (bloco A). O azulejo mantém-se como elemento predominante nas fachadas, interrompido na zona das lajes, de betão, que marcam os pisos.

O desenho das aberturas é idêntico, assim como a utilização do granito no rés-do-chão e na cave. Tal como no bloco A, a escolha do azulejo, o recorte das varandas e a rotação de algumas paredes conferem uma dinâmica visual com contrastes luminosos e variações rítmicas.

“...a epiderme do edifício revestida com azulejo tradicional, será ondulatória e rica de modulações luminosas criando uma clara sensação de continuidade dos vários planos das fachadas, atribuindo-lhes uma maior potencialidade rítmica.”¹⁰⁰

A volumetria do edifício em banda (bloco D) destaca-se dos blocos anteriores pelo número de pisos (sete) e pela sua extensão. Esta edificação estende-se por mais de cem metros e tem como função criar um limite para o espaço central entre os blocos residenciais e fechar o quarteirão a Nascente.

Neste bloco, a escolha dos materiais de revestimento é semelhante aos primeiros blocos residenciais, no entanto a sua aplicação sofre algumas alterações (figuras 39 e 40).

Os blocos A, B e C, revestidos a azulejo, apresentam uma platibanda em telha, num desenho idêntico a um telhado. Este material também é empregue no bloco D, no entanto, ao invés de funcionar como remate superior do edifício é utilizado em toda a cobertura. (figuras 38 e 39)

O granito, também utilizado nos edifícios adjacentes à Rua da Alegria, é aplicado em grande parte deste último bloco habitacional e está presente quase na totalidade das fachadas sendo apenas substituído pelo betão na caixa de escadas, varandas de serviço, marcação de lajes de piso e platibanda. (fig.40)

¹⁰⁰ Memória descritiva e justificativa, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, 1962



41. Bloco B, Fachada Poente



42. Bloco B, Fachada Sul



43. Bloco B, Fachada Sul

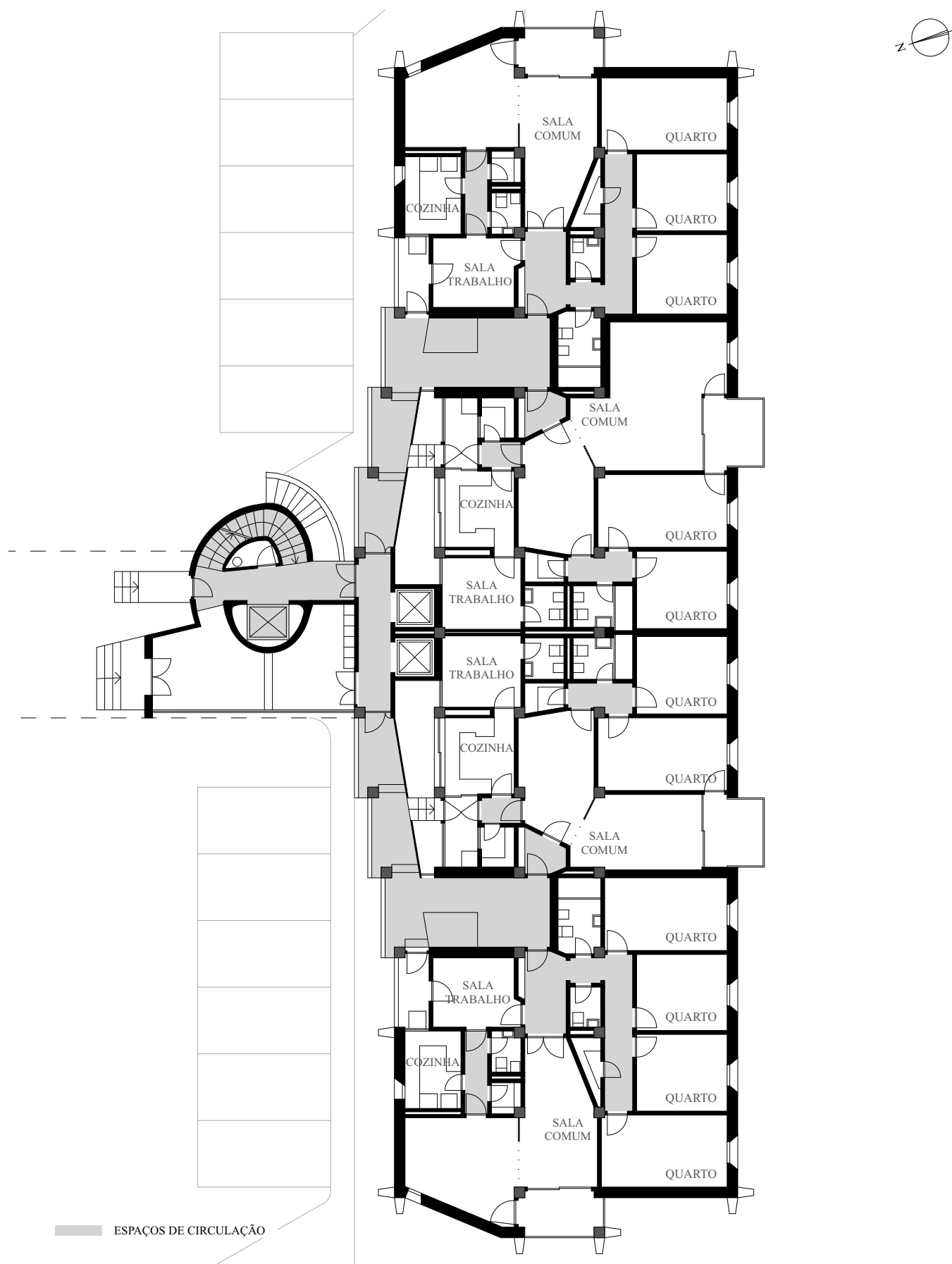
“Loureiro e Pádua fazem como que “deslizar” pelas diferentes fachadas dos diferentes edifícios do “Campo”, uma ampla “paleta” de materiais cujo uso e enquadramento vai variando tanto em extensão como em singularidade de aplicação.”¹⁰¹

Nos blocos A, B e C, o azulejo azul e branco é o material predominante, empregue em grande parte das fachadas. No edifício em banda, os arquitetos optam por alterar tanto o seu desenho como o local da sua aplicação, como se observa nas figuras 41 e 42. Com a exceção dos peitoris das janelas, onde o azulejo azul e branco substitui a lousa preta, no bloco D este material passa a ser unicamente de cor azul, com diferente tonalidade, sendo utilizado apenas na galeria do rés-do-chão e nos lanternins na cobertura.

“A ampla diversidade de materiais utilizados em correspondência com complexidade tipológica edificada revela, também, a tentativa de mistura e articulação de várias técnicas e materiais construtivos, novos e tradicionais: o betão descoberto aparente, o tijolo maciço de barro vermelho, o azulejo azul e branco, o perpiano de granito amarelo (caverneira) em acabamento esquadrelado, a madeira à cor natural, o ferro pintado, o alumínio anodizado e alousa em soleiras e peitoris. Utilizados sempre na sua componente cor e textura natural procuram uma expressão permeável já a uma noção de conforto e de verdade dos materiais num uso que varia tanto em extensão como em singularidade de aplicação.”¹⁰²

¹⁰¹ FERNANDES, Manuel Correia; Porto:1901/2001: guia de arquitectura moderna, Campo do Luso, p.4-5

¹⁰² ROSA, Edite Maria Figueiredo e - ODAM: Valores modernos e a confrontação com a realidade produtiva, Barcelona, 2005, p.458-459.



Desenho do fogo

Após uma análise sobre a implantação dos diferentes edifícios que compõe o conjunto habitacional em estudo, torna-se imperativo verificar de que forma se desenvolvem os seus acessos e a composição dos espaços interiores.

Bloco A

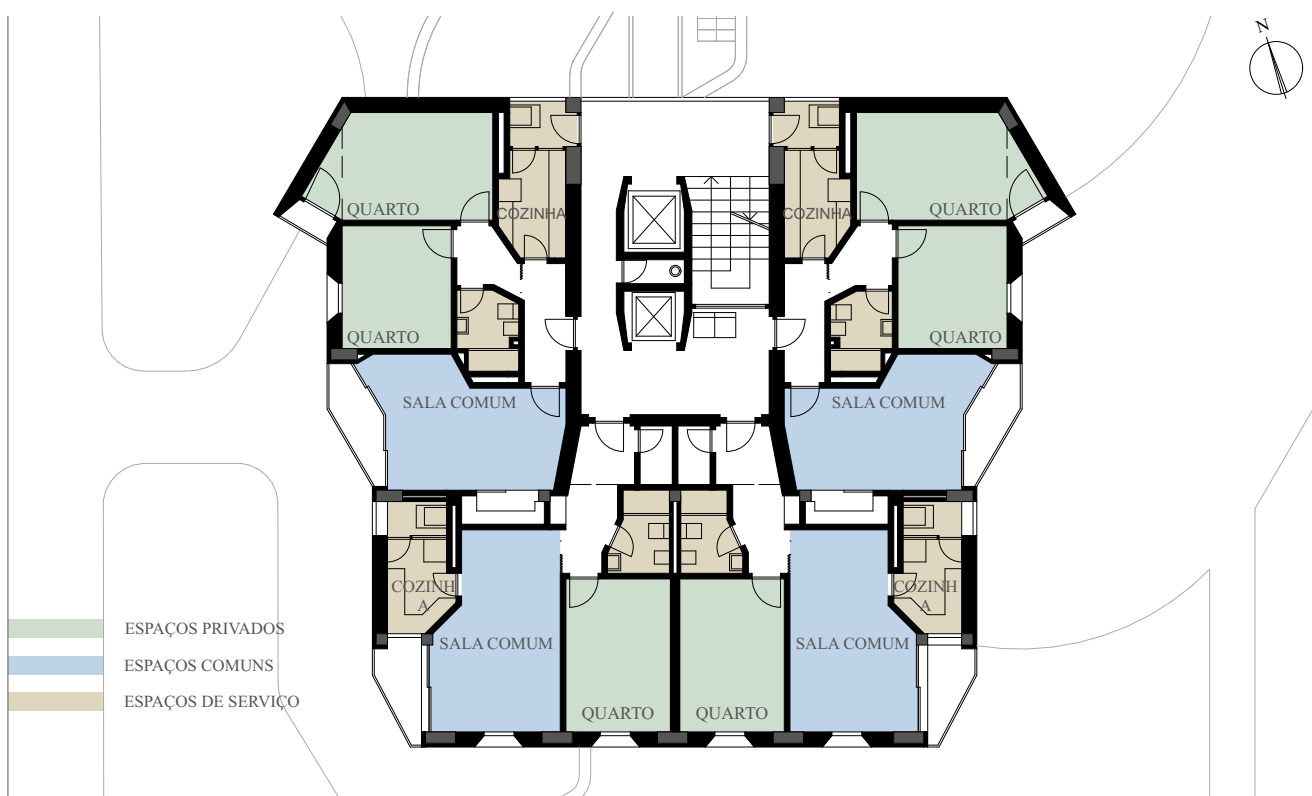
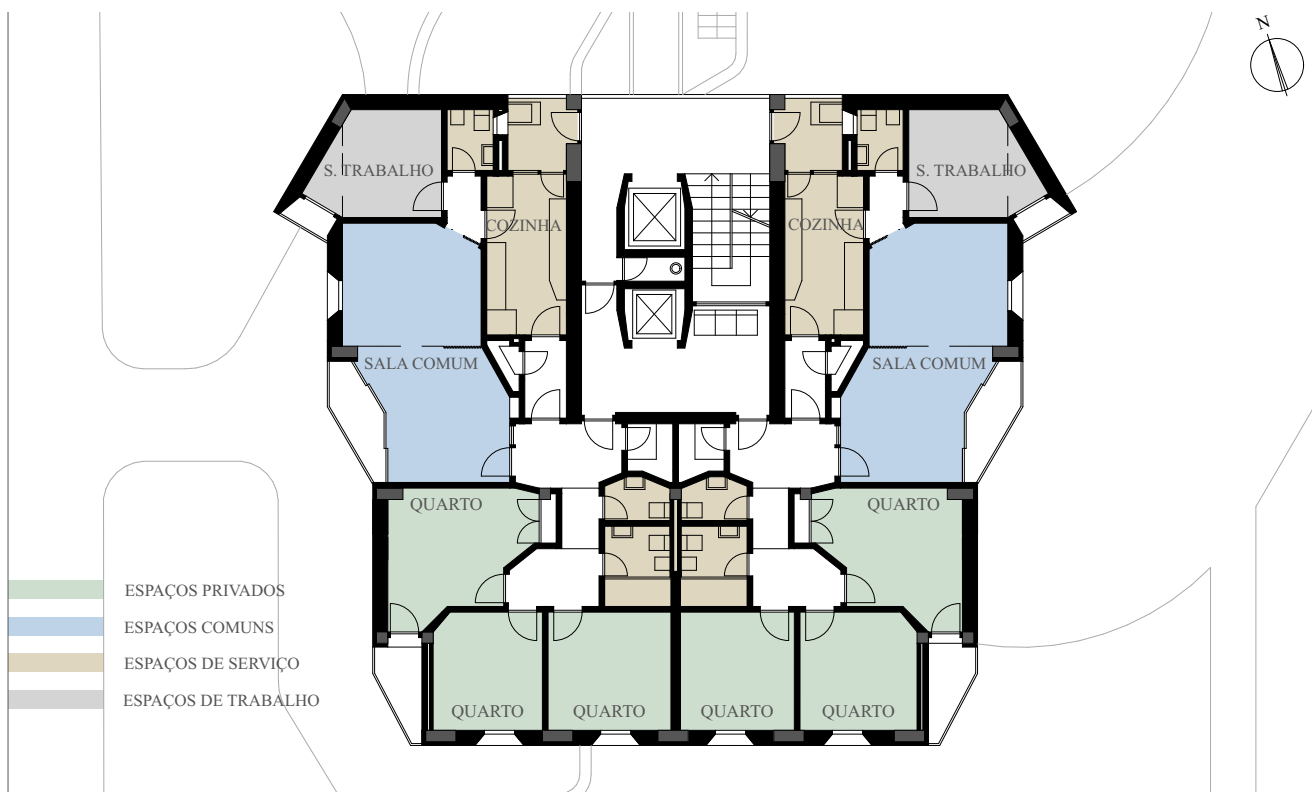
As habitações do bloco A dispõem de duas entradas – principal e serviço - relacionadas através de um amplo patamar de receção. (fig. 45)



45. Patamar de acesso às habitações, bloco A

Já no interior do fogo, as zonas de serviço, privadas e de estar são diferenciadas através de antecâmaras e espaços de circulação. Na figura 44 estão evidenciados estes espaços de circulação bem como as áreas reservadas aos acessos verticais e aos espaços de distribuição aos diferentes fogos.

Os quartos têm aproximadamente 10m^2 e 13m^2 e estão dispostos na fachada Sul, do lado do jardim. Deste modo, a localização das salas e das cozinhas é mais próxima da entrada e da varanda de serviço, orientada a Norte. Também voltado a Norte, e à semelhança do que mais tarde se viria a projetar nas torres, os arquitetos desenham um espaço junto à fachada denominado “sala de trabalho”. As salas comuns (25m^2 ou $28,5\text{m}^2$) prevêem uma divisão em duas zonas, uma junto à varanda e orientada para o exterior, outra mais interior e próxima da cozinha.



“De inspiração nórdica, os espaços interiores contêm uma escala muito particular, sintonizando de forma particularmente interessante a funcionalidade (os apartamentos têm muito claramente definidas áreas sociais, área de noite, área de serviço e circulações) com uma intensa fluidez espacial, sem perder a definição de cada espaço, atribuindo-lhes uma particular e agradável sensação de conforto.”¹⁰³

Blocos B e C

A organização interna das habitações dos blocos B e C (figuras 46 e 47) revela uma hierarquia na distribuição dos espaços de serviço e espaços comuns. O posicionamento dos espaços de serviço bem como de circulação junto aos acessos verticais privilegia os compartimentos dos quartos e das salas relativamente à exposição solar.

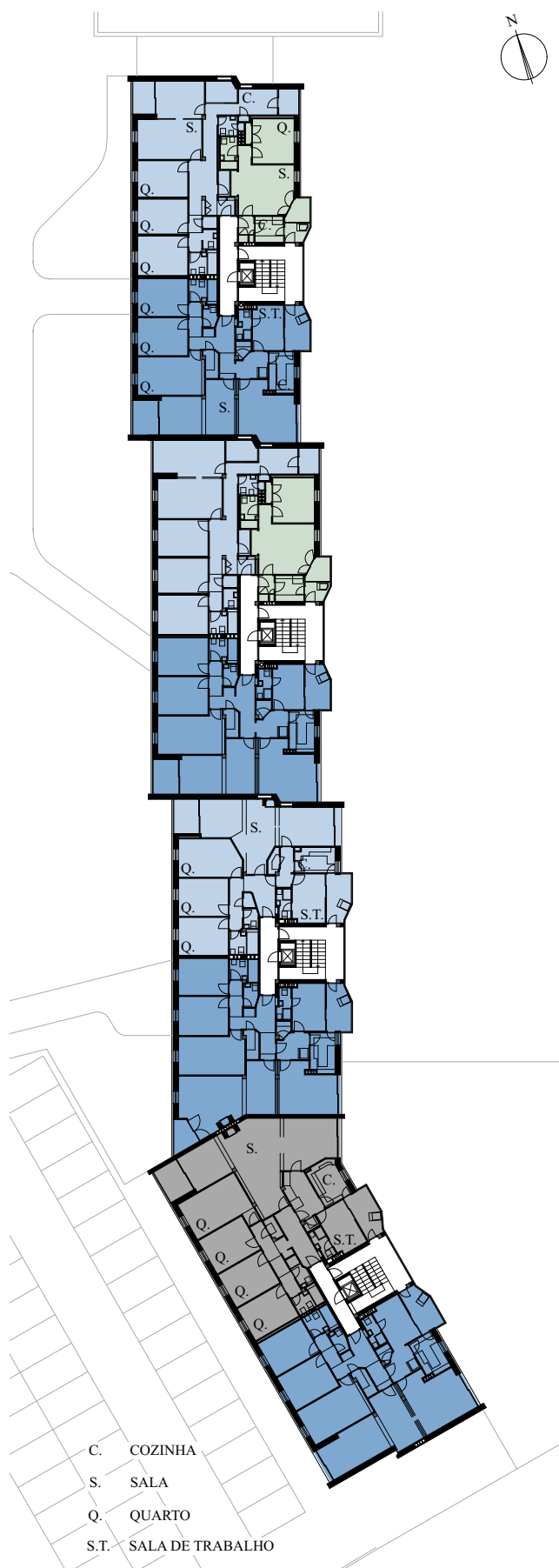
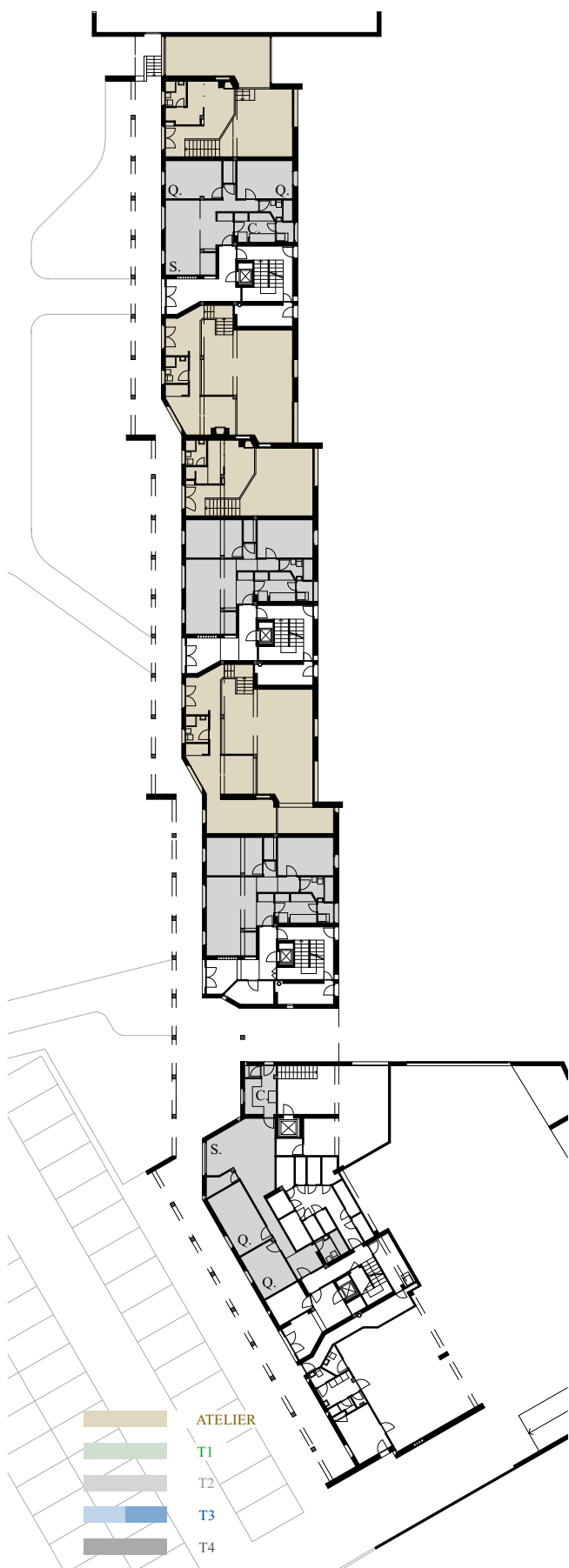
É também possível observar a separação de algumas áreas dentro do fogo através de antecâmaras. Estes espaços estão presentes em todas as habitações, independentemente da tipologia, e servem de momentos de transição entre as zonas mais interiores e os compartimentos junto à fachada ajudando a garantir alguma privacidade junto a compartimentos de carácter mais privado.

Tal como acontece no bloco A, as varandas de serviço situam-se ao lado das cozinhas e preferencialmente orientadas para Norte. Nos apartamentos T2 e T3 estas varandas têm ainda ligação aos átrios dos acessos verticais. Também presentes nas habitações T3, as salas de trabalho estão posicionadas junto à fachada Norte e afastadas da entrada principal do fogo.

“As habitações estão organizadas com a preocupação flagrante de se exporem as peças principais às melhores orientações. Este facto contribuiu para uma dinâmica agradável dos espaços internos e para uma plasticidade que anula intencionalmente a forma geométrica pura que obteríamos com um volume paralelepípedo simples.”¹⁰⁴

¹⁰³ COSTA, Nuno Brandão; J. Carlos Loureiro: arquitectos portugueses, p.54

¹⁰⁴ Memória descritiva e justificativa, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, 1962



48. Planta rés-do-chão e piso-tipo, bloco D, escala 1.500

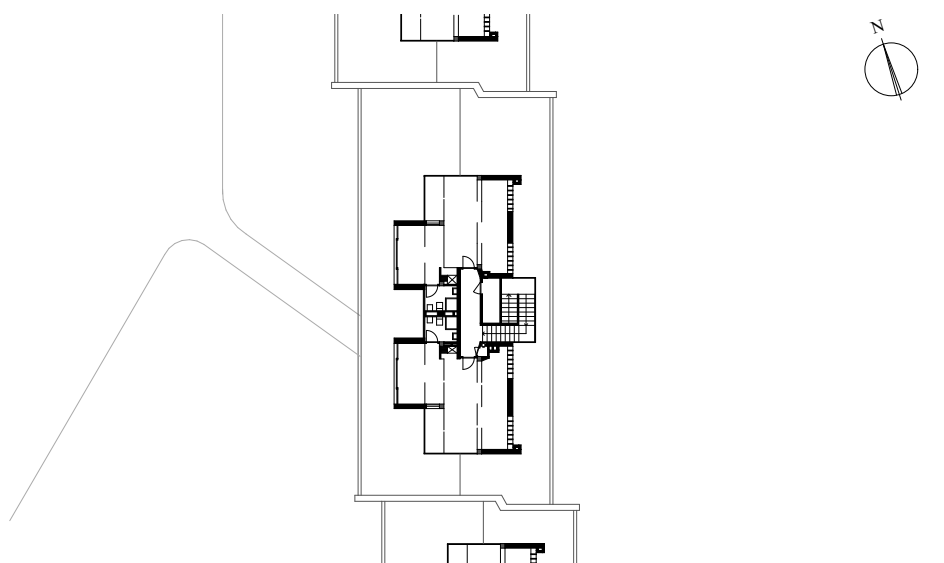
Bloco D

Relativamente ao interior das habitações do bloco D, no rés-do-chão, o apartamento inclui dois quartos de 11,7m², uma casa de banho, uma sala com cerca de 21m², uma cozinha e a varanda de serviço (fig.48). Os pisos superiores, são compostos por duas ou três habitações, numa articulação de dois T3 com um T1, dois T3 ou um T3 e um T4. Esta alternância acontece devido à torção que o edifício faz no limite Sul e dá continuidade à grande variedade de combinações tipológicas presentes nos restantes blocos habitacionais. As salas estão dispostas na orientação Nascente-Poente (particularidade destas habitações) e as cozinhas voltadas a Nascente, onde existe outra possibilidade de acesso à habitação, feita por uma ligação das varandas de serviço aos patamares dos acessos verticais.

“Além da qualificação urbana conseguida, este projeto complementa-se nos seus atributos pela excecional qualidade e variação das tipologias de cada edifício. (...) De facto, a qualidade espacial dos apartamentos, consequente de uma profunda investigação tipológica, realiza-se no apuro do seu desenho, constituindo uma das notáveis características deste inovador complexo habitacional.”¹⁰⁵

No último andar (fig.49) o programa funcional inclui pequenos ateliers de 45m² com uma casa de banho, orientados a Nascente e Poente. Esta opção sugere a intenção de desenhar um espaço versátil permitindo diferentes tipos de uso.

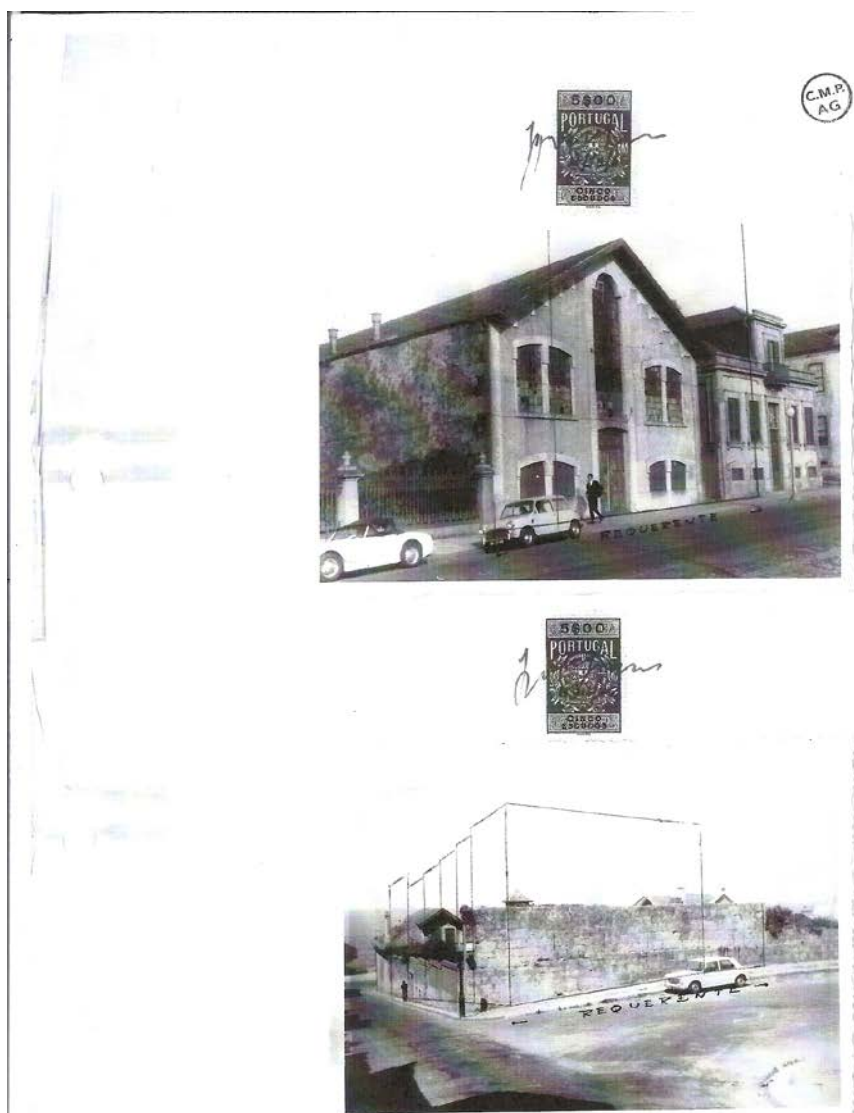
49. Planta parcial do último piso,
Bloco D, escala 1.500



¹⁰⁵ COSTA, Nuno Brandão; J. Carlos Loureiro: arquitectos portugueses, p.52



50. Vista aérea do conjunto residencial da Foz, Autoria de @Artikspt (ARTIKS – multimedia solutions)



51. Fotografias do terreno de intervenção antes da obra, 1967, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Conjunto habitacional na Foz

A análise deste conjunto residencial, no seguimento do estudo do Campo do Luso, é pertinente na medida em que possibilita outro ponto de vista sobre a intervenção da Santa Casa da Misericórdia do Porto nos processos de construção de modelos de habitação nos anos 60.

Inserção urbana

Localizado na zona da Foz do Porto, o conjunto residencial em estudo é delimitado pela Avenida do Brasil, pela Rua da Agra e pela Rua de Gondarém. A sua construção iniciou-se em 1967, numa época em que a envolvente próxima tinha ainda alguns lotes por edificar. O projeto, desenhado pelo arquiteto João Rodrigues dos Santos¹⁰⁶, previa um encerramento do quarteirão a Nascente, Sul e Poente.

A Avenida do Brasil, como principal referencial viário e relevante linha relevante de trânsito entre a Foz do Douro e a periferia litoral da cidade do Porto, consiste num elemento significativo no planeamento deste edifício.

A área de intervenção para este conjunto residencial é de dimensão considerável quando comparada com a maioria dos lotes existentes nos quarteirões próximos.

Os limites exteriores do edifício foram predefinidos com a ajuda de três eixos viários já existentes. Havia, porém, um cuidado a ter no desenho da interação do edifício com a via pública e no cumprimento dos alinhamentos exigidos pelas ruas adjacentes.

¹⁰⁶ Nasceu a 27 de Maio de 1923 e formou-se na escola de Belas Artes do Porto, em 1959. Em 1967 desenhou o conjunto residencial na Foz com a Santa Casa da Misericórdia do Porto como promotora. Faleceu a 20 de Agosto de 1983, com 60 anos.



52. Vista do cruzamento da Rua da Agra com a Rua de Gondarém



53. Implantação, escala 1.1000

Foi necessário criar um afastamento da volumetria relativamente às construções adjacentes na Avenida do Brasil e na Rua de Gondarém uma vez que estas continham aberturas laterais. Deste modo, como se pode observar na figura 53, o desenho de implantação não ocupa o terreno junto à meação do lado Nascente e Poente do conjunto.¹⁰⁷

O afastamento criado junto aos limites do terreno de intervenção funcionam como local de entrada dos automóveis para o espaço interior do quarteirão.

Aproveitando o desnível acentuado do terreno, a solução encontrada permitiu a construção de caves destinadas a garagens de recolha no interior do quarteirão.

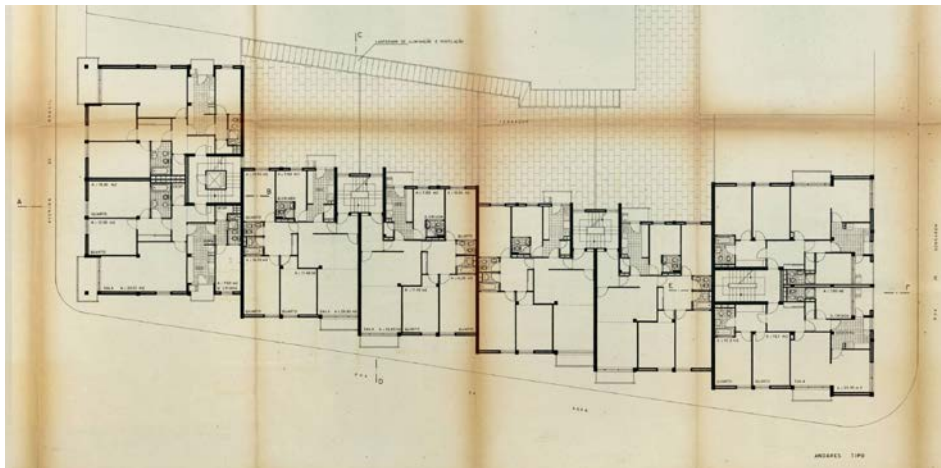
As lajes de cobertura da garagem, recortadas de forma a permitir iluminação natural e ventilação, servem também como espaços de logradouro para algumas habitações do rés-do-chão.

Ainda como solução para a diferença de cotas, o arquiteto projeta garagens individuais ao nível do rés-do-chão da Rua da Agra. Esta opção resolve a questão da proximidade da construção com o passeio deixando de se colocar o problema da privacidade do interior dos apartamentos.

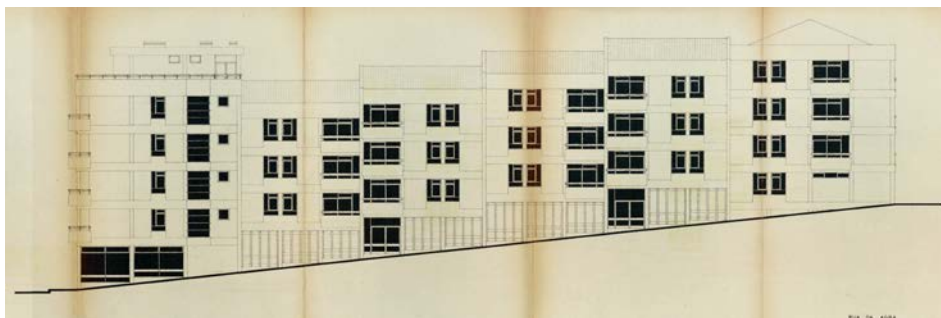


54. Garagens individuais, Rua da Agra

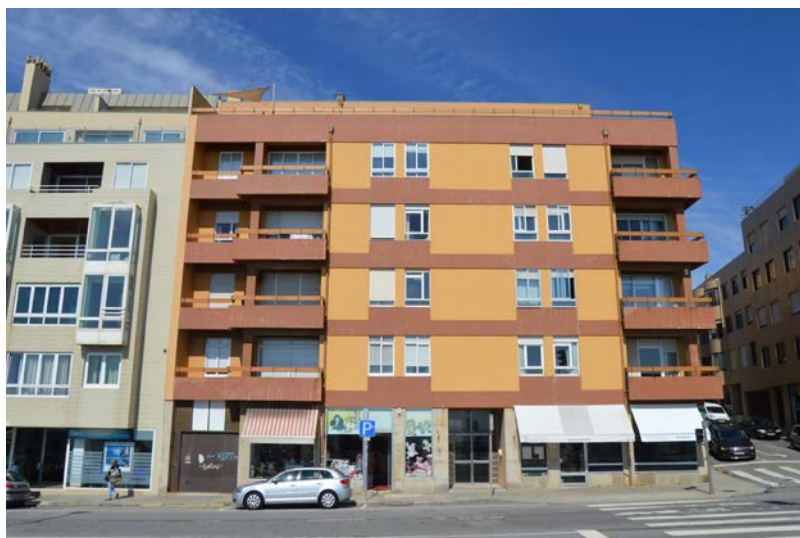
¹⁰⁷ Um ano depois do início da construção foi desenhado um aditamento ao projeto original com o objetivo de prolongar o edifício até à parede de meação na Avenida do Brasil, de acrescentar um piso, recuado, voltado para a Rua de Gondarém, entre outras alterações.



55. Planta piso-tipo, sem escala, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto



56. Alçado Sul, Rua da Agra, sem escala, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto



57. Fachada Poente, Avenida do Brasil



58. Fachada Nascente, Rua de Gondarém

Conjunto edificado

Programa do edifício

O projeto previa a construção de um edifício com um número variável de pisos. A Sul e a Nascente foram construídos três andares acima do rés-do-chão enquanto que a Oeste, voltado para o mar, o edifício é constituído por rés-do-chão, quatro andares e um piso recuado.

Este conjunto residencial integra vinte e oito habitações com acesso vertical múltiplo e distribuição dos fogos em esquerdo/direito.

As habitações podem ser divididas em três grupos tendo em conta a sua posição no conjunto geral. O primeiro grupo de apartamentos, virados para a Rua de Gondarém, têm tipologia T2, de desenho simétrico e orientações Norte-Nascente-Sul. O segundo grupo de habitações é voltado para a Rua da Agra, são de tipologia T3, têm uma organização em meios-pisos e a orientação Norte-Sul. A escolha desta tipologia e o modo como é organizada compensa a acentuada diferença de cotas nesta rua e reforça a sensação de ritmo e movimento na fachada. O terceiro grupo foi constituído pelas habitações orientadas para o mar, Norte e Sul. Estas configuram uma tipologia T2 e são também simétricas entre si.

A observação da figura 55 revela, juntamente com a memória descritiva do projeto, que apenas para o prédio orientado a Poente estava prevista a existência de elevador.¹⁰⁸ Também voltado a Poente, para a Avenida do Brasil foi desenhado um outro piso, recuado, apoiado pelo mesmo elevador.

Relativamente ao programa no rés-do-chão, no prédio voltado para a Avenida do Brasil situam-se dois estabelecimentos comerciais separados pela porta de entrada e pela caixa de escadas. Estes espaços possuem áreas amplas, arrumos e W.C., e não têm ligação interior ao resto do edifício.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Alterações posteriores no projeto acrescentaram elevadores nas restantes caixas de escadas, dispostos de diferentes formas. As duas caixas de escadas nos volumes virados para a Rua da Agra diferem das demais pelo facto de se organizarem com o elevador fora do edifício, na face exterior da fachada. O acesso vertical das habitações voltadas para a Rua de Gondarém foi alterado de maneira a colocar o elevador em posição central, rodeado pelas escadas.

¹⁰⁹ “...neste prédio e ao contrário de todos os outros, o rés-do-chão destina-se a estabelecimentos comerciais aproveitando-se uma parte do prédio voltado à Rua de Gondarém, para se instalar uma pequena habitação para o porteiro.” In Memória descritiva e justificativa, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, 1967



59. Conjunto residencial na Foz, fachada Sul



60. Vista aérea do conjunto residencial da Foz, fachada Poente, Autoria de @Artikspt (ARTIKS – multimedia solutions)

O programa das restantes frentes do conjunto inclui garagens individuais, interrompidas para o acesso às entradas do edifício, arrumos e a habitação do porteiro.

Mais tarde, as garagens individuais na Rua de Gondarém viriam a ser convertidas em dois espaços para estabelecimentos comerciais, compostos de igual modo aos já existentes na Avenida do Brasil.¹¹⁰

Volumetria e linguagem

Os diferentes grupos de habitações, marcados por sucessivos avanços, têm um alinhamento perpendicular à Avenida do Brasil. Como se pode verificar nas figuras 55 e 56, as diferentes partes do edifício “deslizam” gradualmente, no sentido Norte-Sul, e a cota do rés-do-chão acompanha a cota da rua.

Esta sucessão de avanços e de mudanças de cota resulta num contorno irregular, tanto em alçado como em planta, criando uma variação rítmica e uma sensação de movimento na fachada Sul.

O revestimento do edifício foi originalmente previsto em azulejo e o embasamento em mármore. Em todas as fachadas é possível observar uma marcação das lajes de piso sendo que, atualmente, essa marcação ainda existe, mas o revestimento foi alterado.

No rés-do-chão, a aplicação do mármore mantém-se, porém, nos restantes andares o azulejo foi retirado e as paredes pintadas com dois tons diferentes. A caixilharia utilizada é ainda a original, em alumínio. A cobertura é em telha com a exceção do terraço do piso recuado voltado para a Avenida do Brasil.¹¹¹

¹¹⁰ Segundo aditamento no processo da Licença de Obra (L.O.: 205/1967)

¹¹¹ “Exteriormente todos os panos das fachadas serão revestidos a azulejo, excluindo a zona do r/chão onde se prevê a aplicação de mármore ou material do mesmo tipo. As caixilharias exteriores serão em alumínio anodizado e as coberturas em terraço, devidamente impermeabilizadas ou em telha “marselha”, sobre esteira.” In Memória descritiva e justificativa, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, 1967



61. Planta piso-tipo, escala 1.500



62. Planta parcial piso-tipo, escala 1.200

Desenho do fogo

As habitações caracterizam-se pela clareza na definição funcional que se manifesta na separação da sala de estar e sala de refeições e na relação da cozinha com o quarto da criada.

“As habitações são constituídas por vestíbulo, grande sala com zona de refeições e de estar, banheiros, cozinhas com terraço, despensas, quarto de criada com W.C. e dois ou três quartos, sendo de referir que no prédio voltado à Avenida do Brasil haverá elevador até ao quarto andar e que o andar recuado constitui uma única habitação;”¹¹²

A localização dos espaços de serviço e de circulação é disposta preferencialmente junto à fachada Norte, ou em alguns casos, numa zona central. Aos espaços comuns é concedida uma localização privilegiada com orientação a Nascente, Sul ou Poente, neste último caso com vista sobre o mar.

O esquema de distribuição tem como fator comum o hall de entrada de onde parte um corredor que dá acesso aos compartimentos mais distantes no fogo e divide os espaços de serviço da sala.

As salas têm 25m², uma varanda com 4m² ou 6,5m² e podem ser divididas em duas partes: zona de refeições e zona de estar. As cozinhas, apoiadas por uma varanda de serviço, têm aproximadamente 7,5m² de área e, na maioria das habitações, ligação direta ao quarto da criada. Este compartimento tem dimensões reduzidas (cerca de 7m²) e é apoiado por um W.C. privado.

A área dos quartos varia entre 12,5m² e os 14,5m² e a sua orientação é, na maioria dos casos, a mesma da sala. Um hall, posicionado à entrada dos quartos, dá acesso a um W.C. ao mesmo tempo que faz a separação destes e da zona comum da casa. Deste modo, os espaços de circulação e distribuição junto à entrada estão desenhados de forma a criar diferentes níveis de privacidade e a contrariar uma vista direta para o interior dos compartimentos.

¹¹² Memória descritiva e justificativa, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, 1967

*Modelos de habitação plurifamiliar na década
de 1960*

“E pela criação de uma nova habitação, habitação que represente o espírito da segunda era da Civilização Maquinista, onde se facilite o repouso dos gestos e dos movimentos, onde cada um tenha o seu canto, onde haja intimidade, simplicidade e beleza, que nós, Arquitetos, utilizando todos estes elementos fornecidos pela adaptação das formas e dos espaços devemos pugnar. Eis aqui resumidamente, as alegrias essenciais por que a humanidade de hoje anseia.”

Viana de Lima – O problema
português da habitação, [s.l. : s.n.],
[1948?], p.1

Enquadramento

Objetivos

Para uma melhor compreensão do panorama arquitetónico da década de 1960 e como complemento ao estudo do conjunto habitacional *Campo do Luso* (1961-68) e do *conjunto residencial na Foz* (1967), é importante o enquadramento destes casos relativamente a outros conjuntos edificados construídos na mesma época.

Os projetos que servirão como objeto de comparação e análise foram selecionados tendo em atenção a respetiva localização, as datas de construção, os arquitetos projetistas e as relações que se podem estabelecer no contexto da inserção urbana, conjunto edificado e desenho interior dos fogos.

Casos de estudo comparativos

O Parque Residencial da Boavista (1962-73), geralmente denominado por *Foco*, projetado pelos arquitetos Agostinho Ricca, João Serôdio e José Carlos Magalhães Carneiro, constitui um dos casos selecionados. Para além de se localizar na cidade do Porto e o espaço temporal da construção deste projeto se enquadrar na década de 1960, como acontece com os casos de estudo selecionados, apresenta uma composição urbana e diversidade programática passível de ser comparada com o conjunto do *Campo do Luso*.

Segundo Gisela Lameira, estes dois conjuntos residenciais, localizados em áreas de expansão urbana, revelam um novo modelo de cidade concretizado através de diferentes formas de residência, uma estratégia provavelmente influenciada pela Carta de Atenas.¹¹³

Para além disso, o estudo de dois edifícios desenhados também pelo arquiteto Agostinho Ricca (em parceria com Benjamim Carmo), no Porto, será relevante pelas semelhanças com o *conjunto residencial na Foz*, nomeadamente ao nível da inserção urbana e definição do quarteirão em que se inserem.

¹¹³ LAMEIRA, Gisela; Contemporary Oporto fragments: oppositions on the morphological relationship between collective housing and the city, (p.7, “*The Campo do Luso Residencial Complex (late 1950s – early 1960s) and the Boavista Residencial Park (mid 1960s – mid 1970s), located both on expansion areas, offer a new city model, through distinctive forms of residence, probably influenced by the proposals of the Charter of Athens*”)

Estes projetos localizam-se no cruzamento das Ruas Sá da Bandeira e Gonçalo Cristóvão (concurso ganho em 1955), ao qual nos referiremos como *conjunto residencial em Sá da Bandeira*, e no topo da Rua de Júlio Dinis com frente para a praça Mouzinho de Albuquerque (construção iniciada em 1956), que futuramente mencionaremos como *conjunto residencial em Júlio Dinis*. A comparação destes casos de estudo com os dois iniciais é pertinente na medida em que, apesar destas construções terem sido iniciadas na segunda metade da década de 1950, apresentaram linguagens inovadoras e novos usos de diferentes materiais.

O conjunto habitacional *Torres Vermelhas* (1968), em Aveiro, constitui igualmente um caso relevante de análise. Apesar de não ser construída no Porto, esta obra pode relacionar-se com o *Campo do Luso* (1961-68) tanto pela época de construção como pela autoria dos projetistas (arquiteto José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos).

A relação entre este projeto e o *Campo do Luso* é bastante evidente desde logo pela morfologia dos edifícios e pelo modo como se inserem nos respetivos quarteirões, distinguindo-se, contudo, nas diferentes opções relativamente à materialidade dos edifícios e à disposição interior das habitações. O paralelo entre os dois projetos enriquecerá esta análise e ajudará na compreensão da importância do contexto das obras, tendo estas os mesmos autores.

Também como enquadramento, e por se relacionar de várias formas com a temática em estudo, selecionou-se um caso de comparação internacional: o *Quartieri Tiburtino* (Roma, 1949-54). Este projeto foi desenvolvido no plano de intervenção urbanística INA-casa (1949-63). Embora este plano se inicie antes do espaço temporal definido para esta investigação, termina em 1963. Para além disso, o caso específico do *Quartieri Tiburtino* exemplifica novos modelos de cidade e habitação, que surgiram em Itália na década de 1950 e cujas premissas se viriam a observar na década seguinte em Portugal.

Estes modelos punham em causa princípios comuns no desenho da habitação contrariando o “estilo internacional” estabelecido nas décadas anteriores. A análise comparativa com este projeto permitirá revelar premissas pertinentes para o estudo de modelos de habitação implementados na década de 1960.

Pontos de análise

Como já foi referido, o estudo de diferentes modelos de habitação na década de 1960 possibilita uma melhor compreensão sobre a construção da cidade nesse período, sobre o edifício e o interior das habitações. Neste sentido, a análise dos casos de estudo incidirá sobre a inserção urbana, o conjunto edificado e o desenho interior do fogo, ou seja, segue a mesma metodologia utilizada para a análise do *Campo do Luso* e do *conjunto residencial na Foz*.



63. Vista aérea da Foz do Porto, Avenida do Brasil; Autoria de @Artikspt (ARTIKS – multimedia solutions)



64. Vista do centro do Porto, Rua do Bolhão

Inserção urbana

No Porto, nos anos 40 e 50, observa-se uma experimentação crescente em torno do conceito de quarteirão¹¹⁴, especialmente no centro da cidade. Aqui, apenas era possível fazê-lo devido à desativação de fábricas antigas ou pela extensa expropriação de terrenos.¹¹⁵

Já no início dos anos 60, era maioritariamente na primeira periferia o local privilegiado de experimentação de modelos de habitação.

Em ambos os contextos urbanos, uma nova geração de arquitetos tinha a oportunidade desenvolver diferentes soluções relativamente à implantação dos edifícios e ao desenho do espaço exterior coletivo na construção de grandes blocos residenciais.

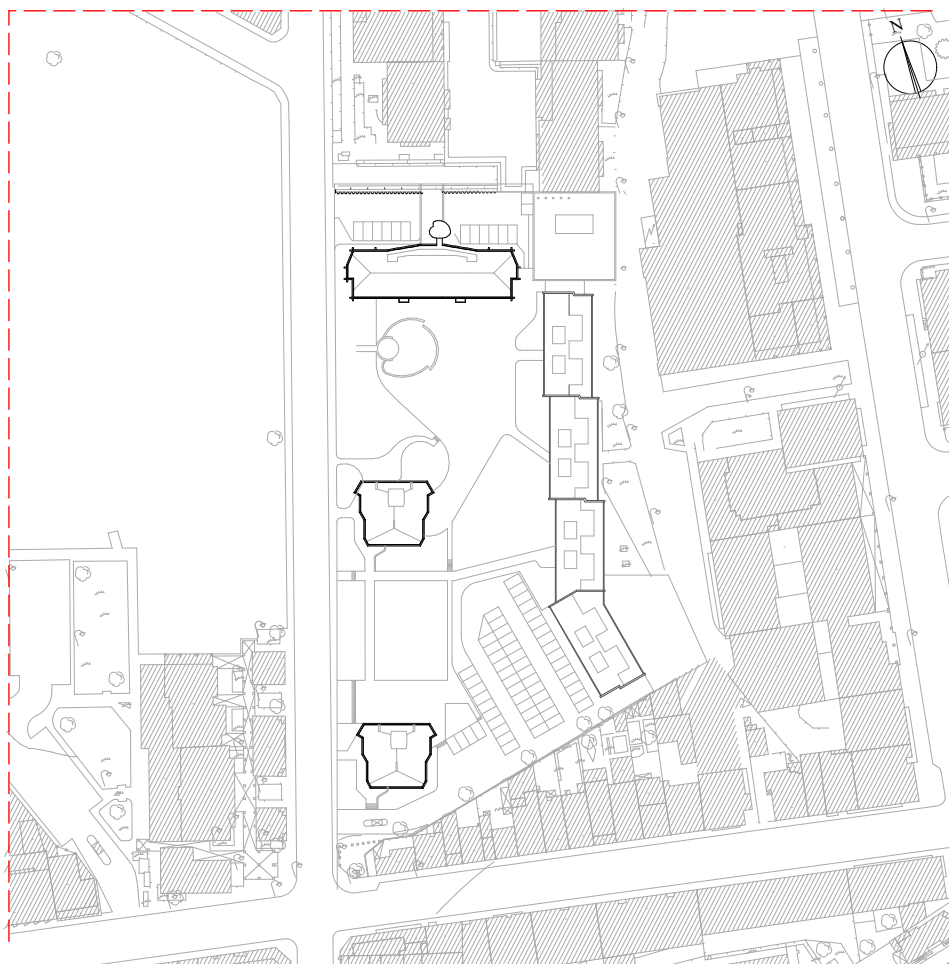
Segundo Manuel Mendes¹¹⁶, nos vazios urbanos da periferia da cidade houve oportunidade para uma reorientação da centralidade, para uma densificação que rompesse com os limites da cidade histórica e para novas propostas que pretendiam “inventar cidade teorizando o local a partir do projeto”.

Estas novas experiências, na década de 1960, geraram alterações na estrutura geral dos novos conjuntos residenciais, na relação dos edifícios com a rua e no desenho do espaço exterior coletivo que, em conjunto, compunham novas propostas no desenho da malha urbana.

¹¹⁴ Ver LAMEIRA, Gisela - O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2017

¹¹⁵ LAMEIRA, Gisela; Contemporary Oporto fragments: oppositions on the morphological relationship between collective housing and the city, (p.8, “*At the Oporto city centre, the building of large blocks was only possible due to the dismantling of areas occupied by old factories, or through extensive land expropriation.*”)

¹¹⁶ MENDES, Manuel; La casa: paisaje doméstico y proyecto, (p.72-73, “*En el perímetro de la ciudad, la existencia de vacíos urbanos resultantes del curso de la urbanización ... ha ampliado las perspectivas de proyecto de reorientación de la centralidade, de densificación y de unión de lo disperso, de “higienización” y de ruptura de los límites de la ciudad histórica. [...] En términos de invención, más topológica que tipológica, las señales de arquitectura adquirieron la expresión de manifesto: inventar la ciudad teorizando el lugar a partir del proyecto.*”)



65. Implantação do Campo do Luso, esc. 1.2000



66. Implantação do conjunto da Foz, esc. 1.2000

O desenho do conjunto habitacional *Campo do Luso* reflete alguns dos princípios da “Carta de Atenas” como modelo urbano a seguir.¹¹⁷ Contudo, a arquitetura dos edifícios reflete a crítica que então se realiza ao Movimento Moderno, integrando entre outras, as referências formais aos projetos italianos da época.¹¹⁸

Por oposição, a construção do *conjunto residencial da Foz*, em 1967, revela uma implantação que reforça a malha urbana existente, contrastando com o carácter mais experimental e inovador presente no Campo do Luso. A abordagem do arquiteto João Rodrigues dos Santos sugere uma aproximação mais convencional optando por “fechar” o quarteirão e dar continuidade ao tecido urbano já consolidado.

*“Há um século atrás, quando algumas cidades portuguesas, na esteira de processos de urbanização de países mais avançados, traçavam as suas “Avenidas novas”, o rasgamento das avenidas consubstanciava o ato fundador e tinha implícito, no seu dimensionamento, a tipologia admissível, mesmo quando variada, dos edifícios que lhe dariam o ambiente final. Ainda que levassem anos a completar-se e ainda quando as primeiras construções viessem a ser demolidas, para dar lugar a maior aproveitamento do terreno, seria a avenida ou a rua a servir de bitola regulamentar para limitar as novas volumetrias.”*¹¹⁹

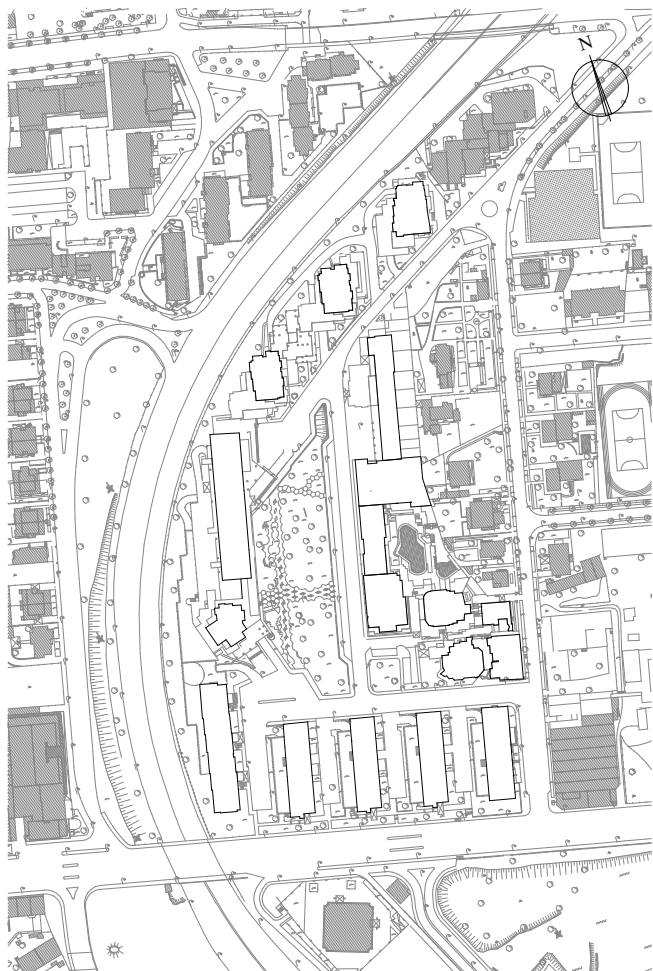
Numa época em que se desenvolviam experiências ao nível da tipologia na estrutura da cidade, do tratamento da linguagem como comunicação simbólica e de novas metodologias operacionais¹²⁰, a conceção do *conjunto residencial da Foz* não se destaca nesses temas.

¹¹⁷ Rever nota 105, p.99.

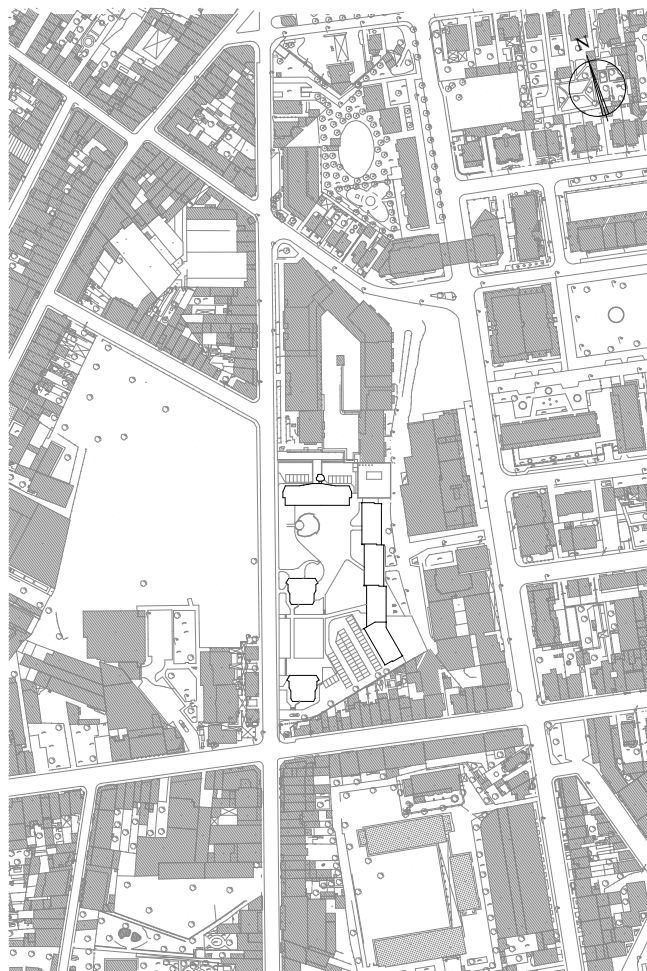
¹¹⁸ GONÇALVES, José Fernando – Edifícios Modernos de Habitação Colectiva - 1948/61. Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa, p.117

¹¹⁹ PORTAS, Nuno – Os tempos das formas, 2012, p.105

¹²⁰ MONTANER, Josep Maria – Depois do movimento moderno: arquitectura da segunda metade do século XX. p.110



67. Implantação do Foco, esc. 1.5000



68. Implantação do Campo do Luso, esc. 1.5000



69. Vista aérea do Foco (aproximadamente de 1970); ALECRIM, Inês – O Grande Parque Residencial da Boavista 1962-1973. Porto: Faup, 2014



70. Vista aérea do Campo do Luso; Autoria de João Meneres (*Campo do Luso*. In Porto 1901|2001: guia de arquitetura moderna)

O desenho de implantação deste conjunto dá seguimento ao alinhamento da malha urbana tradicional e é condicionado pela reduzida área de construção e pela acentuada pendente do terreno.

Com estes casos de estudo podemos constatar duas formas diferentes de conceber os edifícios habitacionais e organizar a respetiva inserção urbana: uma conceção mais tradicionalista, de construção do quarteirão urbano; e outra mais experimentalista, na questão da relação espaço livre/espaço construído.

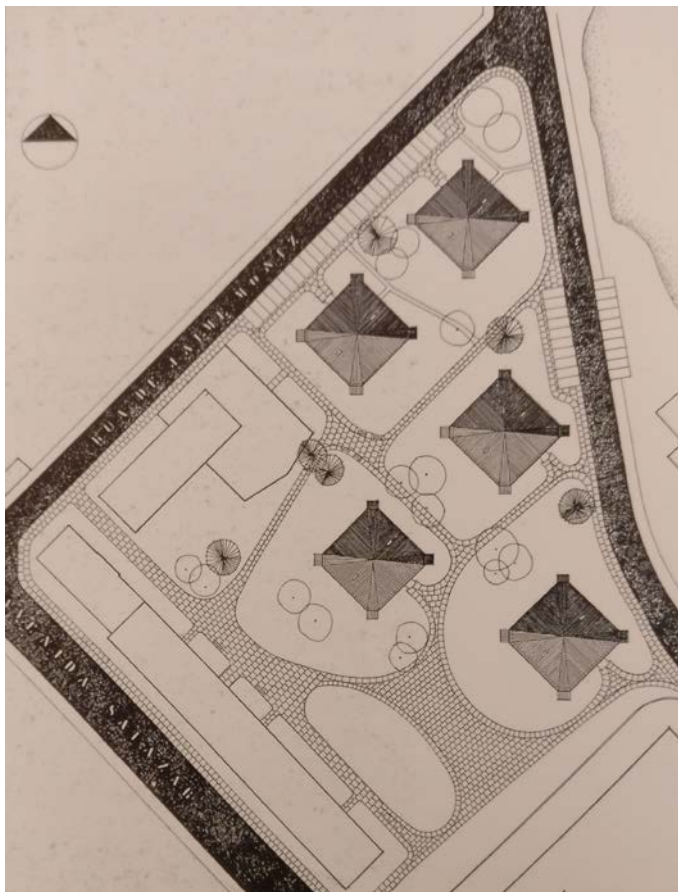
A estrutura geral do *Foco* (1962-73) aparenta seguir alguns dos princípios que se podem observar no *Campo do Luso*, ainda que diferenciados pela escala urbana e pela existência, ou não, de envolvente próxima edificada no início das suas construções.

Este conjunto residencial na zona da Boavista começa a ser construído em 1962 e evidencia-se por um forte conceito urbano, racionalidade e clareza de desenho.¹²¹

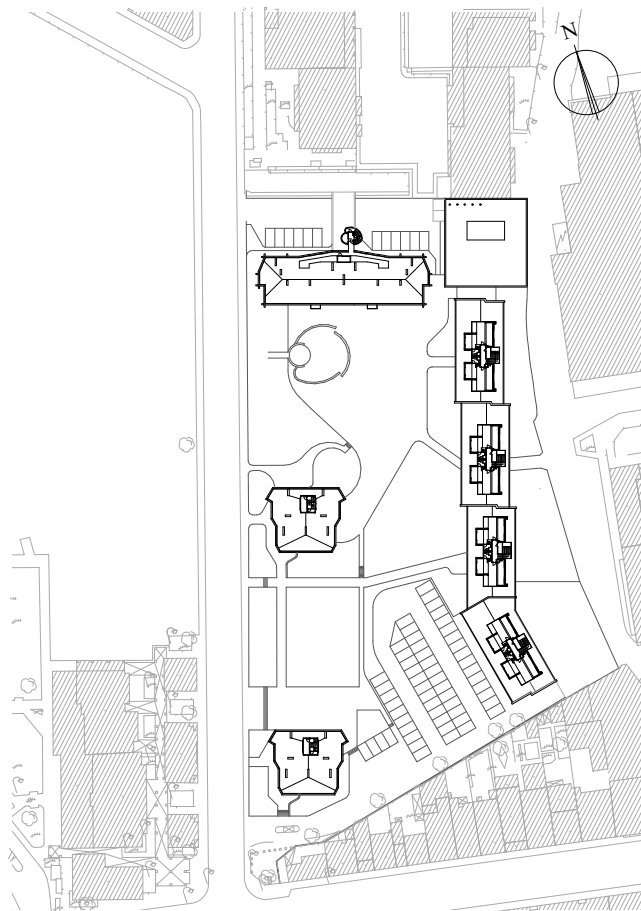
O projeto, elaborado pelos arquitetos Agostinho Ricca, João Serôdio e José Carlos Magalhães Carneiro, foi alvo de alterações até à década de 1970. Localiza-se na zona Oeste da cidade do Porto, adjacente à Avenida da Boavista, e ocupa uma área considerável, servindo de limite e de ligação entre várias vias de circulação automóvel com diferentes características.

A implantação deste conjunto destaca-se da maioria dos projetos contemporâneos. No entanto, a implantação de volumes isolados ao longo dos limites do terreno de intervenção é uma das características comuns com o projeto do Campo do Luso, assim como a definição de uma área interior ampla onde é criado um espaço verde público.

¹²¹ LAMEIRA, Gisela; Contemporary Oporto fragments: oppositions on the morphological relationship between collective housing and the city, (p.14 “...this residential development stands out due to several factors. It relies on a strong urban concept where a defined geometry underlies the general plan endowing it with rationality and intelligibility.”)



71. Implantação das Torres Vermelhas, esc. 1.2000 (aprox.);
MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno – Portugal Architecture
1965-1990. Paris: Moniteur, 1992



72. Implantação do Campo do Luso, esc. 1.2000



73. Jardim das Torres Vermelhas



74. Jardim do Campo do Luso

Ainda na década de 1960 e já depois da experiência do conjunto habitacional *Campo do Luso*, os arquitetos José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos tiveram a oportunidade de projetar outro conjunto habitacional, em Aveiro.

A construção deste conjunto edificado, normalmente apelidado *Torres Vermelhas*, foi iniciada em 1968 e a sua implantação remete-nos, tal como o conjunto residencial do *Foco*, para princípios idênticos aos seguidos no *Campo do Luso*, no Porto. Contudo, em Aveiro são construídos apenas blocos em altura, ainda que com um reduzido número de pisos.

*“O conjunto, caraterizado pela implantação dos seus volumes, apresenta-se como uma pequena acrópole no quarteirão da escola. Os cinco edifícios, independentes, de cor vermelha e dispostos em espaços verdes de uso coletivo, têm a planta quadrada. Estes incluem cinco pisos de uso residencial, aos quais se juntam dois outros destinados a serviços coletivos.”*¹²²

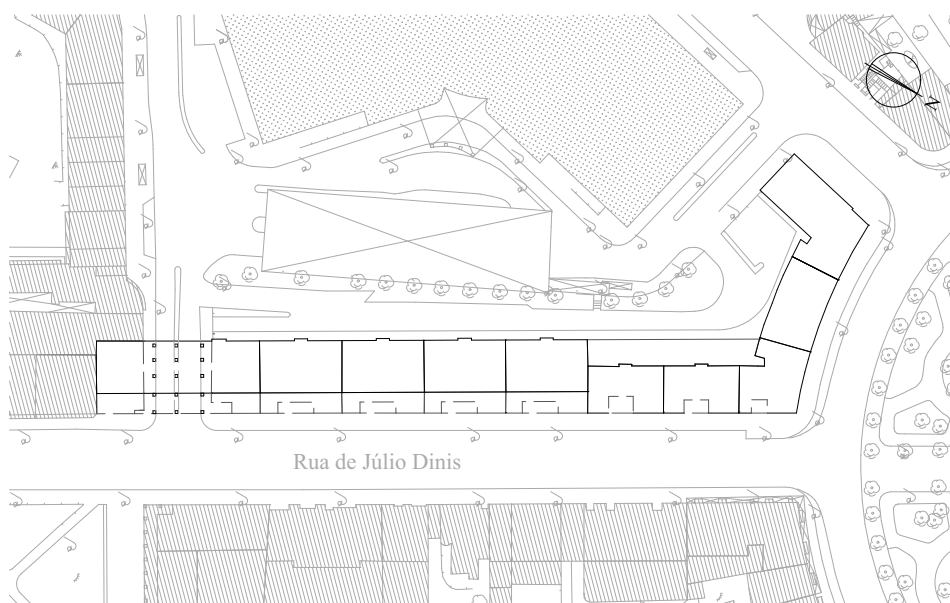
A inserção urbana planeada pelos arquitetos consistia numa implantação de cinco blocos de cinco pisos com espaços amplos e ajardinados (fig.71). Talvez devido à construção de um edifício na zona Sul do quarteirão, que agora funciona como hotel, a torre posicionada a Sudoeste não chegou a ser concluída. O espaço no interior do quarteirão onde se implantaria a quinta torre possibilita assim o desenho de um espaço verde, à semelhança do que acontece no conjunto *Campo do Luso*.

Em ambos os casos, *Campo do Luso* e *Torres Vermelhas*, as torres estão dispostas nos limites do terreno de intervenção, deixando para o interior do quarteirão um espaço livre (verde) e percursos pedonais que fazem a ligação deste com o passeio da via pública. Este espaço é delimitado pela entrada para o estacionamento subterrâneo (que faz o limite com o espaço construído a Sul), por três das quatro torres e pelos espaços arborizados envolventes.

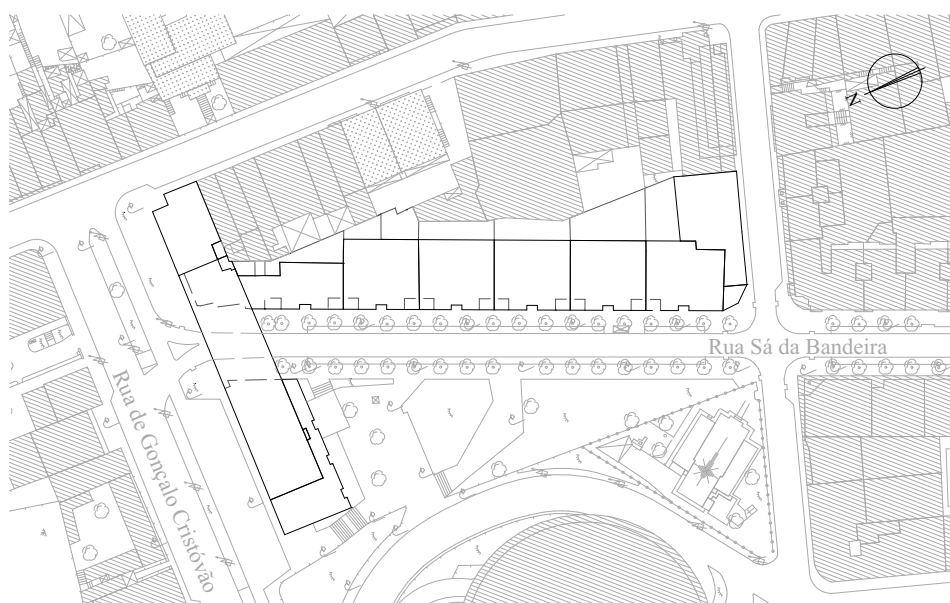
¹²² MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno – Portugal Architecture 1965-1990, 1992, (p.58, “L’ensemble, caractérisé par la carté de l’implantation et des volumes, se présente comme une petite acropole dans le quartier du liceu. Les cinq bâtiments, indépendents, de couleur rouge et disposés dans la verdure d’un espace collectif, sont de plan carré; ils comprennent cinq niveaux à usage d’habitation, auxquels s’ajoutent deux autres niveaux destinés aux services collectifs.”)



75. Implantação do conjunto residencial na Foz, esc. 1.2000



76. Implantação do conjunto residencial em Júlio Dinis, esc. 1.2000



77. Implantação do conjunto residencial em Sá da Bandeira, esc. 1.2000

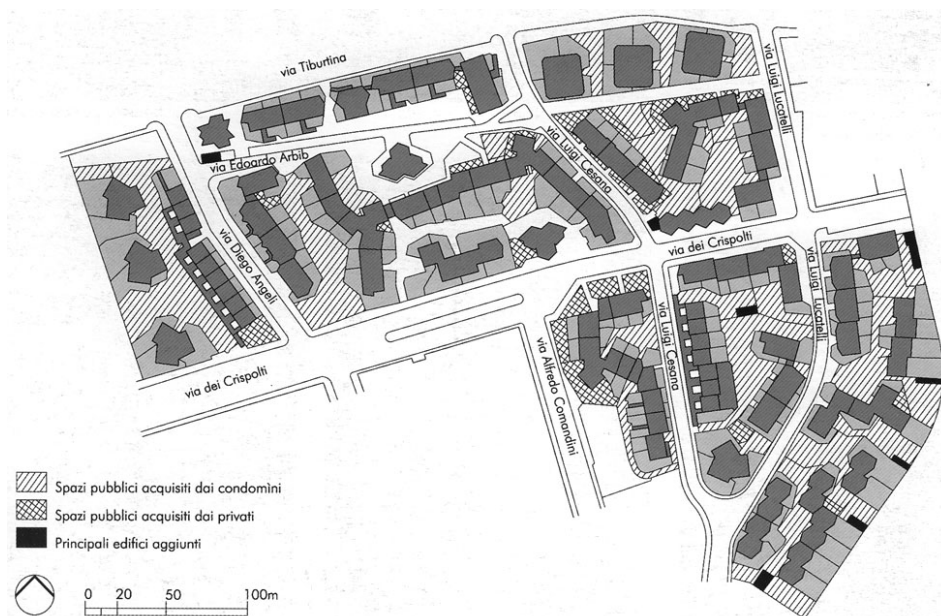
Os projetos elaborados por Agostinho Ricca e Benjamim Castro na Rua de Júlio Dinis e em Sá da Bandeira, ambos no Porto, constituem dois exemplos similares ao *conjunto residencial na Foz* na forma como tentam completar a estrutura urbana existente.

A localização destes conjuntos edificados, a malha construída pré-existente e a interpretação do carácter da zona urbana permitiram a estes arquitetos o desenho de dois conjuntos que seguem ideais semelhantes.

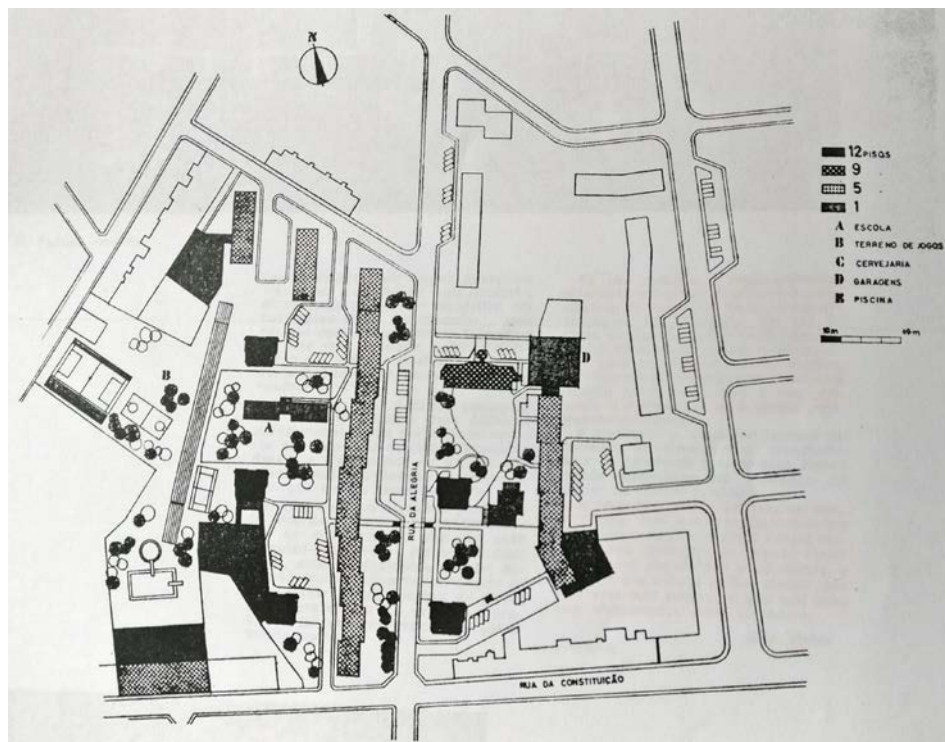
No *conjunto residencial em Júlio Dinis*, o desenho de implantação inscreve-se entre a praça Mouzinho de Albuquerque e o mercado Bom Sucesso, construído poucos anos antes. De um lado, a construção acompanha o limite da via pública, do lado oposto, o conjunto edificado afasta-se do edifício de comércio através de uma sequência de árvores, criando assim um obstáculo visual entre as habitações dos primeiros pisos e o espaço público envolvente.

A inserção urbana do *conjunto residencial em Sá da Bandeira* é semelhante ao caso previamente referido, um bloco único circunscrito ao respetivo quarteirão cujas fachadas se alinham pelo limite entre o terreno de construção e a via pública. Posteriormente, um edifício de escritórios foi construído ao longo da Rua de Gonçalo Cristóvão, com um topo livre voltado para o Silo-Auto, passando sobre a Rua de Sá da Bandeira para se ligar ao primeiro edifício.

Estas obras, apesar de demonstrarem uma inovação plástica com significado ao nível da linguagem, através do emprego de novos materiais e criação de diferentes texturas nas fachadas, seguem um modelo que completa o tecido urbano já existente. Não obstante, os arquitetos destes dois projetos, em especial Agostinho Ricca, terem desenvolvido em muitos casos uma obra de carácter inovador, a abordagem relativamente à inserção urbana destes exemplos respeita uma formação convencional da malha edificada, nomeadamente a construção tradicional do quarteirão urbano.



78. Implantação do conjunto Quartieri Tiburtino; PILAT, Stephanie Zeier – Reconstructing Italy: The INA-Casa Neighborhoods of the Postwar Era, Michigan: Dissertação de doutoramento, University of Michigan, 2009



79. Plano geral do conjunto habitacional Campo do Luso; Revista Arquitectura nº94

No *Quartieri Tiburtino* (1949-54), é possível observar um processo de planeamento urbano semelhante ao do *Campo do Luso*. Este conjunto urbano constitui um dos primeiros projetos emergentes do plano urbanístico INA-casa, projetado pelos arquitetos M. Ridolfi, L. Quaroni, C. Aymonino, entre outros, e localiza-se a poucos quilómetros do centro da cidade de Roma (fig.78).

O plano INA-casa surge, em 1949, como resposta a uma situação adversa a nível económico, político e social em Itália. Com o fim da segunda Guerra Mundial, a necessidade de construção de habitação intensificou-se, assim como a disponibilidade de mão de obra, o que resultou da migração da população do campo para a cidade. Segundo Luigi Beretta Anguissola, “dois milhões de habitações foram destruídas em Itália durante a Segunda Guerra Mundial e outras quatro milhões foram danificadas.”¹²³

Esta intervenção urbanística foi desenvolvida com o objetivo de resolver problemas de habitação e desemprego em Itália, teve duas fases de sete anos (1949-56 e 1956-63) e criou bairros operários por todo o país, dando oportunidade de trabalho a um grande número de arquitetos.

*“Uma nova geração de arquitetos, ansiosos por ensaiar uma linguagem de renovada comunicação com as classes populares, tidas como protagonistas do programa e de toda a reconstrução do pós-guerra, foi chamada a elaborar os projetos que, no curto espaço de catorze anos, orientaram a construção de mais de 300.000 habitações distribuídas por centenas de intervenções urbanas.”*¹²⁴

A comparação com o conjunto habitacional *Campo do Luso* revela alguma versatilidade na disposição dos edifícios no território. A disposição dos diferentes blocos e a sua diversidade morfológica demonstra, tal como no *Campo do Luso*, a procura da melhor solução para os diferentes contextos envolventes.

¹²³ Cit. por PILAT, Stephanie Zeier – *Reconstructing Italy: The INA-Casa Neighborhoods of the Postwar Era*, Michigan, 2009, (p.1-2, “*In fact, two million habitable rooms were destroyed in Italy during the Second World War, while another four million were damaged.*”)

¹²⁴ BANDEIRINHA, José António – *O Processo SAAL e a Arquitectura* no 25 de Abril de 1974, p.55



80. Vista aérea do bairro Tiburtino;
PILAT, Stephanie Zeier –
Reconstructing Italy: The INA-
Casa Neighborhoods of the Postwar
Era, Michigan: Dissertação de
doutoramento, University of
Michigan, 2009.



81. Conjunto habitacional Campo
do Luso



82. Conjunto residencial Torres
Vermelhas

Porém, no *Quartieri Tiburtino*, a variedade morfológica e altimétrica parece resultar de um princípio ideológico, de oposição ao “estilo internacional”¹²⁵, e não de uma consequência de um processo de desenho.

*“Tenta-se a humanização do espaço pela aparente espontaneidade como se articulam, organicamente, os edifícios; quase se faz esquecer no seu traçado a existência de um projeto; ruas de perfil irregular sucedem-se a pequenas extensões que sugerem praças com escala e ambiente aglomerado de província.”*¹²⁶

Um percurso pelos quarteirões do bairro não transmite uma percepção imediata dos limites da intervenção, pelo que a única sensação de conjunto é a linguagem arquitetónica uniforme criada pelas cores, materiais e escala dos edifícios.

*“... o emprego de plantas de traçado irregular, percursos abrigados em pórticos e estudados desníveis no terreno distanciam esta experiência da pura adoção dos esquemas da Carta de Atenas, relacionando-a, na sua extensão formal, com os modelos italianos;”*¹²⁷

Espaço exterior coletivo

Relativamente aos espaços exteriores coletivos, no conjunto habitacional *Campo do Luso* verifica-se um desenho de percursos pedonais, cobertos e descobertos, num terreno ligeiramente desnivelado, além da conceção de uma zona de reunião e recreio num espaço exterior, mas interior relativamente ao quarteirão. Desta forma, este espaço verde é desenhado como área central representativa do conjunto residencial.

Esta revisão do conceito de espaço exterior, de edificação e da relação de um com o outro, é uma característica comum com os projetos desenvolvidos no âmbito do plano INA-casa, em Itália.

¹²⁵ BANDEIRINHA, José António – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, p.56

¹²⁶ FERNANDEZ, Sérgio – Percurso: Arquitectura Portuguesa: 1930/1974, 1988, p.88

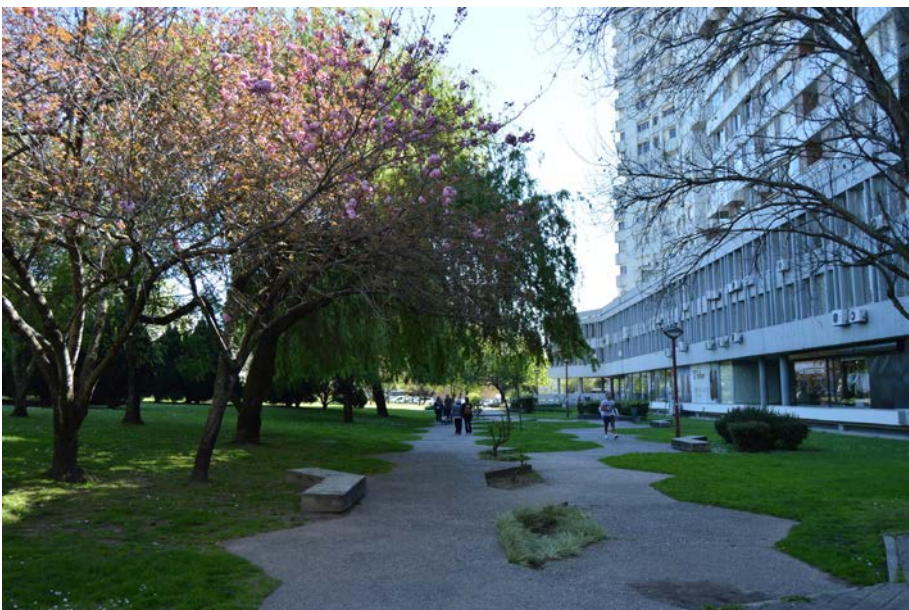
¹²⁷ Idem, p.148-149



83. Logradouro privado, Quartieri Tiburtino



84. Jardim no Campo do Luso



85. Jardim no Foco

O espaço exterior do *Quartieri Tiburtino*, excluindo as vias de circulação, pode ser dividido entre espaço de carácter público e logradouros privados. O tratamento dos espaços públicos é da responsabilidade do organismo INA-casa. O tratamento dos jardins dos edifícios, de carácter mais reservado, compete aos moradores.¹²⁸

À data de edificação, as construções envolventes eram ainda escassas, e numa zona com carácter urbano menos desenvolvido “*era notória a preocupação com a introdução de logradouros comuns de apoio aos utentes, isolados por meio de pequenas vedações*”.¹²⁹

Estes espaços exteriores, estruturados a partir de uma distribuição orgânica dos edifícios, criavam novas dinâmicas urbanas e permitiam diferentes modos de apropriação por parte dos moradores.

A circulação pelos diversos percursos, pedonais e automóveis, é facilitada e não existe um espaço verde central como acontece no *Campo do Luso* ou no *Foco*.

Nos dois conjuntos habitacionais no Porto é criado um espaço central envolvido pelas respetivas construções, porém, o respetivo acesso realiza-se de forma diferente.

No *Foco*, a construção dos diferentes blocos na periferia do terreno de implantação origina, tal como no *Campo do Luso*, um espaço interior mais fechado e voltado para si próprio. No entanto, o posicionamento dos edifícios e o uso do espaço entre estes torna mais difícil e lento o respetivo acesso.

Por outro lado, o projeto desenhado pelos arquitetos José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos, de dimensões mais reduzidas e de alcance visual mais imediato, permite um acesso mais fácil ao espaço exterior.

¹²⁸ PORTAS, Nuno – A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura, 2004, p.138

¹²⁹ TAVARES, Maria – “Habitações Económicas”, Federação de Caixas de Previdência, 2015, p.283



86. Torres Vermelhas, zona de lazer



87. Torres Vermelhas, espaço verde entre blocos



88. Campo do Luso, percurso pedonal



89. Campo do Luso, vista do bloco B

“No que respeita a prolongamentos exteriores coletivos, é evidente a preocupação de conseguir espaços complementares da habitação, em vez de “uma paisagem”: zonas protegidas dos ventos dominantes, zonas pavimentadas para recreio, zonas de sombra, aproveitamento de desníveis para uma relação conveniente com a rua, evitando a segregação ou o acesso perigosamente direto.”¹³⁰

Em Aveiro, no projeto das *Torres Vermelhas*, os arquitetos aproveitam a marcação da implantação da quinta torre (não construída) como motivo para o desenho do espaço exterior. Desta forma, estabelecem-se vários percursos pedonais e um espaço de estar central rodeado por uma densidade de árvores considerável.

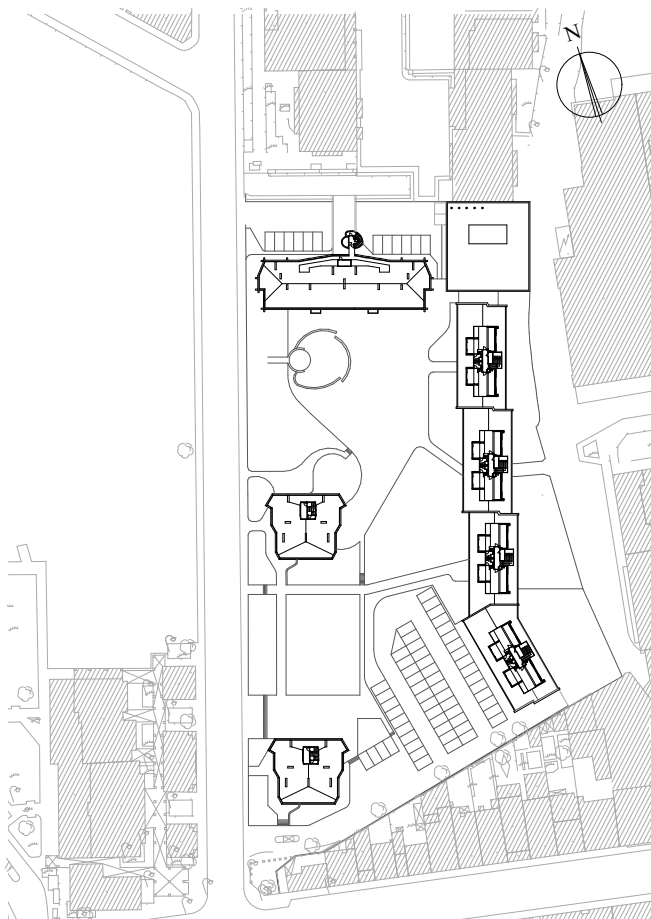
A ideia de criar um espaço no interior do quarteirão, separado do movimento, barulho e confusão das ruas confinantes, é análoga à empregue poucos anos antes no conjunto habitacional *Campo do Luso*. O desenho deste espaço exterior confere-lhe um acesso fácil e direto, através de percursos pedonais, mas protegido pela arborização e pelo terreno permeável.

Relação com a rua

O perfil da Rua da Alegria é claramente marcado pela construção do *Campo do Luso*, principalmente pela morfologia e linguagem do conjunto. A relação que os arquitetos estabelecem entre a rua e o conjunto habitacional pode ser vista, de alguma maneira, como uma nova proposta de relação entre os habitantes, o espaço exterior coletivo e o espaço público/rua.

A colocação pontual de árvores no limite definido pelos espaços verdes concede alguma transparência para o interior do quarteirão, da mesma forma que estabelece a indispensável privacidade às habitações mais próximas.

¹³⁰ SIZA, Álvaro – Impressões dum morador. In Revista Arquitectura nº94, 1966, p.182



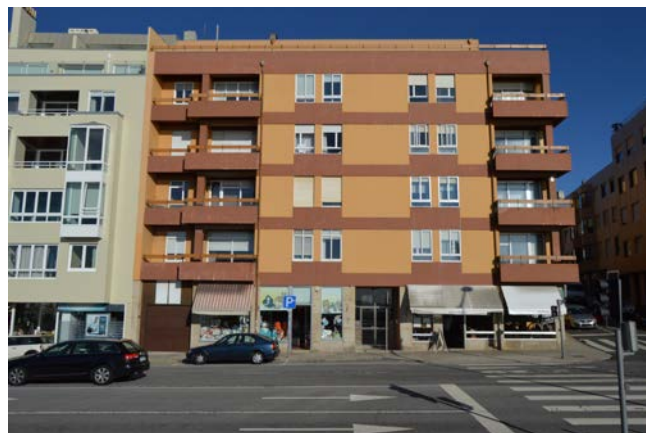
90. Implantação do Campo do Luso, esc. 1.2000



91. Implantação do conjunto residencial na Foz, esc. 1.2000



92. Campo do Luso, entrada do bloco B



93. Conjunto residencial na Foz, entrada pela Avenida do Brasil



94. Campo do Luso



95. Conjunto residencial na Foz

No *conjunto residencial da Foz*, a relação com a rua é resolvida apenas com a mudança de programa no rés-do-chão. Nestes casos em que o limite do edifício é mais próximo da rua, encontrou-se um outro tipo de solução para a resolução das questões de privacidade.

Comparando os dois casos de estudo, as Ruas da Agra e de Gondarém têm menor largura do que a Rua da Alegria onde existe edificado apenas num dos lados.

A construção tradicional da rua, com fachadas alinhadas e paralelas entre si, constitui um tema de debate na primeira metade do século XX, especialmente entre os defensores dos ideais do Movimento Moderno¹³¹. Entre outras temáticas, colocava-se a hipótese de construção de blocos de habitação rodeados de espaços verdes e afastados das vias de transporte rodoviário.

O afastamento do conjunto edificado da rua proporciona maior versatilidade no desenho volumétrico, ao mesmo tempo que permite maior controlo da luz. A descontínua construção de edificado à face da rua possibilita também um maior desafogo da rua e do interior do quarteirão, criando mais enfiamentos visuais e maior diversidade na relação rua/edificado.

Nos conjuntos residenciais construídos na década de 60, a diversidade de programas para além de habitação é bastante característica. Esta variação programática, abordada com maior profundidade no tema seguinte, surge como resposta às necessidades dos habitantes, mas funciona também como tema de projeto.

¹³¹ Sobre este tema, José Luis Sert defende uma ideia oposta: *“As fachadas paralelas das ruas recebem luz, sol e ar através dos canais de ruído, poeira e gases nocivos que constituem as artérias de trânsito de hoje. Se há árvores, elas estão escassas de folhas, querendo solo e humidade. Acima dos passeios, uma confusão de sinais elétricos. E as fachadas monótonas de um lado da rua repetem a feiúra das do outro lado. Entre eles apenas uma faixa de céu pode ser vista.”* In SERT, José Luis – *Can Our Cities Survive?*, (p.46 *“The parallel façades of these streets receive light, sunshine, and air across those channels of noise, dust, and noxious gases which form the traffic arteries of today. If there are trees, they are sparse of leaf, wanting soil and moisture. Above the sidewalks, a confusion of electric signs. And the drab façades of one side of the street repeat the unsightliness of those on the other. Between them only a ribbon of sky can be seen.”*)



96. Foco



97. Torres Vermelhas



98. Conjunto residencial em Júlio Dinis



99. Conjunto residencial em Sá da Bandeira



100. Quartieri Tiburtino



101. Quartieri Tiburtino

Em determinadas situações, a mudança de programa no rés-do-chão de um edifício surge como resposta a uma relação que se deseja mais interativa ou menos direta com a rua. A configuração dos blocos de habitação também tem influência nesta relação, proporcionando maior ou menor amplitude visual a partir da rua e possibilitando, ou não, o acesso ao espaço interior do quarteirão.

Os exemplos do *Campo do Luso* e do *conjunto residencial na Foz* representam duas formas distintas de relação dos edifícios com a rua. Como casos de comparação, o *Foco* e as *Torres Vermelhas* correspondem a tipos de abordagem similares à do *Campo do Luso*. De maneira distinta, o *conjunto residencial em Júlio Dinis, Sá da Bandeira* e na *Foz* assemelham-se na estrutura e relação com a envolvente edificada.

O *Quartieri Tiburtino* apresenta outra abordagem, sobretudo nas diferenças de afastamento em relação à rua, permitindo por vezes a passagem de peões pelo interior do quarteirão. A presença pontual de espaços comerciais neste conjunto contribui para uma relação mais dinâmica entre a rua, o edificado e os habitantes, mas também lhe confere um carácter mais irregular e desordenado.



102. Campo do Luso, bloco C



103. Campo do Luso, bloco D



104. Campo do Luso, bloco A



105. Campo do Luso, bloco C

Conjunto edificado

A década de 1960 caracteriza-se pelo desenvolvimento de diferentes linguagens arquitetónicas em edifícios e em conjuntos residenciais que se construíam sobretudo como resultado da crescente necessidade de habitação. A maior concentração populacional em aglomerados urbanos teve como consequência o aumento de construções de investidores privados.

Linguagem e materiais

A linguagem arquitetónica de um edifício resulta de um equilíbrio entre a volumetria, o desenho das fachadas e os materiais de revestimento.

Esta relação entre forma e materialidade é conseguida no conjunto habitacional *Campo do Luso*. Neste projeto, é possível observar diferentes abordagens na composição das fachadas, ajustadas aos diferentes elementos do conjunto como a torre e o bloco em banda. Esta variação parece também refletir a orientação das fachadas – interior ou exterior do quarteirão. (figuras 102 a 105)

“... o movimento ascendente e sincopado das galerias que partem de um elemento quase escultório onde, num dos blocos, se localizam os acessos verticais, o tratamento das aberturas que predominantemente se desenham em longas tiras verticais, a tentativa da recuperação do azulejo como revestimento de intenso valor plástico, os gradeamentos das varandas, expressivos, senão agressivos, e o coroamento das torres com uma platibanda cujo revestimento de telha parece revelar alguma dificuldade em assumir-se a cobertura plana, correspondem, neste conjunto tratado como uma pequena “unidade de vizinhança”, a intenção de humanização de um código que ainda está presente e de uma aproximação aos elementos que caracterizam a paisagem habitual da cidade.”¹³²

Por comparação, os mesmos arquitetos (José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos) adotam uma abordagem distinta no conjunto habitacional das *Torres Vermelhas*, em Aveiro, no qual não se identifica a mesma diversidade de materiais e volumetrias.

¹³² FERNANDEZ, Sérgio – *Percorso: Arquitectura Portuguesa: 1930/1974, 1988*, p.149



106. Torres Vermelhas, jardim central



107. Torres vermelhas

Esta diferença pode estar relacionada com o caráter distinto dos edifícios envolventes. Enquanto o conjunto habitacional no Porto se encontra inserido numa área urbana com alguma variedade morfológica, desde edifícios com cêrcea considerável a vazios urbanos e um campo de futebol (desativado), as *Torres Vermelhas* inserem-se numa zona de caráter residencial maioritariamente constituída por edifícios de habitação com cêrcea reduzida (2 ou 3 pisos) e duas escolas.

As *Torres Vermelhas* têm cinco pisos, menos sete do que as do conjunto habitacional do Porto, e apresentam uma linguagem (volumetria, desenho das fachadas e revestimento) mais simples.

O azulejo, material utilizado pelos arquitetos no projeto no Porto, é, neste caso, substituído pelo tijolo de cor vermelha que, juntamente com o betão armado na marcação das lajes de piso, dão às quatro torres uma presença forte e grande coerência formal (fig.106).

O primeiro piso é ligeiramente elevado em relação à via pública permitindo a entrada de luz e ventilação para a cave. Esta característica, juntamente com o jogo claro/escuro da cobertura, garante uma sensação de leveza ao edifício. No entanto, esta impressão contrasta com a forte marcação das arestas do edifício e dos cantos das varandas que transmitem grande rigidez volumétrica (fig.107).

Assim, estas obras de José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos representam uma vontade criativa e uma adaptação dos princípios modernos à realidade portuguesa. O mesmo pode-se constatar nas obras projetadas em conjunto por Agostinho Ricca e Benjamim do Carmo, mais concretamente, no *conjunto residencial em Júlio Dinis* e no *conjunto residencial em Sá da Bandeira*.

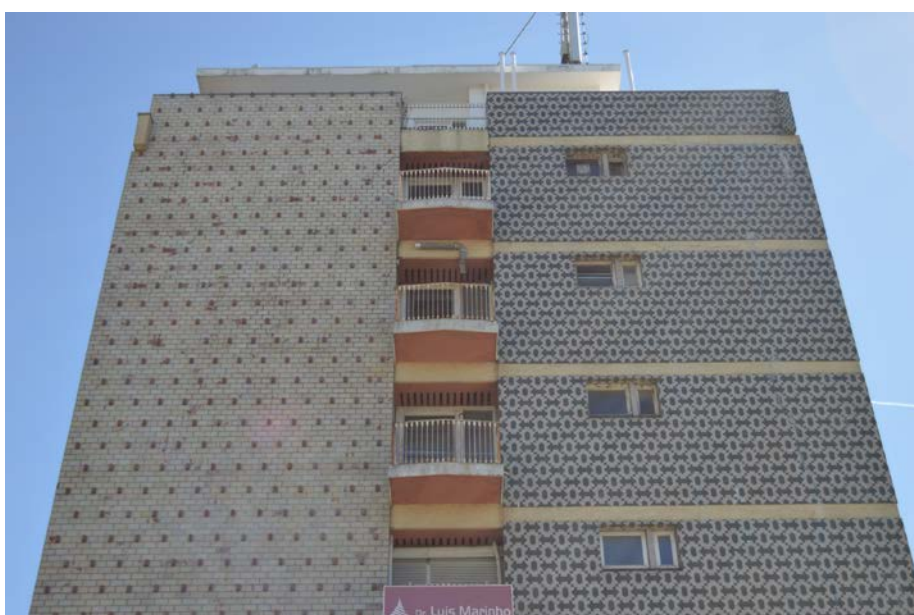
A inserção urbana dos dois projetos não confere aos edifícios o mesmo protagonismo que têm as duas obras estudadas da dupla Loureiro/Pádua Ramos, desde logo pelas diferenças morfológicas. Por outro lado, a plasticidade e o dinamismo das fachadas constitui a principal característica destes projetos.



108. Conjunto residencial em Sá da
Bandeira, edifício de habitação



109. Conjunto residencial em Sá da
Bandeira, edifício de escritórios



110. Conjunto residencial em Sá da
Bandeira, topo livre voltado para o
Silo-Auto

No *conjunto residencial em Sá da Bandeira* (1955) salienta-se o trabalho na composição das fachadas, com uma forte marcação horizontal das lajes de piso e do topo das guardas das varandas, tanto pelas reentrâncias como pelo padrão usado na aplicação da pastilha como revestimento e também pela presença ininterrupta do vidro.

A composição do conjunto pode também ser interpretada como uma adição de unidades verticais, marcadas pelas portas de entrada e pela cobertura do edifício, em que as linhas horizontais das varandas e peitoris dão à fachada uma relação de unidade (fig.108). A ausência de elementos em projeção contribui para uma leitura mais contínua, apenas interrompida pelo claro/escuro criado pela profundidade das varandas.

Neste caso, o programa do rés-do-chão inclui espaços comerciais caracterizados por espaços de entrada cobertos, próximos do limite da rua, e marcados por uma pala arredondada.

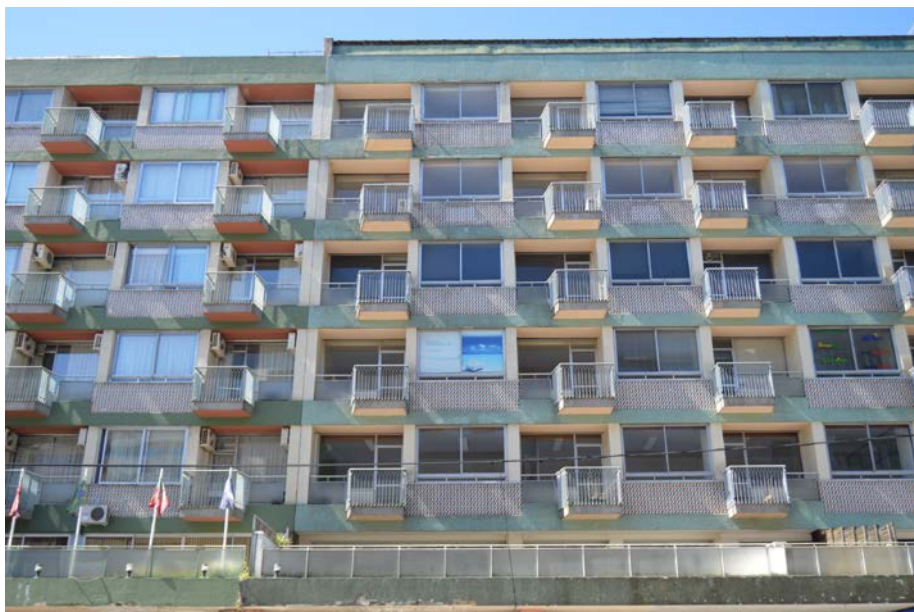
O edifício de escritórios que passa sobre a Rua Sá da Bandeira apresenta uma linguagem muito semelhante. A fachada voltada a Sul (fig.109) caracteriza-se pela presença de apontamentos verticais, de cor verde, que contrariam a forte horizontalidade do conjunto. No topo voltado para o Silo-Auto (fig. 110) é possível observar as únicas varandas salientes, centradas numa fachada revestida a materiais texturados como o tijolo e a pastilha. A conjugação e o tratamento de materiais, juntamente com a proporção e escala dos edifícios, conferem ao conjunto um equilíbrio cromático e volumétrico.

“Agostinho Ricca não parte de modelos formais. Encontra o desenho, modela a expressão, graças à lenta e longa revelação inspirada pelo betão, o aço, a madeira e a luz.”[...]

“Os edifícios desenvolvem-se como organismos onde a natureza está sempre presente!”[...]

“Não são manifestos gritantes. São antes peças de uma sobriedade peculiar, dentro duma escala harmónica, que não envelhecem. A funcionalidade expressiva, o rigor da construção e a integração no local, exprimem o essencial das suas propostas.”¹³³

¹³³ RICCA, Agostinho – Agostinho Ricca: Projectos e obras de 1948 a 1995, [2001?], p.6



111. Conjunto residencial em Júlio Dinis, fachada voltada para a Rua de Júlio Dinis



112. Conjunto residencial em Júlio Dinis, fachada voltada para o largo Ferreira Lapa



113. Conjunto residencial em Júlio Dinis, gaveto da Rua de Gonçalo Sampaio com a praça Mouzinho de Albuquerque

Igualmente representativo é o *conjunto residencial em Júlio Dinis*, construído um ano mais tarde, como resultado de uma parceria entre Agostinho Ricca e Benjamim do Carmo.

Este conjunto consiste num elemento com forte presença urbana, porque para além de fazer frente para a rotunda da Boavista e para a consequente ligação com o Mercado Bom Sucesso, passa sobre um arruamento que liga a Rua do Bom Sucesso e a Rua de Júlio Dinis.

O desenho das fachadas deste conjunto tem uma dinâmica e tridimensionalidade distintas, comparativamente ao *conjunto residencial em Sá da Bandeira*.

Nos edifícios voltados para a Rua de Júlio Dinis, os arquitetos optam por criar um contraste de elementos horizontais e verticais, com uma maior variedade de cores e um número significativo de varandas em projeção que, funcionando como pequenos cubos, atribuem complexidade compositiva à fachada.

As fachadas orientadas para o largo Ferreira Lapa diferem no desenho e na composição, com superfícies rebocadas e ritmadas verticalmente pelas caixas de escada em vidro ligeiramente salientes. As varandas apresentam dimensões variadas conferindo uma dinâmica semelhante à fachada oposta.

A composição da fachada voltada para a praça Mouzinho de Albuquerque (rotunda da Boavista) e da continuação até ao topo direccionado para o Mercado é idêntica à que faz frente para a Rua de Júlio Dinis. As diferenças mais significativas são a alteração da pastilha nos peitoris de cor azul e branca para bege e o betão na frente das varandas, garantindo maior privacidade.

É ainda relevante o jogo de materiais e texturas das fachadas opacas dos gavetos junto à praça Mouzinho de Albuquerque e do topo voltado para o Mercado Bom Sucesso.



114. Quartieri Tiburtino, corte transversal e longitudinal de conjunto de edificios em banda, sem escala; PIDDIU, Maria Michela – O plano INA-Casa: Uma leitura transversal do projeto Via Pessina em Cagliari, 2012



115. Quartieri Tiburtino, via pedonal



116. Quartieri Tiburtino, variedade de formas e cores

Algumas soluções arquitetónicas que se observavam em Portugal na década de 1960 tinham sido experimentadas previamente no resto da Europa. Como referência, o plano urbanístico INA-casa, em Itália, representa um dos modelos desenvolvidos com meios inovadores como resposta às diferentes necessidades.

O *Quartieri Tiburtino* (1949-54) é um dos exemplos mais claros do “neorrealismo”, no entanto, a diversidade de resultados arquitetónicos refletidos nos diversos bairros demonstra as condições de incerteza e isolamento que os arquitetos viviam.¹³⁴ Este projeto reflete também uma resposta à arquitetura do “Estilo Internacional”, e ao momento económico e social vivido em Itália na altura da sua construção.

No *Quartieri Tiburtino* observa-se uma tendência para o uso de materiais tradicionais e técnicas construtivas mais convencionais. Um dos objetivos dos arquitetos no desenho desta obra seria a oposição às ideias propostas pelo “Estilo Internacional” procurando uma arquitetura mais orgânica e espontânea.¹³⁵

Nos projetos ao abrigo do plano INA-casa, segundo José António Bandeirinha, “os cantos e recantos das implantações caprichosamente não ortogonais, a fenestração pontual e verticalmente alongada, a incessante procura de “fluidez” e de “heterogeneidade” espacial, sugerem uma espécie de desejo regressivo e nostálgico...”.¹³⁶

No *Quartieri Tiburtino* é evidente o desenho orgânico da implantação, a variedade de alturas dos edifícios, a diversidade nas dimensões dos vãos e a utilização de um vasto leque de cores. Também é característico o uso de materiais tradicionais como o tijolo, a madeira e o ferro em diferentes elementos arquitetónicos.

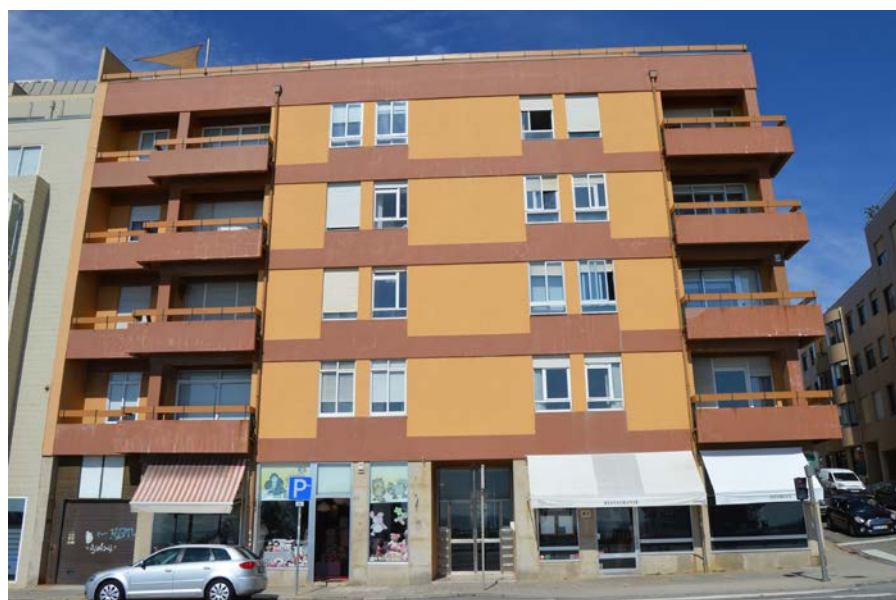
¹³⁴ BENEVOLO, Leonardo – Historia de la arquitectura moderna, (p.852, “*El barrio Tiburtino en Roma (...) constituye el ejemplo más conspicuo del llamado “neorrealismo”; pero, sobre todo, la variedad de los resultados arquitectónicos que presentan distintos barrios (...) demuestra las condiciones de aislamiento y de incertidumbre en que se han encontrado los proyectistas.*”)

¹³⁵ “*Os projetos e as obras do programa INA-casa representam, apesar de tudo, uma das mais consequentes reações à normalização do Estilo Internacional. Concebido, sob o ponto de vista legislativo, segundo uma visão do fenómeno habitacional que procurava integrar a recuperação económica com preocupações de índole mais culturalista, foi recebido de braços abertos por uma comunidade de profissionais de Arquitetura e de planeamento que logo se prontificaram a sequenciar, no terreno concreto dos espaços edificados, essas premissas mais teóricas.*” In BANDEIRINHA, José António – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, p.56

¹³⁶ BANDEIRINHA, José António – O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, p.55



117. Campo do Luso, estabelecimentos comerciais, bloco B



118. Conjunto residencial na Foz, estabelecimentos comerciais voltados para a Avenida do Brasil



119. Conjunto residencial em Sá da Bandeira (esquerda) e em Júlio Dinis (direita), estabelecimentos comerciais

A incorporação de diferentes programas funcionais num só edifício ou conjunto habitacional tem consequências na relação estabelecida entre este, a rua e o habitante. A introdução de espaços comerciais no rés-do-chão de um edifício é o mais comum e acontece nos dois casos de estudo principais deste trabalho: o conjunto habitacional *Campo do Luso* e o *conjunto residencial na Foz*. No entanto, apesar desta opção se verificar em ambos os casos, a diferença de implantação dos edifícios e a relação que estabelecem com a rua altera a forma como o habitante interage com os espaços comerciais.

No *conjunto residencial na Foz*, o arquiteto João Rodrigues dos Santos desenha apenas dois estabelecimentos comerciais, voltados para a Avenida do Brasil. Esta opção justifica-se pelo maior fluxo desta via em relação às restantes. O acesso a estes espaços é rápido e direto, da mesma forma que o acesso às habitações, entre as duas lojas (fig. 118).

Nas torres do *Campo do Luso*, verifica-se um maior afastamento do conjunto edificado em relação à rua. Esta condição permite um uso diferente do espaço comercial como, neste caso, com um prolongamento do espaço exterior coberto e descoberto (fig. 117).

Dois exemplos, de certo modo, semelhantes ao *conjunto residencial na Foz* são os projetos realizados por Agostinho Ricca e Benjamim do Carmo na Rua de Sá da Bandeira e na Rua de Júlio Dinis.

A alteração programática também acontece no rés-do-chão e é, nestes casos, complementada com um ligeiro recuo, criando assim um espaço coberto exterior intermédio junto aos espaços comerciais. (fig. 119)

Os espaços comerciais no *conjunto residencial em Júlio Dinis* apresentam um esquema semelhante aos da Rua de Sá da Bandeira com as entradas recuadas, formando espaços exteriores cobertos nos quais se localizam também as entradas dos edifícios. Em ambos os casos há uma relação direta entre o programa do rés-do-chão do conjunto edificado e a via pública, sendo o recuado a maior diferença entre estes e o *conjunto residencial na Foz*.



120. Foco, implantação com distribuição de serviços



121. Foco, espaço para estabelecimento comercial



122. Quartieri Tiburtino, espaço para estabelecimento comercial

Embora com uma escala diferente, o *Foco* representa um exemplo de relação entre utilizador, espaço comercial e via pública semelhante ao *Campo do Luso*.

A autonomia deste conjunto habitacional na Boavista, aliada ao desenho diversificado de implantação e variação de alturas dos edifícios, potencia e resolve, respetivamente, a criação e a distribuição dos diferentes programas funcionais existentes (ideal moderno adotado neste conjunto residencial). Aqui, além de habitação são incorporados programas como escritórios, clube residencial com restaurante, hotel, piscinas, cinema, igreja e centro recreativo.¹³⁷

*“... a elegância, a modernidade, a coerência, a funcionalidade dos onze ou doze blocos do Foco, entre os quais o do maior arranha-céus do Porto, é tão evidente como a qualidade dos seus materiais e acabamentos, como o equilíbrio entre as suas distâncias, alturas e orientações, como a boa distribuição dos seus espaços privados e públicos, até mesmo os verdes. No Foco não há sufoco.”*¹³⁸

Importa salientar a localização estratégica dos diferentes programas funcionais presentes neste conjunto e a relação que estabelecem com a envolvente próxima. O edifício constituído apenas por escritórios situa-se no início da rua que dá acesso ao interior do conjunto, deixando os restantes blocos, que contêm apenas habitação, no interior, mais próximos do espaço verde. Os edifícios com maior diversidade programática situam-se no centro do conjunto com fácil acesso desde todos os blocos e vias públicas.

¹³⁷ A variedade programática deste conjunto residencial remete-nos para a seguinte citação de José Luis Sert, sobre o planeamento completo de conjuntos urbanos: “*Em novas zonas residenciais das cidades mais modernas podem ser encontrados serviços públicos, normalmente os mais necessários: creche, escolas, campos de jogos, escolas primárias, balneários públicos, lavandarias, e farmácias.*”[...] “*De facto, estes conjuntos completamente planeados são ainda tão raros que em algumas cidades onde existem os funcionários municipais apresentam-nos aos visitantes como curiosidades incomuns.*” In SERT, José Luis – *Can Our Cities Survive?*, (p.54, “*In newer residential districts of the most progressive cities a few community services may be found, usually the most necessary: nursery, schools, small playgrounds, elementary schools, public baths, laundries, and dispensaries. [...] In fact, such completely planned layouts are still so rare that in the few cities where they exist municipal officials display them to visitors as unusual curiosities.*”)

¹³⁸ SARAIVA, Arnaldo – *O sotaque do Porto*. 1984, p27



123. Quartieri Tiburtino, espaço para estabelecimento comercial; TAVARES, Maria – “Habitações Económicas”, Federação de Caixas de Previdência, 2015, p.361. In “Barrio INA-Casa, Tiburtino”, 2G, Architettura italiana de la posguerra, nº 15, 2000, p.34



124. Quartieri Tiburtino, espaço para estabelecimento comercial

Podemos ainda observar, na figura 121, um pequeno espaço criado para um estabelecimento comercial, por baixo do hotel, de fácil acesso. Ainda que de dimensão diferente e agregado a outro edifício, este exemplo pode ser comparado à conceção de um espaço comercial autónomo que se observa no *Quartieri Tiburtino* (fig. 123 e 124).

Neste caso podemos constatar uma abordagem distinta relativamente ao posicionamento dos espaços comerciais e à respetiva relação com a via pública. Pequenas edificações de um piso, dentro ou fora dos quarteirões, acentuam a volumetria orgânica e facilitam a organização do espaço exterior das habitações.



125. Campo do Luso, vista desde a caixa de escadas do bloco B

“A adopção de valores, ora de acentuação representativa, ora de carácter funcional, não tem um carácter substitutivo e único no tempo, de troca de um pelo outro, mas sim de referência e de reordenação dos seus valores no projecto. No desenho da casa, estes valores são resultado da observação da vida e da procura de uma resposta ajustada a um programa e a um cliente”.

Rui Ramos – A casa: arquitectura e projeto doméstico na primeira metade do século XX português, 2010, p.318-319

Desenho do fogo

A alteração dos modos de vida ocorrida ao longo do século XX provocou, em conjunto com as condicionantes que a cidade impunha, alterações na conceção das habitações e no respetivo desenho interior do espaço doméstico. Nesse processo de transformação da casa é determinante a análise das características dos diferentes compartimentos, sobretudo os mais influenciadores da organização espacial como a entrada, os espaços de circulação, a cozinha e a sala.

Entrada na habitação

A localização e configuração da entrada condicionam a organização da habitação. Este espaço tem, geralmente, a função de receção e distribuição. Em alguns casos, como observaremos a seguir, o desenho deste espaço cria também um momento de paragem e de ligação entre o exterior e os espaços centrais.

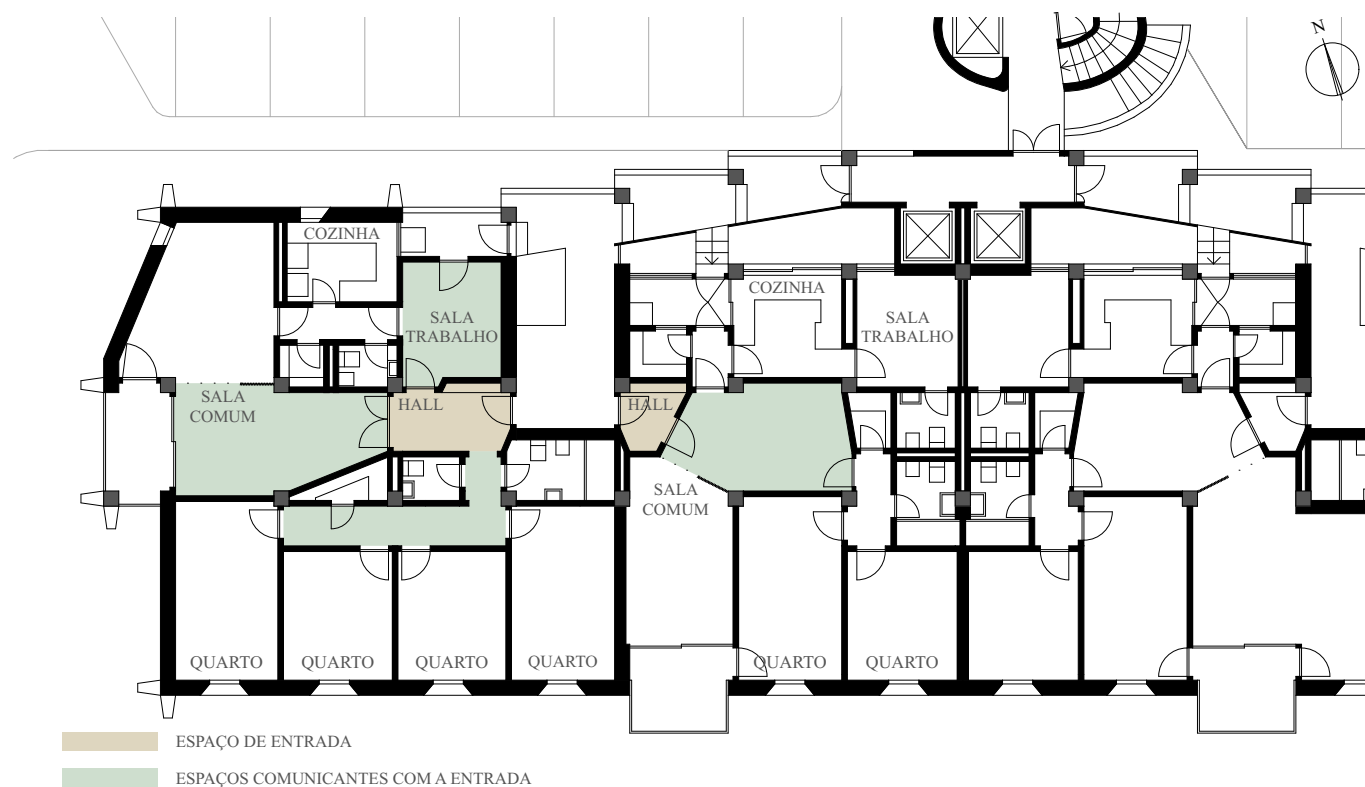
Importa ainda salientar as habitações com duas entradas. Nestes casos, a segunda entrada aparece geralmente associada aos espaços de serviço.

A entrada principal, segundo Monique Eleb, pode ser diferenciada em três tipos (a entrada como elemento de distribuição, a entrada simbólica de dimensão reduzida e a entrada através de outro compartimento)¹³⁹ podendo existir mais do que um tipo no mesmo projeto. Quando é tratada como uma “peça”, geralmente tem um armário de apoio a vestuário e objetos volumosos.

¹³⁹ ELEB, Monique – *Urbanité, sociabilité et intimité: des logements d’aujourd’hui*, 1997, (p.131, “Trois types d’entrée sont utilisées et peuvent être choisies exclusivement ou coexister. Quand elle est traitée comme une pièce, l’entrée est le plus souvent équipée d’un placard qui permet de se débarrasser des vêtements et objets encombrants.”)



126. Conjunto residencial na Foz, entrada na habitação, esc. 1.200



127. Campo do Luso, bloco A, entrada na habitação, esc. 1.200

No *conjunto residencial na Foz* apenas alguns apartamentos dispõem de um espaço de entrada com armário. Nas habitações de tipologia T3, é possível observar (fig.126) que a entrada funciona como espaço de distribuição e que separa o acesso para a sala ou para um corredor de acesso aos restantes compartimentos. Nestes casos, não foi previsto qualquer armário ou arrumo embutido.

Nos apartamentos a Nascente, de tipologia T2, o espaço de entrada, de maior dimensão, serve de distribuição para um maior número de compartimentos. Aqui, o arquiteto João Rodrigues dos Santos projetou, mais uma vez, um armário de apoio integrado no espaço, o que confirma não só o indicado por Monique Eleb como também o sugerido por Ricardo Agarez:

“A necessidade de se considerar, no estudo racional da habitação o equipamento e o mobiliário como elementos já não secundários, mas sim integrantes e conceptualmente unidos à construção, é referência constante nos diversos textos sobre a maneira racional e moderna de projetar o fogo.”¹⁴⁰

No primeiro edifício construído no *Campo do Luso* (bloco A) também é possível constatar espaços de entrada com diferentes formas e características.

A entrada da habitação de tipologia T2 consiste num espaço de transição que garante mais privacidade à sala. Neste caso, embora se trate de um espaço com dimensão reduzida, de forma a garantir mais área à sala, integra um elemento de apoio a vestuário ou outros objetos, seguindo a lógica anteriormente apresentada.

Por oposição, a entrada da habitação de tipologia T4, de maior dimensão, permite a ligação entre o corredor dos quartos, a sala e o espaço a que os arquitetos denominaram “sala de trabalho”. Desta forma, estabelecem-se mais percursos possíveis e uma maior garantia da privacidade dos habitantes.

¹⁴⁰ AGAREZ, Ricardo Costa – O moderno Revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950, 2009, p.91



ESPAÇO DE ENTRADA
ESPAÇOS COMUNICANTES COM A ENTRADA

128. Planta do rés-do-chão das Torres Vermelhas, esc. 1.500; MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno – Portugal Architecture 1965-1990. Paris: Moniteur, 1992



129. Planta do piso tipo do Foco, esc. 1.500; ALECRIM, Inês – O grande parque residencial da Boavista, 1962-1973. Porto: Dissertação de Mestrado, Faup, 2014

Como comparação, no caso das *Torres Vermelhas* e do *Foco* podemos observar dois modos diferentes de conceber a entrada. Este espaço, de dimensão reduzida no projeto em Aveiro, dispõe de armários de apoio para o acondicionamento de vestuário ou outro tipo de objetos. Para além disso, funciona como espaço de ligação entre todos os compartimentos da habitação.

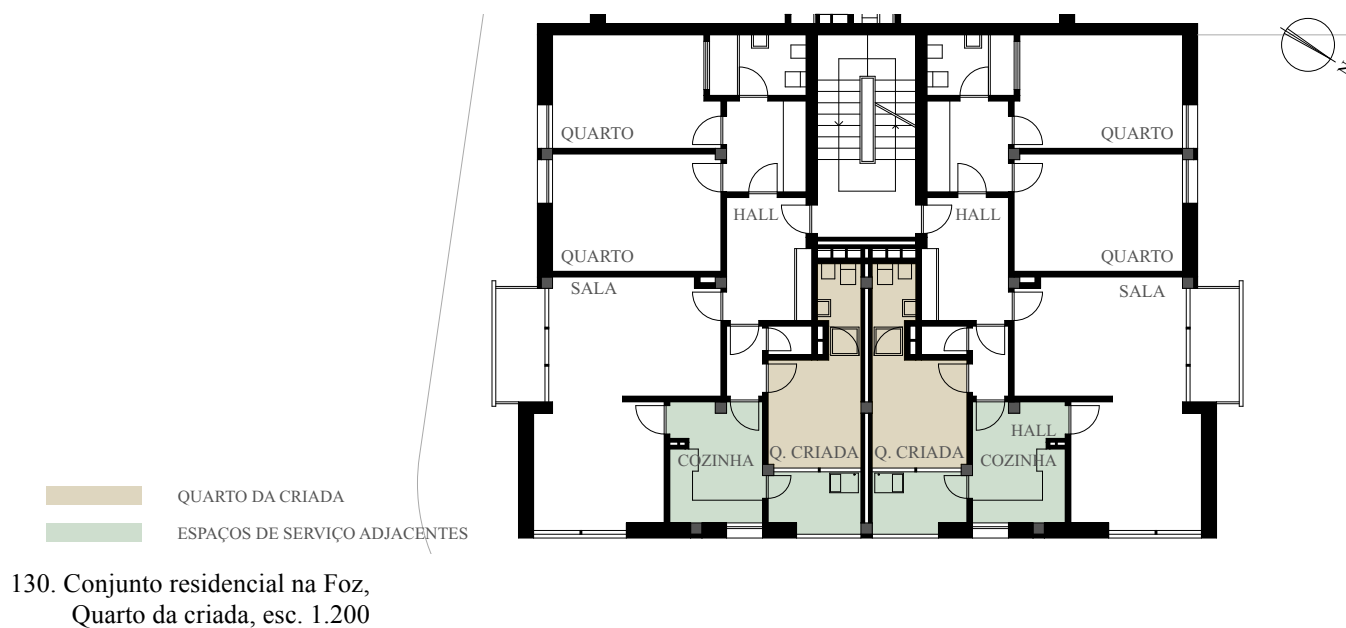
No caso de uma das torres do *Foco*, a entrada principal caracteriza-se por dar acesso direto a um corredor que faz a ligação com os restantes espaços.

No espaço temporal deste estudo, era frequente a conceção de um compartimento de apoio à habitação com possibilidades de uso variadas. Nuno Portas afirma que, nos casos com áreas limitadas, estes espaços adquiriam “ambiguidade funcional”.¹⁴¹

Espaço de apoio

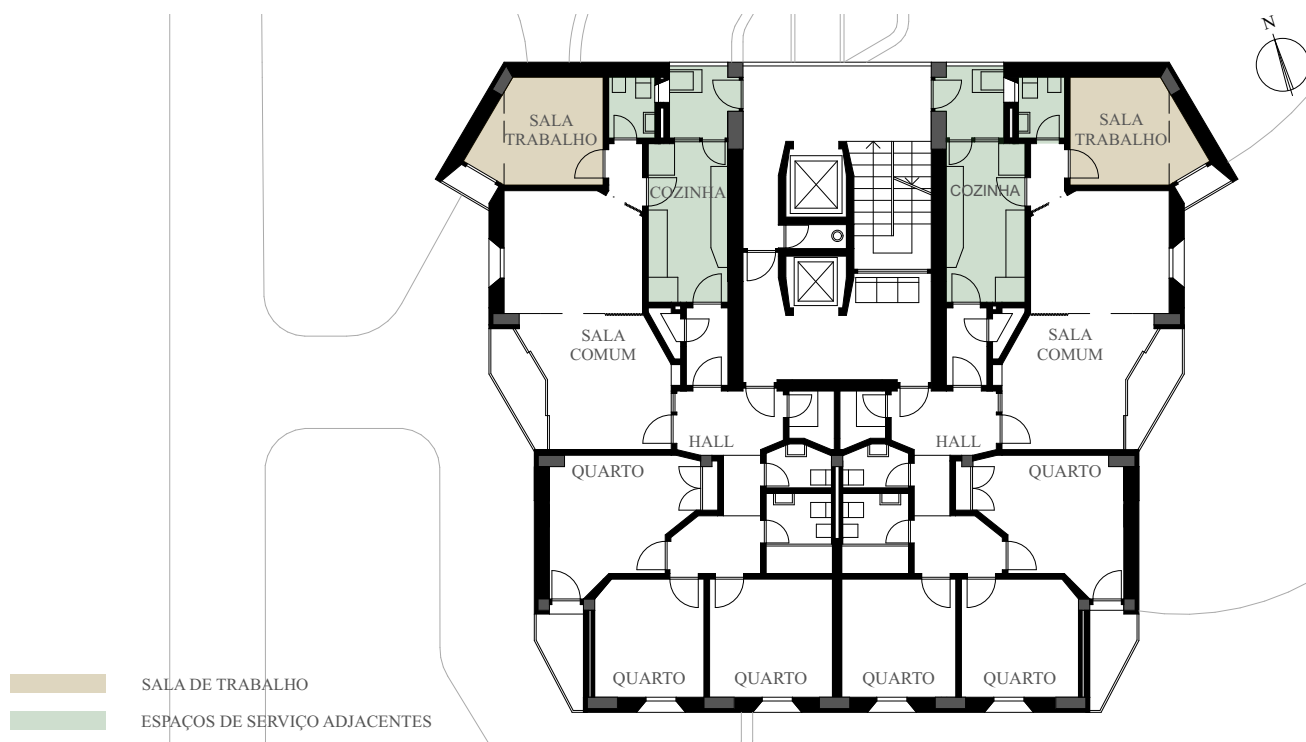
¹⁴¹ PORTAS, Nuno – A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura, 2004, p.146

Por vezes, a configuração deste compartimento apresenta um desenho mais flexível, podendo ser utilizado para outras tarefas que não a inicialmente descrita pelo arquiteto. Programas como escritório, sala de arrumos, um quarto suplementar ou até um local de recreio para crianças podiam ser as funções deste espaço.



As habitações voltadas para a Rua de Gondarém, no *conjunto residencial na Foz*, dispõem de um compartimento definido como quarto da criada: um espaço numa das extremidades do fogo, com acesso apenas pela cozinha e com uma casa de banho independente, de dimensões reduzidas. Neste caso, o quarto da criada estabelece ainda a ligação a uma varanda de serviço. Deste modo, todas as tarefas domésticas podem ser confinadas entre este compartimento e a cozinha, adjacente.

Nas torres do Campo do Luso, nos pisos com duas habitações (6º-10º pisos) os arquitetos projetaram uma “sala de trabalho” entre a cozinha e a sala comum. Este compartimento apresenta características que lhe garante multifuncionalidade como iluminação natural e proximidade a espaços de utilização diurna, à entrada de serviço e a uma casa de banho.



131. Campo do Luso, blocos B e C, Sala de trabalho, esc. 1.200



132. Conjunto residencial em Júlio Dinis, interior do piso-tipo, esc. 1.350, Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Relativamente a este tema, o *conjunto residencial em Júlio Dinis* apresenta um desenho idêntico ao *conjunto residencial na Foz*. Os arquitetos Agostinho Ricca e Benjamin do Carmo denominaram este compartimento como “quarto da criada” e também consideraram uma casa de banho de apoio, de dimensões reduzidas.

Os espaços de circulação apresentam diferentes configurações geralmente condicionadas pela necessidade de articulação dos vários compartimentos interiores da habitação. A redução da área destes espaços e/ou a possibilidade de os incluir em divisões como a sala era, em meados do século XX, um tema alvo de diferentes abordagens. Como esclarece Ricardo Agarez, a partir de estudos internacionais¹⁴², nos casos em que se economizava a área dos espaços de circulação, a mesma teria de ser compensada noutras divisões:

*“Reconhece-se a validade de dar acesso a quartos a partir da sala-comum, como forma de economizar o espaço reservado à circulação, mas considera-se necessário adicionar, nesse caso, uma porção de área suplementar ao living que o compense desse desempenho, de modo a que não se agrave a sua exiguidade ou comprometa o seu conforto.”*¹⁴³

No bloco D do Campo do Luso, observamos diferentes tipos de circulação nos três apartamentos da figura 133. Na habitação de tipologia T3, situada mais a Norte, verifica-se uma sequência de espaços desde o hall de entrada até ao compartimento mais distante do apartamento. Neste caso, sucede uma alteração na dimensão dos espaços e no pé-direito entre áreas de menor permanência e de transição, como o hall de entrada, o hall principal no centro da habitação, o corredor até ao espaço de distribuição nos quartos e o corredor até à entrada para a sala comum e o compartimento adjacente, no lado oposto da habitação.

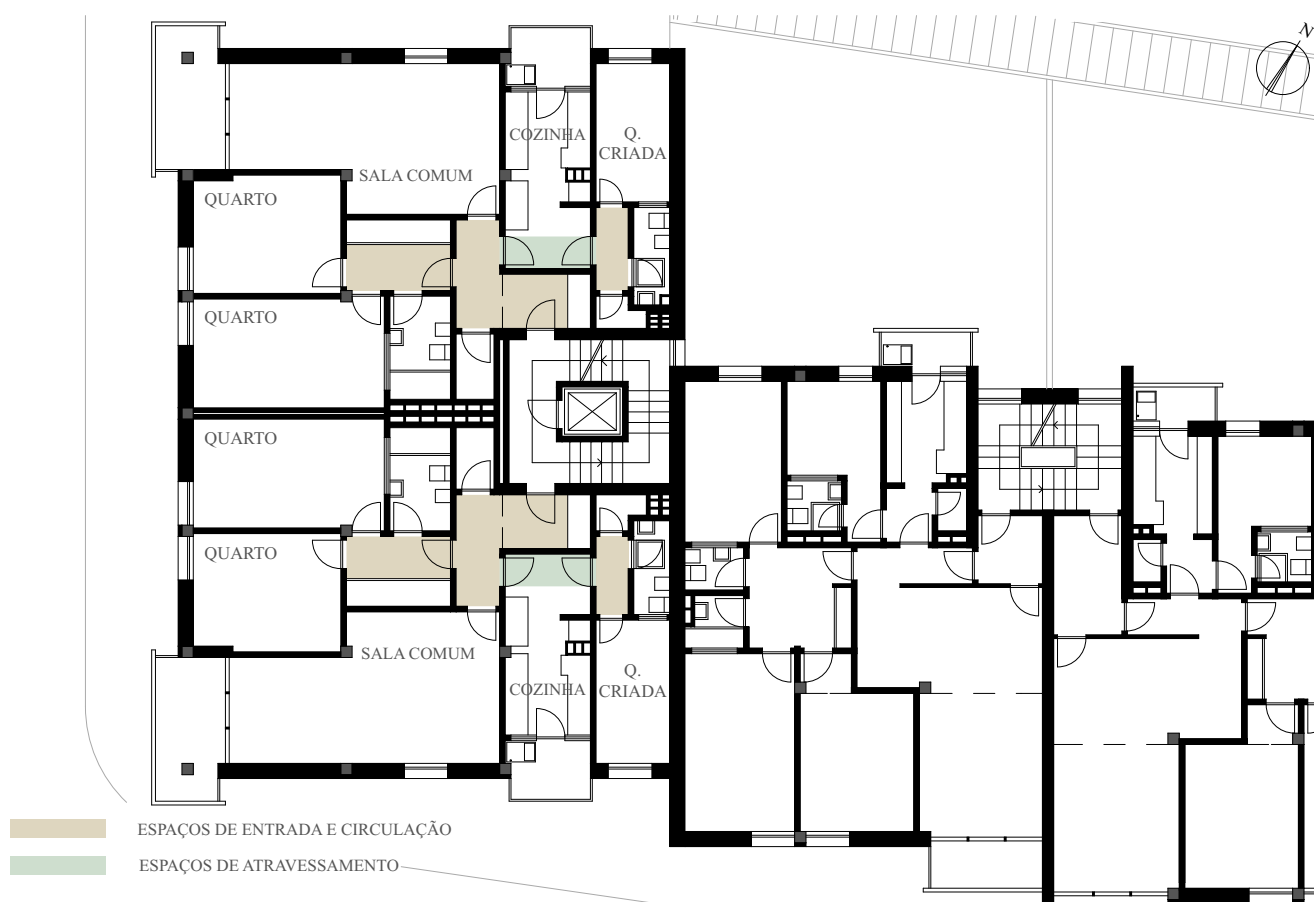
O outro fogo de tipologia T3 dispõe de espaços de circulação claramente marcados e divididos entre corredor e hall de distribuição. Por oposição, a habitação de tipologia T1 caracteriza-se pela quase anulação dos espaços de circulação pelo que a ligação entre o hall de entrada e o hall dos quartos se estabelece através da sala. Desta forma, os arquitetos conseguem um maior aproveitamento da área útil interior.

¹⁴² BLACKSHAW, Maurice (relator); Nations Unies – Comissão Económica para a Europa – Comité de l’Industrie et des Produits de Base – Sous-Comité de l’Habitat (1951). Étude comparée de l’utilisation de l’espace dans des types courants de logements de 14 pays d’Europe [1948-1949]

¹⁴³ AGAREZ, Ricardo Costa – O moderno Revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950, 2009, p.90



133. Campo do Luso, bloco D, esc.
1.200



134. Conjunto residencial na Foz,
esc. 1.200

Nas habitações orientadas a Poente no *conjunto residencial da Foz* os espaços de circulação apresentam uma configuração distinta. Ao contrário dos exemplos analisados no Campo do Luso, neste caso as áreas de circulação são mais regulares e não têm variações significativas de dimensão e pé-direito.

135. Planta de edifício em torre,
Quatieri Tiburtino, esc. 1.350;
PILAT, Stephanie Zeier –
Reconstructing Italy: The INA-
Casa Neighborhoods of the
Postwar Era, Michigan:
Dissertação de doutoramento,
University of Michigan, 2009



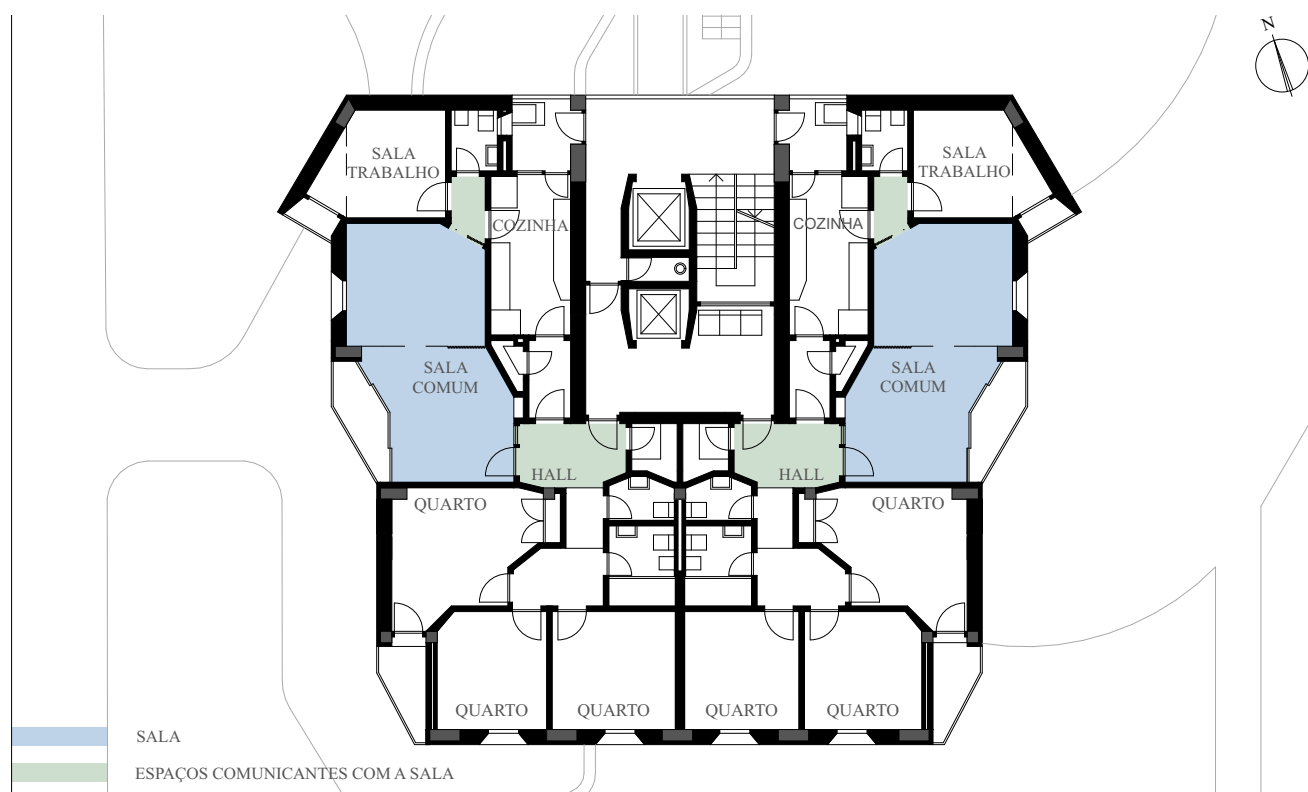
Como comparação, numa das habitações das torres do *Quartieri Tiburtino* eliminam-se, quase por completo, os espaços de circulação. Neste caso, os espaços de atravessamento aparentam condicionar a dimensão dos compartimentos. Não existem áreas específicas de percurso, pelo que a sala comum assume um papel de maior relevância como compartimento de ligação e permanência do fogo. Desta forma, a sala adquire um carácter distributivo, o que condiciona a privacidade dos moradores, como afirma Monique Eleb:

“Esta organização adequa-se a um projeto de vida quotidiano onde o grupo é mais importante que o indivíduo e onde a autonomia de cada pessoa não é reivindicada.[...] Com efeito, neste tipo de distribuição, a vida de cada um não escapa aos presentes, todas as idas e vindas passam pela sala de estar, cuja área de circulação, para além disso, lhe foi retirada.”¹⁴⁴

¹⁴⁴ ELEB, Monique – *Urbanité, sociabilité et intimité: des logements d’aujourd’hui*, 1997, (p.143, “Cette organisation convient très bien à une conception de la vie quotidienne où le groupe domine l’individu et où l’autonomie de chaque personne n’est pas revendiquée. [...] En effet, dans ce type de distribution, la vie de chacun ne peut échapper aux personnes présentes, toutes les allées et venues nécessitant de passer par le séjour, qui, par ailleurs, est amputé des surfaces de circulation.”)



136. Quartos e salas, Campo do Luso, escala 1.1000



137. Sala, 1º-4º pisos. Blocos B e C, Campo do Luso, escala 1.200

Sala comum

No espaço da sala desenvolve-se grande parte da vida em comum da habitação moderna. Como espaço central, adquire geralmente uma orientação privilegiada.

A organização espacial das habitações dos blocos A e D do conjunto habitacional *Campo do Luso* parece privilegiar a relação dos espaços principais, sobretudo a sala, com o espaço exterior. No entanto, esta relação surge condicionada pela orientação solar e pela morfologia dos blocos (fig.136).

Enquanto nos blocos A e D as salas e os quartos se orientam para o interior do quarteirão, a organização interna dos blocos B e C resulta do aproveitamento da melhor exposição solar, pelo que os espaços de estar se localizam a Sul e com menor contacto com o espaço verde.

O uso generalizado e diversificado deste compartimento origina, por vezes, uma divisão interior do espaço. Nos primeiros quatro pisos das torres do *Campo do Luso* (fig. 137), a sala pode ser dividida em duas partes, apenas com o encerramento de uma cortina ou biombo, algo que surgia com frequência nos casos abordados neste estudo.

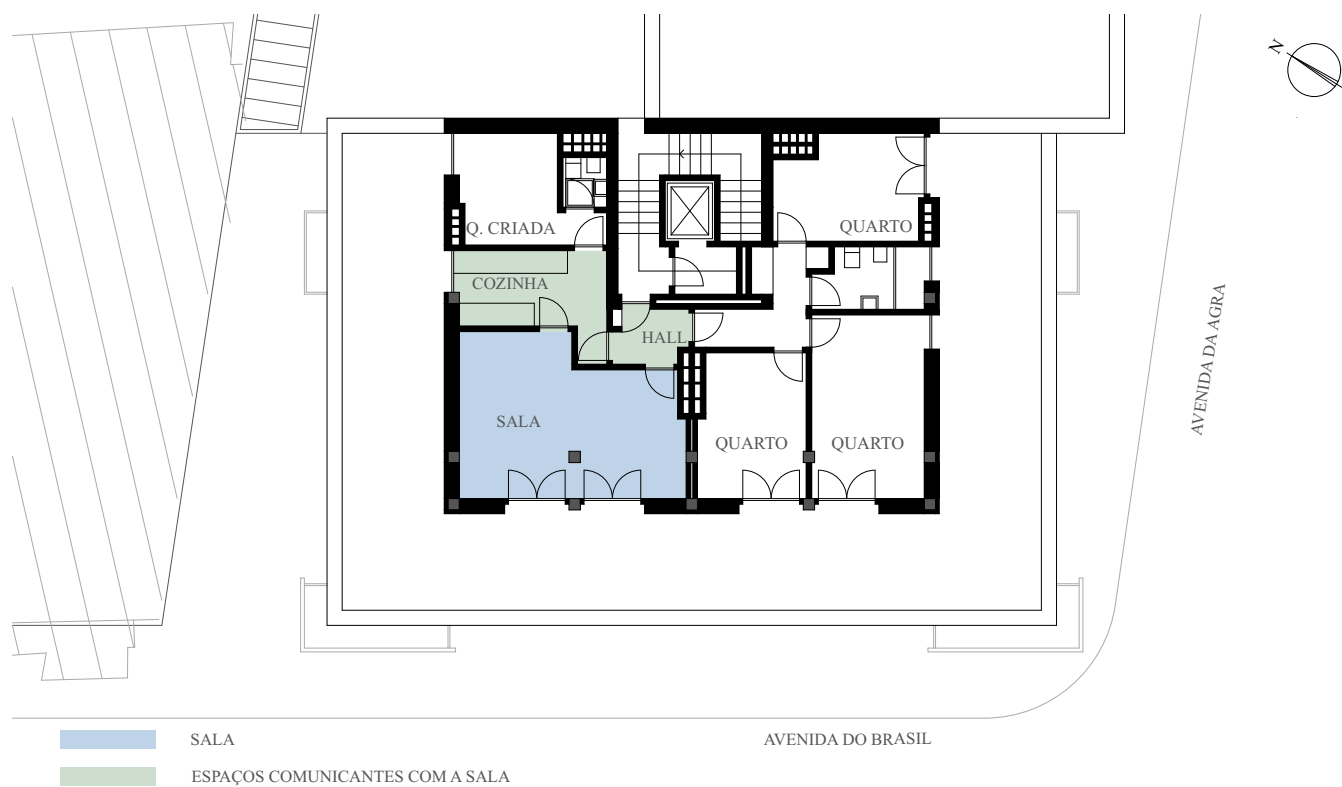
É também neste sentido que Ricardo Agarez aborda a questão da flexibilidade dos espaços domésticos:

*“Já não se considera necessário erguer barreiras físicas permanentes entre compartimentos – as divisões podem ser eliminadas ou tornadas menos definitivas e mais facilmente removíveis, com biombos ou portas de correr.”*¹⁴⁵

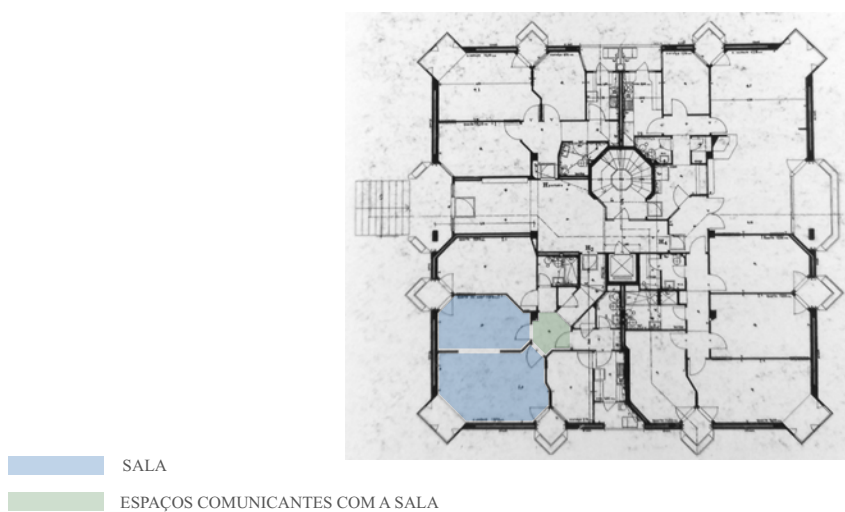
Esta divisão garante privacidade e independência em dois espaços distintos, o que permite, por exemplo, que o espaço de refeições seja mantido à parte da zona de estar, mantendo comunicação com esta.¹⁴⁶

¹⁴⁵ AGAREZ, Ricardo Costa – O moderno Revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950, 2009, p.89

¹⁴⁶ Questão referida por Ricardo Agarez: “o espaço de refeições, se possível e a partir de um determinado nível, deve ser mantido à parte da zona de estar, ainda que em comunicação com ela.” In AGAREZ, Ricardo Costa – O moderno Revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950, 2009, p.90



138. Conjunto residencial na Foz, esc. 1.200



139. Rés-do-chão, Torres Vermelhas, esc. 1.350; MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno – Portugal Architecture 1965-1990. Paris: Moniteur, 1992

O mesmo pode ser observado no *conjunto residencial na Foz*, no piso recuado voltado para a Avenida do Brasil, (fig. 138).

Este piso comporta apenas uma habitação com três quartos, o quarto da criada, e uma sala, cuja configuração sugere uma possível divisão em duas partes. Esta possibilidade é reforçada pela existência de duas entradas. Neste caso, a organização permite a criação de um espaço de refeições com ligação à cozinha e um espaço de estar com acesso ao hall de entrada.

Nas habitações do rés-do-chão das *Torres Vermelhas* em Aveiro, na figura 139, a disposição da sala segue os mesmos princípios que observámos no exemplo do *Campo do Luso*. Neste caso, a divisória existente na sala tem como base um vão de dimensão considerável numa parede fixa, evidenciando uma possível separação deste espaço em duas partes.

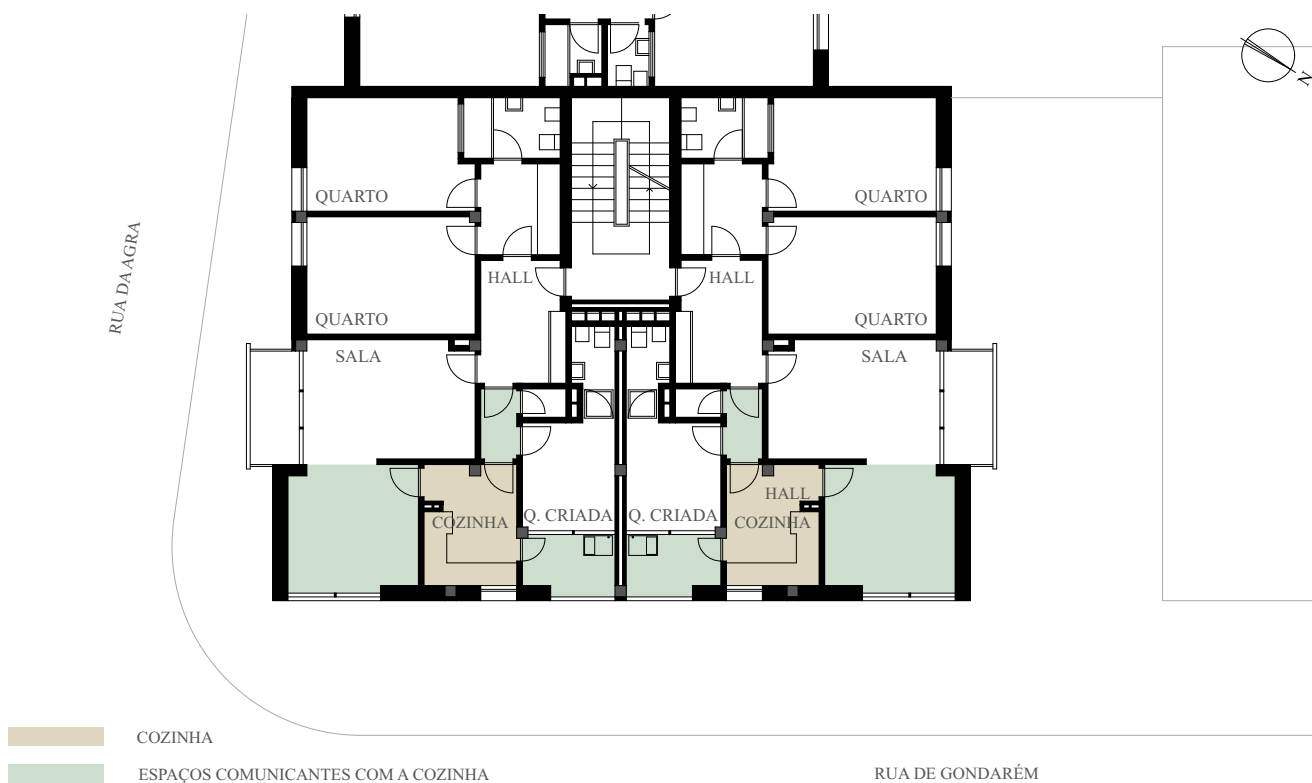
Cozinha

Sobre a valorização da cozinha na transição para a segunda metade do século XX, Monique Eleb constata uma crescente ligação desta tanto com espaços exteriores como com outros compartimentos como a sala.¹⁴⁷

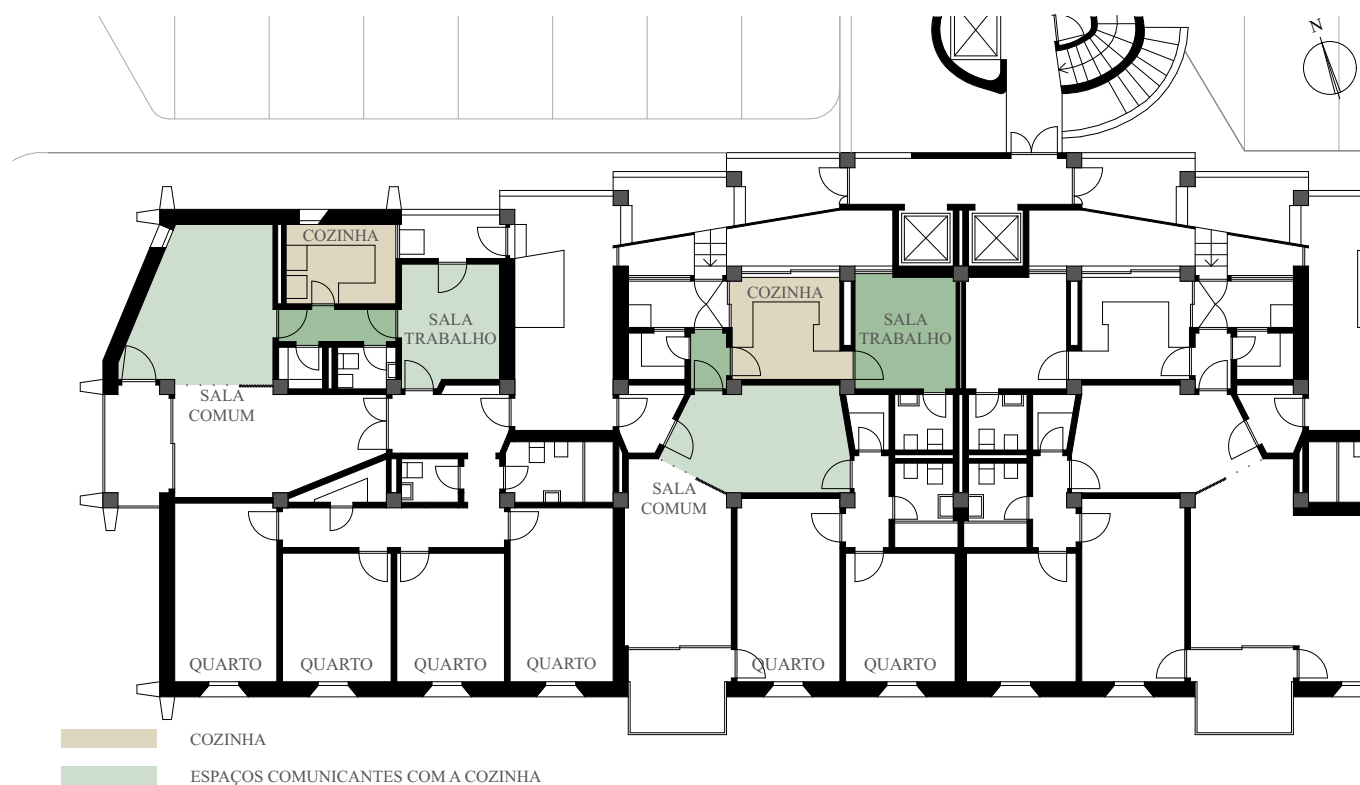
No *conjunto residencial na Foz*, mais especificamente nos apartamentos orientados para a Rua de Gondarém (fig.140), o arquiteto João Rodrigues dos Santos desenha cozinhas com este princípio funcional. A configuração e localização deste espaço garante o acesso direto pelo corredor junto à entrada, e a ligação à sala de refeições e à varanda de serviço, espaço para o tratamento de roupas.

Neste caso, o local para lavagem e secagem de roupas localiza-se em frente ao compartimento denominado como “quarto da criada”. O desenho de uma divisão com esta função e com esta disposição relativamente à cozinha era habitual nos projetos estudados da década de 1960, como indicado anteriormente.

¹⁴⁷ ELEB, Monique – *Urbanité, sociabilité et intimité: des logements d’aujourd’hui*, 1997, (p.170, “*La valorisation de la cuisine, ces dernières années, se voit à travers sa liaison avec des espaces extérieurs, balcons, loggias ou terraces (...). De plus en plus les architectes ouvrent la cuisine sur une loggia liée au séjour, et ce dispositif compose de trois espaces révèle bien le changement de statut de la cuisine.*”



140. Conjunto residencial na Foz,
esc. 1.200



141. Campo do Luso, bloco A
cozinha, esc. 1.200

Na habitação voltada a Poente do bloco A do *Campo do Luso* (fig.141), a organização da cozinha permite apenas um acesso, através de um corredor, não havendo ligação direta entre este espaço e as divisões mais próximas. A dimensão reduzida e a configuração do acesso a este espaço condicionam a localização da área de refeições na sala e o tratamento de roupa na varanda de serviço.

Com esta disposição, o acesso à cozinha é obrigatoriamente feito pela sala de trabalho ou pela sala de refeições.

142. Conjunto residencial Sá da
Bandeira, piso-tipo,
esc. 1.350
Arquivo Geral da Câmara
Municipal do Porto

COZINHA
ESPAÇOS COMUNICANTES COM A COZINHA



O mesmo acontece, por exemplo, num dos apartamentos do *conjunto residencial em Sá da Bandeira*, posicionado no gaveto formado pelas Ruas Sá da Bandeira e a Rua de Guedes de Azevedo (fig.142).

No fogo com uma só frente, os arquitetos Agostinho Ricca e Benjamim do Carmo posicionam a sala e a cozinha lado a lado, com ligação através de uma varanda de serviço. Esta opção retira uma parte da área da cozinha, porém, garante maior versatilidade ao espaço, permitindo um acesso à sala sem passagem no hall de entrada.

Considerações finais

Excetuando o Campo do Luso, os conjuntos habitacionais pertencentes à Santa Casa da Misericórdia do Porto constituem um tema sobre o qual ainda pouco foi estudado do ponto de vista arquitetónico. Nesse sentido, esta investigação promove uma primeira abordagem à análise de edifícios de carácter mais anónimo na cidade, como é o caso do conjunto residencial na Foz.

A intervenção da Santa Casa da Misericórdia na cidade do Porto tem-se realizado de forma contínua desde a sua fundação até aos dias de hoje. A ação desta instituição de caridade e assistência social estende-se em várias áreas, sendo os âmbitos da saúde, da educação e da ação social, aqueles em que a instituição tem mais tradição, ao longo dos mais de quinhentos anos da sua história.

O património desta instituição pode ser dividido em obra construída, em alguns casos ao abrigo de programas ou parcerias com outras instituições públicas e privadas, e em bens herdados de particulares e/ou benfeitores desta casa. O elevado número de imóveis que a instituição dispõe, bem como a existência de diferentes locais onde se encontra a informação documental tornou difícil o registo completo deste património. Porém, verificámos que o conjunto habitacional Campo do Luso e o conjunto residencial na Foz se inserem no conjunto de obras construídas de raiz, cujo objetivo principal era a obtenção de rendimentos através de aluguer.

O investimento na construção deste tipo de edifícios, em paralelo com a iniciativa privada à época, acontece como resultado das circunstâncias da habitação no Porto, na primeira metade do século XX.

Em finais dos anos 50 e em início dos anos 60, o mercado de investimento imobiliário encontrava condições para se expandir, assim como a primeira periferia da cidade disponibilizava terrenos de dimensão considerável para incorporar construções com alguma escala.

Simultaneamente, propõem-se novos modelos de habitação plurifamiliar, nos quais se observam questionamentos relativamente à relação entre os edifícios e o espaço público, e os próprios espaços exteriores de uso coletivo. Os programas do edifício de habitação tornam-se mais complexos, e a distribuição do fogo é repensada de acordo com lógicas de carácter funcionalista.

Neste contexto particular, na década de 1960, a Santa Casa da Misericórdia do Porto constrói o Campo do Luso e o conjunto residencial na Foz com uma clara estratégia de obtenção de rendimento para as obras de caridade que desenvolve paralelamente.

Apesar da coincidência do dono de obra e da época de construção, estes dois projetos distanciam-se na localização, no modo como se inserem no tecido urbano, nas opções programáticas, nas tipologias de habitação e na própria linguagem.

No conjunto habitacional do Campo do Luso, José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos procuram tirar proveito da escala do empreendimento através de prolongamentos exteriores coletivos pouco comuns na altura. A dimensão do projeto e o posicionamento na primeira periferia da cidade possibilitou a redefinição da relação entre a rua e os edifícios de habitação e espaços exteriores de uso coletivo.

A relação estabelecida entre o espaço público e privado, entre espaços exteriores públicos e espaços exteriores coletivos mas privados, acontece de forma gradual, numa transição entre espaços de diferente carácter (via pública, jardins, estacionamento exterior, galeria coberta, zona de recreio). No entanto, existe um traço unificador que transmite a sensação de equilíbrio a todo o conjunto.

Relativamente ao interior das habitações, a organização espacial demonstra uma lógica na configuração dos compartimentos em função das alterações dos modos de vida. As áreas previstas permitem a possibilidade de reunião em família, de isolamento e de trabalho, e procura-se rentabilizar o espaço ao máximo, prevendo-se inclusive os espaços para arrumos e armários. Assim sendo, a distribuição divide-se, na maioria dos apartamentos, em zonas de serviço, zonas comuns/diurnas e zonas privadas/noturnas.

O conjunto residencial na Foz, construído numa zona bastante mais periférica, revela uma relação distinta com a envolvente urbana preexistente. De menor dimensão relativamente ao Campo do Luso, este projeto desenhado pelo arquiteto José Rodrigues dos Santos tem como limites de implantação a periferia do quarteirão onde se insere.

A forma como este bloco de habitação plurifamiliar se dispõe no quarteirão determina o tipo de relação que os habitantes têm com o espaço público/rua. O modelo residencial proposto não estabelece qualquer tipo de espaços intermédios entre a cidade e as habitações.

No projeto na Foz, do ponto de vista da conceção do edifício, este é composto por uma combinação tradicional em módulos esquerdo-direito, com os apartamentos simétricos entre si. Definem-se apenas as tipologias de T2 e T3 (com a exceção da casa do porteiro, apenas com um quarto). Já no Campo do Luso, para além das arrecadações, espaços comerciais e lugares de garagem também presentes neste projeto, foram previstas em todo o conjunto as tipologias T1, T2, T3, T4, sala de recreio para crianças, ateliers e um supermercado, ou seja, um programa residencial mais complexo de conjunto.

Esta variedade programática diferencia, desde logo, os dois projetos da Santa Casa da Misericórdia do Porto. A dimensão planeada para o Campo do Luso (que inicialmente rematava também o terreno sem uso do lado Poente da Rua da Alegria) contrasta com a porção de quarteirão completada pelo conjunto residencial na Foz e, como consequência, diferem também na diversidade dos programas que contêm.

Ao nível da organização interna dos fogos, o arquiteto José Rodrigues dos Santos (Foz) propõe uma distribuição que orienta preferencialmente os espaços de serviço para Norte (interior do quarteirão) e os quartos e sala para Nascente, Sul e Poente.

Com bastante clareza na sectorização dos diferentes compartimentos, as habitações deste projeto também contam com uma possível divisão da sala em duas partes, sala de estar e de refeições, e um quarto de apoio, neste caso indicado como quarto da criada.

Também as habitações no Campo do Luso dispõem de um compartimento complementar.

A este compartimento, multifuncional, Loureiro e Pádua Ramos chamaram de sala de trabalho. Ao passo que no projeto na Foz todos os quartos da criada tinham um WC de pequenas dimensões privado, no Campo do Luso estes compartimentos de apoio à habitação só pontualmente tinham casa de banho própria. Este facto sugere uma tentativa de flexibilização da habitação, permitindo o uso dos espaços de serviço a qualquer membro da casa. Por outro lado, pode refletir a antevisão, por parte dos arquitetos, de que a permanência de uma empregada doméstica viria a ser, cada vez mais, uma situação rara com o passar dos tempos.

É possível afirmar que, com o estudo de duas obras da Santa Casa da Misericórdia do Porto, realizou-se também um estudo sobre uma época de alterações significativas para a arquitetura e o urbanismo portugueses empreendida ao longo da década de 1960. Em Portugal, apesar do atraso relativamente a muitas cidades europeias ao nível das opções arquitetónicas, desenvolve-se progressivamente uma arquitetura que pretendia estabelecer um diálogo entre a cidade histórica e a cidade contemporânea, um equilíbrio entre a tradição nacional e a modernização que se havia iniciado no estrangeiro.

A análise destas circunstâncias permitiu-nos posicionar o Campo do Luso e o conjunto residencial na Foz num contexto de crítica, mas também de adoção de várias referências Modernas. Foi neste sentido que estabelecemos como elementos de comparação outros projetos, nacionais e internacionais, da década de 1960, numa tentativa de identificar lógicas coincidentes, desde a inserção urbana ao interior do fogo.

Também foi possível equiparar alguma da produção arquitetónica dos anos 60 com os dois casos de estudo desde a inserção urbana ao interior da habitação. Relativamente à inserção no tecido urbano, a implantação, morfologia e relação com o espaço público fazem do Campo do Luso, nos dias de hoje, um paradigma na cidade do Porto. Em contrapartida, o conjunto residencial na Foz complementa uma malha urbana tradicional, construindo cidade numa tradição de longa data em contexto portuense.

Com algumas variações relativamente ao espaço de entrada, a existência de uma divisão de uso adaptável, a importância dada aos espaços de circulação, a proximidade entre a cozinha e a sala, entre outros aspetos, permitem estabelecer uma relação de proximidade entre os projetos do Campo do Luso e do conjunto residencial na Foz com os outros casos analisados.

Posto isto, o enquadramento dado pelos cinco casos de comparação permitiu-nos concluir também que as duas obras da Santa Casa da Misericórdia do Porto apresentam características semelhantes, nomeadamente a tentativa de adaptação dos espaços interiores às alterações sociais e transformações contantes das necessidades domésticas, a otimização da área do fogo e a separação da habitação em zonas de serviço, zonas diurnas e zonas noturnas.

Nos dois casos estudados, é nas relações com o espaço exterior que se depreendem as grandes diferenças de pensamento arquitetónico. A procura dos espaços intermédios entre a cidade e a habitação parece-nos fundamental na relação entre o habitante e o espaço público e é neste aspeto que mais se destaca o conjunto habitacional Campo do Luso.

A construção de habitação plurifamiliar de raiz por parte da Santa Casa da Misericórdia do Porto na década de 1960, consiste, portanto, em habitação para arrendamento para uma classe média emergente, e nesse sentido possui todas as condições de conforto e qualificação espacial tendo em conta o público alvo a que se destina.

Referências bibliográficas

- AGAREZ, Ricardo Costa – **O moderno Revisitado: habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950**. Lisboa: C. M., 2009.
- ALECRIM, Inês – **O grande parque residencial da Boavista, 1962-1973**. Porto: Dissertação de Mestrado, Faup, 2014.
- BANDEIRINHA, José António – **O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- BASTO, Artur de Magalhães - **História da Santa Casa da Misericórdia do Porto**, ed. Santa Casa da Misericórdia do Porto, Porto, 1934.
- BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried – **Portugal: arquitetura do século XX**. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1998.
- BENEVOLO, Leonardo – **Historia de la arquitectura moderna**. 8ª edición revisada y ampliada, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1999.
- BLACKSHAW, Maurice (relator); Nations Unies – **Étude comparée de l'utilisation de l'espace dans des types courants de logements de 14 pays d'Europe [1948-1949]**. Commission Économique pour l'Europe: Comité de l'Industrie et des Produits de Base – Sous-Comité de l'Habitat (1951).
- COSTA, Alexandre Alves – **A Problemática, a Polémica e as Propostas da Casa Portuguesa**. In Introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa: outros textos sobre arquitectura portuguesa, 2ª edição, Porto: Faup publicações, 2007.
- COSTA, Nuno Brandão; LOUREIRO, Luís Pinheiro - **J. Carlos Loureiro: Arquitectos Portugueses – Serie 2**, Vila do Conde, Verso da História, 2013.
- ELEB-VIDAL, Monique – **Urbanité, sociabilité et intimité: des logements d'aujourd'hui**. Paris: Ed. de l'Épure, 1997.
- FERNANDES, Francisco Barata - **Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade**. 2ª ed. Porto: Faup publicações, 1999.
- FERNANDES, Manuel Correia - *Campo do Luso*. In **Porto 1901|2001: guia de arquitetura moderna**. Porto: Secção Regional Norte da Ordem dos Arquitectos, Livraria Civilização Editora. Vol. 19, 2001.
- FERNANDEZ, Sérgio – **Arquitectura Portuguesa, 1961-1974**. In BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried –

Portugal: arquitetura do século XX. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1998.

FERNANDEZ, Sérgio – **Percursos: Arquitectura Portuguesa: 1930/1974**, 2ª edição, Porto, Publicações da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988 [1985].

GONÇALVES, Eliseu – **O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário.** In Virgílio Borges Pereira (ed.), *O Estado, a habitação e a questão social na cidade do Porto*, volume 2. Porto: Edições Afrontamento, 2015.

GONÇALVES, José Fernando – **Edifícios Modernos de Habitação Colectiva - 1948/61. Desenho e Standard na Arquitectura Portuguesa**, Barcelona: Dissertação de doutoramento apresentada à Universitat Politècnica de Catalunya, 2007.

GRIFFINI, E. A. – **Construcción racional de la casa.** Barcelona: Hoepli, [1950].

LAMEIRA, Gisela – **A habitação plurifamiliar portuense na 1ª metade do século XX. Produção arquitectónica: génese, transformação, adaptabilidade.** In A. Baptista Coelho et al (coord.), *Livro de Atas 2013, 2ºCIHEL e 1ºCCRSEEL*, LNEC, Lisboa, 2013.

LAMEIRA, Gisela – **A simetria e topologia na conceção da habitação plurifamiliar portuense na 1ª metade do séc. XX.** Porto: Resdomus, Grupo FCT Atlas da Casa, Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, 2014.

LAMEIRA, Gisela - *Contemporary Oporto fragments: oppositions on the morphological relationship between collective housing and the city.* In **Gulsun Saglam et al (org.) Proceedings – European Simposium on Research in Architecture and Urban Design.** Istanbul Technical University: *Composite Cities*, 12-14 Novembro 2014.

LAMEIRA, Gisela - **O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX.** Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2017.

MARTÍ ARÍS, Carlos – **Las formas de la residencia en la ciudad moderna: vivienda y ciudad en la Europa de entreguerras.** Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2000.

MATOS, Fernando de - **A essência da Misericórdia do Porto: alguns princípios basilares.** Porto: Santa Casa da Misericórdia, 1966.

- MENDES, Manuel - “La casa: paisaje doméstico y proyecto. (moderno, circunstancia portuguesa, manifesto portuense, cultura de la ciudad, señales de la arquitectura)”. **DOCOMOMO Ibérico**. La habitación y la ciudad modernas: rupturas y continuidades, 1997.
- MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno – **Portugal Architecture 1965-1990**. Paris: Moniteur, 1992.
- MOLEY, Christian – **L’immeuble en formation: genèse de l’habitat collectif et evators intermédiaires**. Liège: Pierre Mardaga, 1991.
- MONTANER, Josep Maria – **Depois do movimento moderno: arquitectura da segunda metade do século XX**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.
- PIDDIU, Maria Michela – **O plano INA-Casa: Uma leitura transversal do projeto Via Pessina em Cagliari**. Porto: Dissertação de Mestrado, Faup, 2012.
- PILAT, Stephanie Zeier – **Reconstructing Italy: The Ina-Casa Neighborhoods of the Postwar Era**, Michigan: Dissertação de doutoramento, University of Michigan, 2009.
- PORTAS, Nuno – A Arquitectura da Habitação no Século XX Portugês. In BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried – **Portugal: arquitetura do século XX**. Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, 1998.
- PORTAS, Nuno – **A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura**. Porto: FAUP publicações, 2004.
- PORTAS, Nuno - A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal. In **Revista Arquitectura nº66**, Novembro/Dezembro 1959.
- PORTAS, Nuno – **Os tempos das formas**. Guimarães: DAAUM, 2012. Vol. I: A cidade feita e refeita.
- PORTO, Santa Casa da Misericórdia do - **Culto, Cultura, Caridade : Atas do II congresso de história da santa casa da misericórdia do Porto**. Porto: SCMP, 2012.
- PORTO, Santa Casa de Misericórdia do - **Misericórdia do Porto: resumo histórico da sua fundação e desenvolvimento**, Porto: [s.n.], [1903].
- RAMOS, R. J. – **A casa: arquitectura e projeto doméstico na primeira metade do século XX português**. Porto: Faup publicações, 2010.
- RICCA, Agostinho – **Agostinho Ricca: Projectos e obras de 1948 a 1995**. Textos de Agostinho Ricca e A. Jacinto Rodrigues. Porto: Ordem dos Arquitectos Zona Norte, 2001.

- ROCHA, Luciana – **Intervenção no Moderno: Reconhecimento, caracterização e salvaguarda de edifícios de habitação plurifamiliar**. Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016.
- ROCHA, Luciana - The Preservation of Authenticity and the Awareness of the Necessary: 3 Buildings, 3 Case Studies, 3 Levels of Intervention. **DOCOMOMO Journal**. Vol. 51, 2014, p.80-84.
- ROSA, Edite Maria Figueiredo e - **ODAM: Valores modernos e a confrontação com a realidade produtiva**, Barcelona: Dissertação de doutoramento, Escuela Tecnica Superior de Arquitectura de Barcelona, 2005.
- SARAIVA, Arnaldo – **O sotaque do Porto**. Edições Afrontamento, Porto: 1996 [1984].
- SERT, José Luis – **Can Our Cities Survive?** Cambridge: Harvard University Press, 1947.
- SILVA, Francisco Ribeiro - A Misericórdia do Porto no século XVI, **O tripeiro**, Porto, N°2, 2003.
- SIZA, Álvaro – Impressões dum morador. In **Revista Arquitectura nº94**, 1966.
- TAVARES, Maria – **“Habitações Económicas”, Federação de Caixas de Previdência** (Arquitectura e modos de actuação no exercício do projeto). Porto: Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Vol. I, 2015.
- TÁVORA, Fernando – **O problema da casa portuguesa**. Lisboa: Manuela João Leal, 1947.
- TOSTÕES, Ana (coord.) - **1º Congresso Nacional de Arquitectura: relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e votos do Congresso**. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2008. Edição Facsimilada.
- TOSTÕES, Ana – **A idade maior: cultura e tecnologia na arquitetura moderna portuguesa**. Porto: Faup publicações, 2015.
- TOSTÕES, Ana (coordenação) - **Arquitectura Moderna Portuguesa 1920 – 1970**, Lisboa, IPPAR, 2004.
- TOSTÕES, Ana – **Os verdes anos da arquitectura portuguesa dos anos 50**. Porto: Faup publicações, 1997 [1994].
- VIANA DE LIMA, Alfredo – **O problema português da habitação**. [s.l. : s.n.], [1948?].

ZEVI, Bruno – **História de la arquitectura moderna.** Trad. Roser Berdagué. Barcelona: Poseidon, 1980.

Referências na Internet:

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, Assembleia Geral de 25 de Julho de 2015, <<http://www.scmp.pt/assets/misc/img/Irmaos/COMPROMISSO%20AG%2025%20julho%202015.pdf>>, [Consultado em Dezembro 2016].

Decreto-Lei 163/93, <<https://dre.pt/application/file/a/274145>>, [Consultado em Janeiro de 2017].

Museu e Igreja da Misericórdia do Porto, < <http://www.mmipo.pt/pt-pt/>>, [Consultado em Janeiro de 2017].

Programa Especial de Realojamento, <https://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/programas_de_financiamento/per.html>, [Consultado em Janeiro de 2017].

Programa de reabilitação urbana para arrendamento habitacional, <http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portaldahabitacao/pt/portal/reabilitacao/reabilitarparaarrendar_ha/RpA_apresentacao.pdf>, [Consultado em Dezembro 2016].

Protocolo entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. e a Santa Casa da Misericórdia do Porto, <<http://www.scmp.pt/assets/misc/img/Empreendedorismo/Protocolo%20IHRU.pdf>>, [Consultado em Dezembro 2016].

Quem somos nas Misericórdias 2015, União das Misericórdias Portuguesas, <http://www.ump.pt/files/files/AF_ONLINE_v2.pdf>, [Consultado em Janeiro de 2017].

Santa Casa da Misericórdia do Porto, <<http://www.scmp.pt/pt-pt/>>, [Consultado em Dezembro de 2016].

Santa Casa da Misericórdia do Porto, Plano de Atividades e Orçamento, <<http://www.scmp.pt/assets/misc/Documentos%20Estrategicos/PAO2017.pdf>>, [Consultado em Janeiro de 2017].

União das Misericórdias Portuguesas, <<http://www.ump.pt/misericordias>>, [Consultado em Janeiro de 2017].

Fontes Documentais e Iconográficas

Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

- Licença de obra nº.: 128/1960 (Sá da Bandeira)
- Licença de obra nº.: 356/1961 (Campo do Luso, bloco A)
- Licença de obra nº.: 433/1962 (Campo do Luso, bloco B e C)
- Licença de obra nº.: 529/1964 (Campo do Luso, bloco D)
- Licença de obra nº.: 568/1964 (Júlio Dinis)
- Licença de obra nº.: 205/1967 (Foz)
- Licença de obra nº.: 55/2000 (Daniel Constant, lote nº3)
- Licença de obra nº.: 56/2000 (Daniel Constant, lote nº4)

Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto

- Licença de obra nº.: 245/1927 (Monteiro dos Santos)
- Licença de obra nº.: 1376/1937 (Artes Gráficas)

Arquivo Geral da Santa Casa da Misericórdia do Porto

- Elementos gráficos do bairro Monteiro dos Santos (1927)
- Elementos gráficos do bairro das Artes Gráficas (1937)

Artiks – Multimedia solutions

- Fotografias aéreas do conjunto residencial na Foz (1967)

Índice de figuras

1. As particularidades da habitação plurifamiliar

Fig. 1

Transformação de habitação plurifamiliar, adaptação no patamar das escadas;
In FERNANDES, Francisco Barata - Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade, 1999, p.235

Fig.2

Tipo de habitação plurifamiliar portuense com base na agregação por “duplicação por simetria”, 1939, Licença de obra 1939-0056;
In LAMEIRA, Gisela – A simetria e topologia na conceção da habitação plurifamiliar portuense na 1ª metade do séc. XX, 2014, p.11

Fig.3

Fotografia da Rua de Ceuta;
Arquivo do autor

Fig.4

Fotografia da Rua de Sá da Bandeira;
Arquivo do autor

Fig.5

Modelos de habitação frequentes a partir da década de 1960, na substituição lote a lote; redesenho esquemático elaborado por Gisela Lameira referenciando um estudo de Francisco Barata Fernandes (1999);
In LAMEIRA, Gisela - O prédio de rendimento portuense. Topologias, tipologias e modelos de habitação plurifamiliar na 1ª metade do século XX, 2017, p.139

Fig.6

Quadro tipológico de “transformações e permanências na habitação portuense”;
In FERNANDES, Francisco Barata - Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade, 1999, p.234

2. A Santa Casa da Misericórdia do Porto

Fig.7

Fotografia do Bairro Monteiro dos Santos;
Arquivo do autor

Fig.8

Planta do bairro Monteiro dos Santos, sem escala;
Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto

Fig.9

Fotografia do bairro das Artes Gráficas;
Arquivo do autor

Fig.10

Planta do bairro das Artes Gráficas, sem escala;
Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto

Fig.11

Fotografia do bairro Daniel Constant, lote nº4, vista da Rua Diamantina;
Arquivo do autor

Fig.12

Fotografia do bairro Daniel Constant, lote nº3, vista entre os dois lotes;
Arquivo do autor

Fig.13

Fotografia do bairro Daniel Constant, lote nº3, vista da rua Doutor Lopo de Carvalho;
Arquivo do autor

Fig.14

Bairro Daniel Constant, implantação, escala aproximada 1.2000;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.15

Bairro Daniel Constant, planta do rés-do-chão do lote nº3, escala aproximada 1.500;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.16

Bairro Daniel Constant, planta de andares e cobertura do lote nº3, escala aproximada 1.500;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.17

Fotografia do Campo do Luso;
Arquivo do autor

**3. Dois conjuntos habitacionais
construídos pela Santa Casa da
Misericórdia do Porto****Fig.18**

Plano geral para o “Campo do Luso”, sem escala;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.19

Inserção urbana, escala 1.2000;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.20

Planta geral e perfil longitudinal para o “Campo do Luso”, sem escala;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.21

Implantação do conjunto construído, escala 1.1000;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.22

Bloco A, corte transversal, sem escala;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.23

Fotografia do bloco A, fachada Sul
Arquivo do autor

Fig.24

Fotografia do Bloco A, entrada
Arquivo do autor

Fig.25

Fotografia do Bloco B, entrada
Arquivo do autor

Fig.26

Esquema de exposição solar com localização dos acessos verticais e espaços de circulação/serviços, Blocos B e C, escala 1.1000;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.27

Bloco D, alçado Poente e corte transversal, sem escala;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.28

Fotografia do Bloco D, vista da galeria do rés-do-chão;
Arquivo do autor

Fig.29

Fotografia do Bloco D, atravessamento no rés-do-chão;
Arquivo do autor

Fig.30

Fotografia do Bloco A, fachada Norte;
Arquivo do autor

Fig.31

Fotografia do Bloco B, Fachada Poente;
Arquivo do autor

Fig.32

Fotografia do Bloco B, Fachada Sul;
Arquivo do autor

Fig.33

Blocos B e C, Alçado Norte;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.34

Blocos B e C, Alçado Poente;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.35

Blocos B e C, Alçado Sul;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.36

Blocos B e C, Alçado Nascente;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.37

Planta 5º-10º pisos, Blocos B e C, escala 1.500;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.38

Fotografia do Bloco B, cobertura;
Arquivo do autor

Fig.39

Fotografia do Bloco D, fachada Poente;
Arquivo do autor

Fig.40

Fotografia do Bloco D, fachada Nascente;
Arquivo do autor

Fig.41

Fotografia do Bloco B, Fachada Poente;
Arquivo do autor

Fig.42

Fotografia do Bloco B, Fachada Sul;
Arquivo do autor

Fig.43

Fotografia do Bloco B, Fachada Sul;
Arquivo do autor

Fig.44

Planta piso-tipo, bloco A, escala 1.200;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.45

Fotografias do patamar de acesso às habitações, bloco A
Arquivo do autor

Fig.46

Planta pisos 1º-4º, Blocos B e C, escala 1.200;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.47

Planta pisos 5º-10º, Blocos B e C, escala 1.200;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.48

Planta rés-do-chão e piso-tipo, bloco D, escala 1.500;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.49

Planta parcial do último piso, Bloco D, escala 1.500;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.50

Vista aérea do conjunto residencial da Foz;
Autoria de @Artikspt (ARTIKS – multimedia solutions)

Fig.51

Fotografias do terreno de intervenção antes da obra, 1967;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.52

Fotografia do cruzamento da Rua da Agra com a Rua de Gondarém;
Arquivo do autor

Fig.53

Implantação, escala 1.1000;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.54

Fotografia das garagens individuais, Rua da Agra;
Arquivo do autor

Fig.55

Planta piso-tipo, sem escala;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.56

Alçado Sul, Rua da Agra, sem escala;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.57

Fotografia da fachada Poente, Avenida do Brasil;
Arquivo do autor

Fig.58

Fotografia da fachada Nascente, Rua de Gondarém;
Arquivo do autor

Fig.59

Fotografia do conjunto residencial na Foz, fachada Sul;
Arquivo do autor

Fig.60

Vista aérea do conjunto residencial da Foz, fachada Poente;
Autoria de @Artikspt (ARTIKS – multimedia solutions)

4. Modelos de habitação plurifamiliar na década de 1960

Fig.61

Planta piso-tipo, escala 1.500;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.62

Planta parcial piso-tipo, escala 1.200;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.63

Vista aérea da Foz do Porto, Avenida do Brasil;

Autoria de @Artikspt (ARTIKS – multimedia solutions)

Fig.64

Fotografia do centro do Porto, Rua do Bolhão;

Arquivo do autor

Fig.65

Implantação do Campo do Luso, esc. 1.2000;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.66

Implantação do conjunto da Foz, esc. 1.2000;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.67

Implantação do Foco, esc. 1.5000;

Desenho do autor

Fig.68

Implantação do Campo do Luso, esc. 1.5000;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.69

Vista aérea do Foco (aproximadamente de 1970);

In ALECRIM, Inês – O Grande Parque Residencial da Boavista 1962-1973. Porto: Faup, 2014

Fig.70

Vista aérea do Campo do Luso;

Autoria de João Meneres (*Campo do Luso*. In Porto 1901|2001: guia de arquitetura moderna)

Fig.71

Implantação das Torres Vermelhas, esc. 1.2000 (aprox.);

In MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno – Portugal Architecture 1965-1990. Paris: Moniteur, 1992

Fig.72

Implantação do Campo do Luso, esc. 1.2000;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.73

Fotografia do jardim das Torres Vermelhas;

Arquivo do autor

Fig.74

Fotografia do jardim do Campo do Luso;

Arquivo do autor

Fig.75

Implantação do conjunto residencial na Foz, esc. 1.2000;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.76

Implantação do conjunto residencial em Júlio Dinis, esc. 1.2000;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.77

Implantação do conjunto residencial em Sá da Bandeira, esc. 1.2000
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.78

Implantação do conjunto Quartieri Tiburtino;
In PILAT, Stephanie Zeier – Reconstructing Italy: The INA-Casa Neighborhoods of the Postwar Era, Michigan: Dissertação de doutoramento, University of Michigan, 2009

Fig.79

Plano geral do conjunto habitacional Campo do Luso;
In Revista Arquitectura nº94

Fig.80

Vista aérea do bairro Tiburtino;
In PILAT, Stephanie Zeier – Reconstructing Italy: The INA-Casa Neighborhoods of the Postwar Era, Michigan: Dissertação de doutoramento, University of Michigan, 2009

Fig.81

Fotografia do conjunto habitacional Campo do Luso;
Arquivo do autor

Fig.82

Fotografia do conjunto residencial Torres Vermelhas;
Arquivo do autor

Fig.83

Fotografia do logradouro privado, Quartieri Tiburtino;
Arquivo do autor

Fig.84

Fotografia do jardim no Campo do Luso;
Arquivo do autor

Fig.85

Fotografia do jardim no Foco;
Arquivo do autor

Fig.86

Fotografia das Torres Vermelhas, zona de lazer;
Arquivo do autor

Fig.87

Fotografia das Torres Vermelhas, espaço verde entre blocos;
Arquivo do autor

Fig.88

Fotografia do Campo do Luso, percurso pedonal;
Arquivo do autor

Fig.89

Fotografia do Campo do Luso, vista do bloco B;
Arquivo do autor

Fig.90

Implantação do Campo do Luso, esc. 1.2000;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.91

Implantação do conjunto residencial na Foz, esc. 1.2000;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.92

Fotografia do Campo do Luso, entrada do bloco B;

Arquivo do autor

Fig.93

Fotografia do conjunto residencial na Foz, entrada pela Avenida do Brasil;

Arquivo do autor

Fig.94

Fotografia do Campo do Luso;

Arquivo do autor

Fig.95

Fotografia do Conjunto residencial na Foz;

Arquivo do autor

Fig.96

Fotografia do Foco;

Arquivo do autor

Fig.97

Fotografia das Torres Vermelhas;

Arquivo do autor

Fig.98

Fotografia do Conjunto residencial em Júlio Dinis;

Arquivo do autor

Fig.99

Fotografia do Conjunto residencial em Sá da Bandeira;

Arquivo do autor

Fig.100

Fotografia do Quartieri Tiburtino;

Arquivo do autor

Fig.101

Fotografia do Quartieri Tiburtino;

Arquivo do autor

Fig.102

Fotografia do Campo do Luso, bloco C;

Arquivo do autor

Fig.103

Fotografia do Campo do Luso, bloco D;

Arquivo do autor

Fig.104

Fotografia do Campo do Luso, bloco A;

Arquivo do autor

Fig.105

Fotografia do Campo do Luso, bloco C;

Arquivo do autor

Fig.106

Fotografia das Torres Vermelhas, jardim central;

Arquivo do autor

Fig.107

Fotografia das Torres vermelhas;
Arquivo do autor

Fig.108

Fotografia do conjunto residencial em Sá da Bandeira, edifício de habitação;
Arquivo do autor

Fig.109

Fotografia do conjunto residencial em Sá da Bandeira, edifício de escritórios;
Arquivo do autor

Fig.110

Fotografia do conjunto residencial em Sá da Bandeira, topo livre voltado para o Silo-Auto;
Arquivo do autor

Fig.111

Fotografia do conjunto residencial em Júlio Dinis, fachada voltada para a Rua de Júlio Dinis;
Arquivo do autor

Fig.112

Fotografia do conjunto residencial em Júlio Dinis, fachada voltada para o largo Ferreira Lapa;
Arquivo do autor

Fig.113

Fotografia do conjunto residencial em Júlio Dinis, gaveto da Rua de Gonçalo Sampaio com a praça Mouzinho de Albuquerque;
Arquivo do autor

Fig.114

Quartieri Tiburtino, corte transversal e longitudinal de conjunto de edifícios em banda, sem escala;
PIDDIU, Maria Michela – O plano INA-Casa: Uma leitura transversal do projeto Via Pessina em Cagliari, 2012

Fig.115

Fotografia do Quartieri Tiburtino, via pedonal;
Arquivo do autor

Fig.116

Fotografia do Quartieri Tiburtino, variedade de formas e cores;
Arquivo do autor

Fig.117

Fotografia do Campo do Luso, estabelecimentos comerciais, Bloco B;
Arquivo do autor

Fig.118

Fotografia do Conjunto residencial na Foz, estabelecimentos comerciais voltados para a Avenida do Brasil;
Arquivo do autor

Fig.119

Conjunto residencial em Sá da Bandeira (esquerda) e em Júlio Dinis (direita), estabelecimentos comerciais;
Arquivo do autor

Fig.120

Foco, implantação com distribuição de serviços;
Desenho o autor

Fig.121

Fotografia do Foco, espaço para estabelecimento comercial;
Arquivo do autor

Fig.122

Fotografia do Quartieri Tiburtino, espaço para estabelecimento comercial;
Arquivo do autor

Fig.123

Quartieri Tiburtino, espaço para estabelecimento comercial;
In TAVARES, Maria – “Habitações Económicas”, Federação de Caixas de Previdência, 2015, p.361. In “Barrio INA-Casa, Tiburtino”, 2G, Architettura italiana de la posguerra, nº 15, 2000, p.34

Fig.124

Fotografia do Quartieri Tiburtino, espaço para estabelecimento comercial;
Arquivo do autor

Fig.125

Fotografia do Campo do Luso, vista desde a caixa de escadas do bloco B;
Arquivo do autor

Fig.126

Conjunto residencial na Foz, entrada na habitação, esc. 1.200;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.127

Campo do Luso, bloco A, entrada na habitação, esc. 1.200;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.128

Planta do rés-do-chão das Torres Vermelhas, esc. 1.500;
In MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno – Portugal Architecture 1965-1990. Paris: Moniteur, 1992

Fig.129

Planta do piso tipo do Foco, esc. 1.500;
In ALECRIM, Inês – O grande parque residencial da Boavista, 1962-1973. Porto: Dissertação de Mestrado, Faup, 2014

Fig.130

Conjunto residencial na Foz, Quarto da criada, esc. 1.200;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.131

Campo do Luso, blocos B e C, Sala de trabalho, esc. 1.200;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.132

Conjunto residencial em Júlio Dinis, interior do piso-tipo, esc. 1.350;
Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto

Fig.133

Campo do Luso, bloco D, esc. 1.200;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.134

Conjunto residencial na Foz, esc. 1.200;
Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.135

Planta de edifício em torre, Quatieri Tiburtino, esc. 1.350;

In PILAT, Stephanie Zeier – Reconstructing Italy: The INA-Casa Neighborhoods of the Postwar Era, Michigan: Dissertação de doutoramento, University of Michigan, 2009

Fig.136

Quartos e salas, Campo do Luso, escala 1.1000;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.137

Sala, 1º-4º pisos. Blocos B e C, Campo do Luso, escala 1.200;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.138

Conjunto residencial na Foz, esc. 1.200;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.139

Rés-do-chão, Torres Vermelhas, esc. 1.350;

In MENDES, Manuel; PORTAS, Nuno – Portugal Architecture 1965-1990. Paris: Moniteur, 1992

Fig.140

Conjunto residencial na Foz, esc. 1.200;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.141

Campo do Luso, bloco A cozinha, esc. 1.200;

Desenho do autor com base nos originais presentes nas licenças de obra do projeto

Fig.142

Conjunto residencial Sá da Bandeira, piso-tipo, esc. 1.350;

Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto